

# A EMIGRAÇÃO NA FREGUESIA DE SANTO ANDRÉ DA CAMPEÃ 1848-1900

Economia e Sociedade 4

CELESTE CASTRO

Edições  
Afrontamento





Maria Celeste Alves de Castro

**A EMIGRAÇÃO NA FREGUESIA  
DE SANTO ANDRÉ DA CAMPEÃ  
(1848-1900)**



 Edições  
Afrontamento

**Título:** A Emigração na Freguesia de Santo André da Campeã – 1848-1900

**Autora:** Maria Celeste Alves de Castro

**Edição:** CEPESE e Edições Afrontamento Lda. / Rua de Costa Cabral, 859, 4200-225 Porto  
[www.edicoesafrontamento.pt](http://www.edicoesafrontamento.pt) / [geral@edicoesafrontamento.pt](mailto:geral@edicoesafrontamento.pt)

**Colecção:** Economia e Sociedade 4

**N.º de edição:** 1255

**ISBN:** 978-972-36-1053-6

**Depósito Legal:** 304565/10

**Impressão e Acabamento:** Rainho & Neves Lda. / Santa Maria da Feira  
[geral@rainhoeneves.pt](mailto:geral@rainhoeneves.pt)

**Distribuição:** Companhia das Artes – Livros e Distribuição, Lda.  
[comercial@companhiadasartes.pt](mailto:comercial@companhiadasartes.pt)

Julho de 2010

# Índice

Introdução / Introduction .....	11
<b>Capítulo I</b> – Portugal na segunda metade do século XIX .....	15
<b>Capítulo II</b> – Fontes e metodologia .....	21
<b>Capítulo III</b> – Enquadramento geográfico e histórico .....	27
1. A paróquia e freguesia de Santo André da Campeã .....	28
<b>Capítulo IV</b> – Emigração .....	33
1. Aspectos gerais .....	33
2. Legislação .....	36
3. «Escravidade branca» .....	38
4. Recrutamento, engajamento e contratos .....	40
5. Transporte .....	43
6. Serviço militar .....	46
7. Sucessão, herança e propriedade rural .....	48
<b>Capítulo V</b> – A emigração no seio da freguesia .....	53
1. Perfil do emigrante .....	53
1.1. Quem emigra? .....	53
1.2. Profissões .....	60
1.3. Alfabetismo e analfabetismo .....	62
1.4. De onde se emigra? .....	68
1.5. Por que razões se emigra? .....	70
2. Destino .....	72
3. A família Pereira Bispo .....	76
4. Chamamento/parentesco .....	78

<b>Capítulo VI – O retorno</b> .....	87
1. O brasileiro .....	87
2. O retorno e a família .....	90
<b>Capítulo VII – Tipos de família</b> .....	97
1. Famílias de lavradores .....	98
2. Famílias de jornaleiros .....	105
Conclusão / Conclusion .....	113
Anexos .....	119
Fontes e bibliografia .....	137

## Índice de Quadros e Mapas

### Quadros

Quadro 1 – Livros de registo de passaportes da Campeã .....	25
Quadro 2 – Número de pedidos de passaportes da Campeã no Governo Civil de Vila Real (1848-1900) .....	26
Quadro 3 – Movimento da população da Campeã, através dos censos (1864 e 1878) .....	31
Quadro 4 – Distribuição da população da Campeã por estado civil (1990) .....	32
Quadro 5 – Distribuição da população da Campeã por nível de instrução (1990) .....	32
Quadro 6 – Titulares de passaportes da Campeã .....	54
Quadro 7 – Homens emigrantes em Campeã .....	55
Quadro 8 – Mulheres emigrantes em Campeã .....	58
Quadro 9 – Profissões dos emigrantes da Campeã .....	60
Quadro 10 – Analfabetismo e alfabetização dos emigrantes da Campeã .....	65
Quadro 11 – Outros destinos da emigração da Campeã .....	73
Quadro 12 – Indicações de destino para o Brasil .....	74
Quadro 13 – Passaportes colectivos da Campeã .....	79
Quadro 14 – Passaportes familiares da Campeã .....	82
Quadro 15 – Passaportes familiares (sexo feminino) da Campeã .....	84
Quadro 16 – Retornos .....	91

### Mapas

Mapa 1 – Média anual de emigração por distritos .....	69
---	----

Eles continuam vagabundeando com uma pátria no passaporte  
Mas, na verdade, sem pátria alguma,  
Pois aquela que se lhes atribui pertence só a uns privilegiados,

(José Maria Ferreira de Castro, *Emigrantes*, Lisboa, 1928)



## Introdução Introduction

Desde sempre, os historiadores sentiram necessidade de investigar e compreender o fenómeno das migrações dos povos. Quais as razões que levaram os homens a deixar a sua terra, a sua família, as suas raízes e lançarem-se para um mundo desconhecido, por terras de além-mar? Terra essa que lhes era adversa, madrasta e, por vezes, mas poucas, lhes sorria no seu melhor esplendor.

O que é que terá levado, efectivamente, estas gentes a tal demanda? Terá sido o espírito aventureiro de um povo que se lançou nesta aventura, desde o século XV? Será consequência directa de conjunturas políticas, sociais e económicas? Terão sido os problemas familiares, que obrigaram estas gentes a lançarem-se para essas terras desconhecidas? Quem emigrava? E essencialmente, por que razão?

Miriam H. Pereira interroga-se e deixa a questão em aberto, quanto à emigração transatlântica: «como é que um camponês ou um artífice pobre conseguiam partir para terras tão distantes, numa época em que os transportes a longa distância eram extremamente onerosos e num país onde a máquina administrativa e policial cerceava a emigração?»<sup>1</sup>.

Se estas questões, por si só, nos merecem uma reflexão crítica, no sentido da compreensão dos condicionalismos que poderão ter originado tal demanda, é também importante inserir esta emigração no contexto da paróquia e da família. Em torno de cada uma destas questões procurou-se analisar a emigração regional e local, através das direcções que a emigração portuguesa tomou a partir do século XIX.

Efectivamente, desde o século XV que os portugueses procuram melhorar as suas vidas indo para o Oriente, para a América e, mais recentemente, para a Europa.

---

1 PEREIRA, Miriam H., *A Política Portuguesa de Emigração (1850 a 1930)*, p. 21.

Muitos foram os emigrantes, principalmente do norte de Portugal, que largaram da barra do Douro, em direcção ao Brasil. Estes tinham um sonho em comum, fossem homens ou mulheres, novos ou velhos: regressar, de preferência com meios suficientes para mandar construir uma boa casa, com terreno para cultivar e proporcionar aos seus uma vida confortável.

No reflexo deste movimento migratório, muitos foram os emigrantes que regressaram, outros nunca mais voltaram e a maioria nunca viu o seu sonho a ser concretizado. A sorte não sorriu para todos, só para uma minoria e estes, os mais afortunados, os que regressaram endinheirados, logo se evidenciaram.

O impacto social da figura do brasileiro na nossa sociedade foi importante. Este retorno alimentou o imaginário de um povo sequioso de mudanças estruturais.

O fenómeno da emigração está ligado a zonas migratórias, que pela suas características são considerados reservatórios privilegiados de mão-de-obra: elevada densidade populacional, sistema de propriedade fundiária, existência de redes de engajamento e de transporte de emigrantes, assim como a relação de parentesco ou conhecidos, já estabelecidos no país receptor<sup>2</sup>.

É neste contexto que se pretende situar o presente estudo de investigação e análise dos movimentos migratórios da freguesia de Santo André da Campeã e as consequências da emigração para o Império do Brasil, num período compreendido entre 1848 e 1900.



*The research about migrations is a theme that has called the attention of many historians. To study the reasons that led men to leave their countries, their roots, and adventure themselves into an unknown world overseas, sometimes hostile, rarely welcoming, is an important issue that has to be answered. What reasons explain this phenomenon? Was it the adventurous spirit revealed by the Portuguese since the XV century? Perhaps a mere consequence of political, social and economical scenarios? Or even all sorts of familiar problems that forced them to face their destiny abroad? It is also important to ask: who were the emigrants? Why did they leave Portugal?*

Miriam Halpern Pereira already pondered these questions but this historian leaves the question unanswered in what concerns the transatlantic emigration: “how was it possible for poor farmers or simple artisans to travel to distant lands in an epoch when cruising the Atlantic was extremely expensive and living in a country where the administrative structure and the police organization did not favor the emigration process?”.

---

2 MIRANDA, Sacuntala, *A Emigração Portuguesa e o Atlântico 1870-1930*, p. 14.

If these questions deserve a critical thought in order to understand the reasons underneath emigration, it is also important to observe this phenomenon within the restrict universe of the parish and family. In this context, the present study aimed at analyzing regional and local emigration bearing in mind the places of destination chosen by Portuguese Emigration from the XIX century onwards.

In fact, since the XV century the Portuguese tried to improve their lives by traveling to the East, America and, more recently, Europe.

Many emigrants, especially from the North of Portugal, sailed from the mouth of the River Douro, towards Brazil. They all had shared a dream, both men and women, young and old: to come back to Portugal wealthy, if possible, or at least with the sufficient means to build a new house surrounded by a good piece of land to cultivate, aiming at giving a better life to their descendants.

Many returned, many did not, and the majority was not able to accomplish their dream. Fortune was not a reality for all of them, and only a minority returned with money, rapidly finding their place in the Portuguese society. The social impact of the *brasileiro* was very important. Their homecoming gave some strength to the population's vain belief in relation to structural changes.

The emigration phenomenon is associated to migratory zones that due to their own characteristics are considered as privileged reservoirs of workmanship: a high density of population, a system of agrarian property, the existence of employment and transport networks of immigrants, as well as the existence of family or friends already established in the receiving country.

It is in this context that the present research study and the analysis of the migratory movements from the parish of Santo André de Campeã, as well as the consequences of the emigration to the Brazilian Empire, must all be understood, in a period that extends from 1848 to 1900.

# Capítulo I

## Portugal na segunda metade do século XIX

A segunda metade do século XIX está intimamente ligada com o progresso social e técnico inerente ao desenvolvimento do capitalismo. Para que os projectos reformistas se concretizassem, era necessário manter um clima de paz e prosperidade indispensável a este período. Era preciso conciliar as diversas facções do liberalismo e harmonizar os interesses da alta burguesia com as camadas rurais e a pequena e média burguesia.

Deu-se início ao lento, mas contínuo processo de desenvolvimento económico, social e mental, que afectou todos os sectores da vida nacional.

A Regeneração dedicou especial atenção ao desenvolvimento do sistema de transportes e comunicações, aos códigos de ordem jurídica, e ao desenvolvimento da banca, assim como à imprensa escrita e à estatística.

Com a projecção dos caminhos-de-ferro, Portugal começou-se a equiparar à Europa. A extensão da rede ferroviária vai contribuir para a quebra do isolamento das regiões e o alargamento das relações internacionais. Este êxito fez-se acompanhar com a expansão da rede de estradas macadamizadas, praticamente inexistentes até então. Assim, entre 1852 e 1900, passou-se de 218 km para 14.230 km de estradas. Assiste-se ainda à instalação de tecnologias como o telégrafo e o telefone, assim como, as reformas nos correios.

A segunda metade do século XIX foi caracterizada pela renovação e estruturação do Estado, aproveitando as reformas administrativas já iniciadas anteriormente e consolidando-as. O governo foi dividido em ministérios e repartições, o número e dimensão dos concelhos estabiliza, o que levou à consolidação do Estado Moderno.

A nível judicial, aparecem os códigos que se vão impor de modo coerente e definitivo, como o Código Penal (1852), o Código Civil (1867), o Código de Processo Civil (1876), o Código de Processo Comercial (1888), os Códigos Militares (1875) e o Código da Armada (1899).

Surgem iniciativas para dinamizar a indústria e protegê-la através da formação de técnicos, autorização para a criação de sociedades anónimas,

adesão ao movimento das Exposições Internacionais e a publicação de pautas alfandegárias.

Na agricultura introduziu-se a mecanização, a criação de um mercado nacional, quebrando com o isolamento das regiões e o alargamento da produção orientada para o mercado externo – vinhos do Douro, gado, casulos de seda e frutos secos, entre outros, destinados à Europa.

O investimento fez-se através de uma política que fomentava a abertura ao capital estrangeiro, havendo financiamento através de empréstimos estrangeiro, remessas de emigrantes, aumento de impostos e dinheiro de capitalistas que compravam títulos da dívida pública.

Com o surgimento em força das instituições bancárias, a vida económica e financeira alargou-se, transformando uma simples operação de troca de moeda em operações complexas, como os financiamentos dos caminhos-de-ferro, da indústria, das transacções comerciais, fossem estas de particulares e/ou do Estado.

As instituições bancárias negociavam os empréstimos de dinheiro, recorrendo aos depósitos monetários, desenvolvendo projectos de investimentos que levaram à criação de empregos através da procura e pela criação de novos capitais. Os bancos transformaram-se no motor da economia contemporânea.

Em Portugal, os bancos aparecem-nos apenas em 1822, com o despontar do sistema liberal. Assim, temos a fundação do Banco de Lisboa e mais tarde, do Banco Comercial do Porto (1835). No período da Regeneração criam-se 2 bancos no Porto (1856 e 1861), mas foi a partir de 1863 que houve uma explosão de instituições bancárias, com a promulgação da lei das sociedades anónimas, especialmente no Norte de Portugal. Fundaram-se 46 bancos. Entre 1873 e 1876, fora das grandes cidades de Lisboa e Porto, surgem 21 estabelecimentos bancários.

Uma das razões para este aumento, antes de 1876, foi o envio das remessas dos emigrantes a viver no Brasil, onde se sentiu um entusiasmo económico, pela procura de algodão brasileiro provocado pela Guerra de Secessão dos EUA (1864-1870).

Com a crise financeira de 1876, ocasionada, quer pela baixa do câmbio brasileiro, quer pela perda dos fundos espanhóis, quer pelo agravamento da má colheita de cereais, fez com que os pequenos bancos, mal estruturados economicamente, não sobrevivessem.

No entanto, a partir de 1880, a banca portuguesa desempenhará um papel fundamental no financiamento da indústria, através do crédito e da tomada de participações no capital das empresas.

Contudo, Portugal nos finais do século XIX continua a ser um país rural, de grandes vilas, onde as grandes cidades continuam a ser praticamente

Lisboa e Porto. Continuamos a ser um país de fraca densidade populacional, onde 70% dos portugueses vivem da agricultura, e 80% da população é analfabeta. Com estes níveis de instrução e formação técnica (apesar do aumento da instrução técnica), o desenvolvimento económico é limitado. Falta-nos a tradição industrial, a mentalidade empresarial, o nosso mercado não consegue absorver o grosso das mercadorias, continuam a existir as pequenas oficinas ainda estruturadas como no Antigo Regime. O recurso aos empréstimos nacionais e estrangeiros faz crescer exponencialmente a nossa dívida pública.

Apesar de tudo, a nossa indústria vai registar um crescimento, temos concentrações de unidades produtivas, aliadas às concentrações operárias, onde a utilização das máquinas a vapor, entre outras inovações tecnológicas, é sentida. Ao nível da agricultura aparece-nos a introdução dos adubos químicos e sementes seleccionadas, simultaneamente com as máquinas.

Para que Portugal conseguisse usufruir da introdução das inovações tecnológicas e das novas medidas financeiras, tinha de haver estabilidade política, que vigorou entre 1850-1891, assente no funcionamento das instituições, na construção e estruturação dos partidos políticos e dos seus programas, que deu origem a um sistema bipartidário.

A segunda metade do século XIX vai eliminar o Antigo Regime, embora alguns traços perdurassem até ao século XX, principalmente no mundo rural.

As condições de vida da classe média degradaram-se nos últimos anos do século XIX. A pequena e média burguesia rural e urbana sobrevive, com dificuldades financeiras. Toma consciência da sua força e aspirações políticas e adere aos ideais republicanos, ameaçando com a estabilidade da monarquia. O crescente fluxo migratório do campo para a cidade vai agravar ainda mais a situação, acelerando a deterioração das condições de vida urbana.

A grande maioria da população era constituída por camponeses, assalariados ou pequenos proprietários que trabalham as próprias terras, viviam pobremente, vendo-se forçados a recorrer à emigração. Esta degradação social vai incentivar o associativismo operário, que desencadeia ondas de greve.

As associações operárias multiplicam-se incentivadas pela doutrina social, através dos jornais e panfletos. Os ecos da Internacional Operária e da Comuna de Paris chegavam a Portugal. Em 1875, foi criado o Partido Socialista, sob a orientação de José Fontana, Antero de Quental e Oliveira Martins. Em 1876, funda-se o Partido Republicano, que depois de 1880, com as comemorações de centenário de Camões, se afirmou como o mais forte grupo de oposição.

Foi com o Ultimatum que os republicanos se conseguiram congregar em torno das propostas a favor da opinião pública. À defesa da integridade nacio-

nal juntou-se o ódio à monarquia e aos partidos que, no Governo, alienavam o país aos interesses estrangeiros. A propaganda republicana ganhou um novo alento. A república deixou de ser uma palavra vã para se tornar num movimento com um significado crescente.

A revolta de 31 de Janeiro de 1891 ocorreu num quadro de uma crise económica e financeira de âmbito internacional, reflectindo-se em Portugal num descrédito profundo pelos governantes. As medidas tomadas não solucionavam o problema económico que grassava no país, criando uma onda de protestos, sentindo-se particularmente entre os pequenos e médios proprietários rurais e assalariados. A revolta, embora fracassada, iniciou o processo revolucionário que culminou com o 5 de Outubro de 1910 – a República.

#### *A evolução demográfica*

No século XIX, a população residente em Portugal passou de três para cinco milhões e meio de habitantes. Os dados referentes a este crescimento foram marcados pela conjuntura de natureza social, económica e política que Portugal viveu, e que condicionou, desde logo, a evolução da população portuguesa. Este aumento foi assinalado a ritmos diferentes, mas moderados.

A comparação dos resultados obtidos em 1878 e 1890 e, a partir daí, dos recenseamentos levados a cabo decenalmente (excepto nos anos de 1911 e 1981) permitiu calcular, com rigor, o aumento da população portuguesa.

Os anos de 1850 foram marcados por uma relativa estabilização da população portuguesa e foi apenas na década de 1860 que se reiniciou o processo de aumento demográfico, gradual e crescente. Com a estabilidade política, houve uma relativa melhoria das condições económicas. O recuo dos níveis de mortalidade permitiu compensar a perda do fluxo emigratório e aumentar o número da população residente.

De uma forma geral, o crescimento populacional e o desenvolvimento económico estiveram intimamente ligados. Como consequência da modernização das actividades económicas, aparece uma nova distribuição espacial da população, em função dos recursos materiais, alterando as mobilidades e a tendência de acréscimo demográfico, de modo a que os recursos humanos correspondessem às novas exigências da realidade socioeconómica.

As causas da diversidade de crescimento são relativamente conhecidas. Os crescimentos populacionais teriam sido uniformes e constantes praticamente com todos os distritos do reino, embora a migração, as saídas de contingentes de pessoas do sexo masculino, tenha afectado o desenvolvimento socioeconómico das regiões e contribuído para a desproporção entre sexos, com a consequente quebra de nupcialidade.

As migrações vão acelerar o abandono dos campos, e o conseqüente crescimento dos concelhos circundantes às grandes cidades, acentuando os locais de saída dupla e estimulando as regiões mais atractivas,

As migrações internas de carácter sazonal e/ou definitivo da população afectaram as regiões do interior, essencialmente. Estes movimentos de população vindos sobretudo do Norte mantiveram-se particularmente intensos, ligados à cultura cerealífera, no seguimento das grandes arroteias, dos finais do século XIX, em todo o Alentejo, devido à generalização dos adubos químicos e às leis proteccionistas dos cereais (Lei de 1899), que proibiam a importação de trigo estrangeiro antes de consumir o trigo nacional.

As migrações vão provocar alterações no tecido socioeconómico, deslocando as populações do mundo rural para um mundo urbano, onde se procuram melhores condições de vida, na medida em que a transmissão e divisão de propriedade não permitia a rentabilidade dos campos.

Com o desenvolvimento dos transportes, quer por via terrestre quer por via marítima, os portugueses, à semelhança do que aconteceu com os europeus, incentivados pela procura de mão-de-obra da parte dos países da América do Sul, como o Brasil, vão alimentar migrações muito significativas, com destino à América do Sul.



## Capítulo II

### Fontes e metodologia

No início do século XIX, os recenseamentos realizados pela igreja (1801 e 1802) possibilitaram a obtenção de dados relativos ao estado da população portuguesa com uma cobertura do território nacional, isto é, número de fogos, volume, distribuição por sexo, idade e estado civil<sup>1</sup>.

O movimento da população continuava a ser anotado nos registos paroquiais, de forma tradicional, onde se assinalavam todos os movimentos vitais da população – nascimento, casamento e óbito. Estes registos, a par do aspecto quantitativo, oferecem elementos de grande interesse do ponto de vista qualitativo e de estrutura social.

A importância destes registos paroquiais vai ser essencial a partir do século XVII, se bem que a sua existência seja anterior. Em Portugal, estes registos surgiram no século XIV, por Carta Régia de 7 de Dezembro de 1352 (D. Afonso IV), que «ordena aos que recebem, por palavras de presente, que o façam perante hum tabelião e que haja livros de registos de casamentos feitos em cada freguesia»<sup>2</sup>. É de esperar que a vontade régia tenha sido cumprida, e a falta dos registos paroquiais se tenha dado pelo desaparecimento, motivado pela incúria ou pela pouca importância que lhe era atribuída. O Concílio de Trento recomendava vivamente a todos os párocos que tivessem os registos actualizados de casamento, havendo igual preocupação relativamente aos assentos de baptismo.

Sendo o nosso objectivo a análise microdemográfica e a reconstituição da paróquia, privilegiando a emigração para o Império do Brasil, procedemos ao levantamento sistemático dos actos vitais dos indivíduos que em algum momento da sua vida estiveram presentes na paróquia.

Utilizou-se a metodologia de *reconstituição de paróquias*, que Norberta Amorim desenvolveu nos anos de 1970<sup>3</sup>. Esta metodologia veio relançar o interesse pelo

---

1 SOUSA, Fernando de, *A População Portuguesa nos Inícios do Século XIX*, Porto, 1980.

2 COSTA, Francisco Barbosa, *S. João Baptista de Canelas, uma Comunidade Rural de Santa Maria. Estudo Demográfico – 1588-1808*, p. 18.

3 Trata-se da Metodologia de Reconstituição de Paróquias exposta em AMORIM, Maria Norberta,

estudo dos registos paroquiais pois encontra-se melhor adaptada às especificidades e riqueza das fontes portuguesas. Com estas informações, e após o levantamento de dados nos livros de registos do nascimento, do casamento e dos óbitos, efectuou-se um cruzamento destes dados. Como resultado, obteve-se o conhecimento dos indivíduos que nos permitiu, com o recurso à informática, a possibilidade de se lhes seguir o trajecto de vida, enquanto morador da freguesia da Santo André da Campeã, nos momentos mais importantes da sua vida.

Para os passaportes, utilizámos a base de dados das famílias, e cruzámos com os registos dos indivíduos que pediram o passaporte para o Brasil. Estes levantamentos foram feitos através dos Livros de Registos dos Pedidos de Passaportes, que se encontram no Arquivo Distrital de Vila Real.

Os registos de passaporte foram instituídos em Portugal pelo alvará de 13 de Agosto de 1760, e ab-rogados pela lei de 31 de Janeiro de 1863. No distrito de Vila Real, os registos dos pedidos de passaporte iniciaram-se no ano de 1834, tendo-se registado o primeiro pedido de passaporte da região da Campeã no ano de 1848, o qual foi feito por Hipólito José Rodrigues<sup>4</sup>.

Para o período de 52 anos (1848-1900), criou-se uma tabela – tipo ficha individual – com diversos campos. Assim, temos o nome completo; idade; sexo; estado civil (solteiro, casado ou viúvo); data de nascimento; situação do nascimento (legítimo ou ilegítimo); residência; profissão; saber ler (sim, não ou desconhecida); filiação; nome do cônjuge; nome e residência do abonador. Paralelamente a esta tabela, criou-se uma outra com informações do destino: engajamento; acompanhantes; data de emissão e o número da família correspondente<sup>5</sup>.

Para além destes dados, existem outras informações, como o local de embarque (encontrando-se na maior parte das vezes por preencher); o local de destino; a validade do passaporte (60 ou 90 dias); a referência ao passaporte abonado e quais os documentos competentes. Ainda temos a referência dos caracteres particulares dos indivíduos, como a idade; altura; tipo de rosto; cor dos olhos, cabelo e sobrancelhas, nariz e tom de pele; sinais particulares (coxo, cicatrizes, falta de dentes e/ou sinais de bexigas, etc.)<sup>6</sup>.

Os Livros dos Registos de Passaporte são de dimensão considerável, encontrando-se em bom estado de conservação, ainda que alguns destes se encontrem incompletos.

---

Método de Exploração dos Livros de Registos Paroquiais e Cardanha e a sua População de 1573 a 1890, *idem*, *Demografia Histórica – Fontes e Métodos Manuais de Reconstituição de Famílias*, *idem*, *Método de Exploração dos Livros de Registos Paroquiais e Reconstituição de Famílias*.

4 Ver anexo Formulário dos livros de registos de passaporte de Hipólito José Rodrigues.

5 Ver anexo Tabela de família construída a partir dos registos paroquiais da Campeã.

6 Ver anexos Tipo de formulário dos livros dos registos de passaporte.

O primeiro Livro dos Registos de Passaporte inicia-se no mês de Junho de 1834 e termina em Setembro de 1835. Verificou-se a falta dos Livros dos Registos de Passaporte relativo aos anos de 1835 (Setembro) a 1837 (Maio). Para este período de tempo, não existem dados.

No Arquivo de Vila Real fez-se um levantamento dos registos dos pedidos de passaportes deste distrito, analisando somente os que se relacionam com a freguesia por nós estudada – Santo André da Campeã.

Tratando-se de uma importante fonte manuscrita, o registo de passaportes tanto nos oferece a identificação dos emigrantes de forma expressiva e completa, enriquecida com pormenores pitorescos, como se torna pobre, com o laconismo e a imprecisão dos dados.

Quando se pede o passaporte, existem dados que devem ser exactos como o nome completo e idade. Contudo, frequentemente, surgem os homónimos e a oscilação dos apelidos. Daí, a necessidade do cruzamento com outras fontes para que o indivíduo seja devidamente reconhecido.

O facto, constatado ao longo das sucessivas gerações, é que os filhos nem sempre herdaram o apelido do pai ou da mãe. É, aliás, frequente os filhos herdarem indistintamente o apelido do pai ou da mãe, o patronímico ou qualquer outro apelido que nada tem a ver com qualquer destas referências. Por vezes surgem-nos indivíduos com mudança de nome próprio ou de apelido, ao longo da vida, o que cria algumas dificuldades enquanto não se verificar, com segurança, tratar-se da mesma pessoa através do recurso ao apelido dos avós, ou da existência de uma novo casamento ou perante a informação do registo do óbito.

O problema complica-se, quando existe a necessidade de identificar as mães solteiras (só com o primeiro nome), as viúvas e os filhos ilegítimos. É o caso do pedido de passaporte para o Império do Brasil de Manuel João, filho natural de Victória (filha de Manuel e de Ana), de Chã Grande, que nasceu em 22 de Junho de 1850, e foi abonado por documentos legais, nos quais consta que não vai engajado como colono. Tinha 11 anos, 1.30m de altura, rosto redondo e olhos, cabelos e sobrolho castanhos, desconhece-se se sabe ler ou não. Não se obteve mais informações quer da mãe, quer do jovem emigrante.

Outra dificuldade com que nos deparamos na continuação deste levantamento, relaciona-se com a existência de correspondência entre os passaportes emitidos e a primeira saída legal. Surgem casos em que, no mesmo ano, o emigrante pede o passaporte duas vezes, como no caso de Sebastião, de Aveçozinho, jornalista, que pediu o passaporte em Janeiro de 1888 e, uns meses mais tarde, volta a fazer o pedido (Agosto).

Nos pedidos de passaportes familiares, temos as esposas que acompanham o marido e respectivos filhos, alguns com tenra idade. Encontramos mães

que, sem a presença paterna, pedem os passaportes familiares, para irem ter com os maridos, que por sua vez se encontram no Brasil, e incluem no seu passaporte os genros, enteados, netos e sobrinhos.

Os acompanhantes, aquando o pedido de passaporte, eram registados só com o primeiro nome, idade e relação de parentesco com o titular. A descrição era feita no sentido decrescente (do mais velho para o mais novo) em relação aos filhos. A esposa aparece, por vezes, com o primeiro e último nome e idade.

No registo de idades, é mencionada a idade quer dos titulares quer dos acompanhantes, mas não é mencionada a data de nascimento. Por essa razão temos, mais uma vez, de cruzar as informações dos passaportes com a base de dados das famílias.

O destino preferido era o Império do Brasil, embora a Europa (França) e África (Províncias Ultramarinas – Angola e Moçambique) fossem procuradas. Quanto ao local de embarque, a informação é escassa e aparece somente «saída pela barra do Porto ou de Lisboa», quando se sabe que os emigrantes, pelas mais variadas razões, procuravam outros portos, quer nacionais quer internacionais (Vigo-Espanha).

Nos primeiros livros dos registos de passaportes, observam-se poucos pedidos a nível do distrito de Vila Real (Campeã), na medida em que os passaportes podiam ser também requisitados noutros governos civis, como refere Jorge Alves<sup>7</sup>. Até 1847, a quase totalidade dos que emigravam pela barra do Douro partia com passaporte emitido pelo Governo Civil do Porto. Desses, cerca de metade eram naturais do distrito, tendo vindo, numa primeira fase do seu percurso, dos lugares de origem para a cidade do Porto, à procura de melhores condições de vida. A partir desta data, começou a aumentar a emigração directa de indivíduos naturais de outros destinos, cujos passaportes emitidos pelos respectivos Governos Civil, eram apenas visados pelo Porto.

Os livros de registos de passaportes, existentes no Arquivo Distrital de Vila Real começam a referenciar a paróquia de Santo André da Campeã no ano de 1848.

Para o período de 1848 a 1900, é-nos apresentado o movimento anual de pedidos de passaportes que se regista no Quadro 2.

Uma análise desses dados permite constatar um aumento de registo de pedidos de passaportes nas décadas de 1880 e 1890, que irá coincidir com as necessidades e o desenvolvimento do Brasil, em vias de autonomização (económica), que exigia, cada vez mais, o esforço físico de trabalhadores.

---

7 ALVES, Jorge Fernando, *Os Brasileiros – Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*, p. 22, quadros 5.9a; 5.9b; e 5.9c.

## QUADRO 1

## Livros de registo de passaportes da Campeã (1834-1903)

Livros	Anos	Livros	Anos
1.º Livro	1834-1835	18.º Livro	1881-1882
2.º Livro	1837-1852	19.º Livro	1882-1884
3.º Livro	1852-1856	20.º Livro	1884-1886
4.º Livro	1856-1857	21.º Livro	1887-1888
5.º Livro	1857-1860	22.º Livro	1888-1889
6.º Livro	1860-1862	23.º Livro	1889-1890
7.º Livro	1862-1866	24.º Livro	1890
8.º Livro	1866-1869	25.º Livro	1890-1891
9.º Livro	1869-1871	26.º Livro	1891
10.º Livro	1871-1872	27.º Livro	1891-1892
11.º Livro	1872-1874	28.º Livro	1892-1893
12.º Livro	1874-1875	29.º Livro	1893-1894
13.º Livro	1875-1876	30.º Livro	1894-1895
14.º Livro	1876-1877	31.º Livro	1895-1896
15.º Livro	1877-1879	32.º Livro	1896-1897
16.º Livro	1879-1880	33.º Livro	1897-1900
17.º Livro	1880-1881	34.º Livro	1900-1903

**Fonte:** Arquivo Distrital de Vila Real, Fundo do Governo Civil de Vila Real

Quanto à emigração clandestina não existem dados. Segundo Reis Lima<sup>8</sup>, «os emigrantes clandestinos eram aqueles que fugiam por não terem meios para pagarem as despesas com a burocracia das repartições públicas, que não tinham meios para atenderem às despesas da prévia compra de um bilhete para usarem os barcos (...)». Não se pode esquecer que alguns fugiam do serviço militar e das duras condições sociais que se viviam em Portugal.

Na questão do retorno, é-nos difícil contabilizar o seu número, só é possível quando os emigrantes pedem um segundo passaporte e, através do cruzamento de dados, confirmar-se a sua saída para além-mar.

A análise demográfica da freguesia, em conjunto com os registos de passaportes, vai permitir um conhecimento geral dos habitantes em todos os seus movimentos: observar as suas vidas seguindo-lhes os seus passos e imaginando os sentimentos aquando da partida para o Império do Brasil.

8 LIMA, Reis, *Emigração Clandestina dos Açores para o Brasil no Século XIX*, pp. 10-13.

**QUADRO 2****Número de pedidos de passaportes da Campeã (1848-1900)**

1848	1	1877	38
1853	6	1878	2
1854	4	1879	10
1855	5	1880	25
1856	2	1881	24
1857	14	1882	36
1858	1	1883	43
1859	14	1884	11
1860	8	1885	17
1861	1	1886	16
1862	10	1887	12
1864	1	1888	45
1865	1	1889	26
1866	1	1890	27
1867	1	1891	30
1868	1	1892	27
1869	1	1893	17
1870	2	1894	8
1871	11	1895	25
1872	4	1896	25
1873	1	1897	5
1874	4	1898	16
1875	11	1899	5
1876	21	1900	11

**Fonte:** Arquivo Distrital de Vila Real, Fundo do Governo Civil de Vila Real, Livros de Registo de Passaportes

## Capítulo III

### Enquadramento geográfico e histórico

A província de Trás-os-Montes é considerada como uma região «de altas plataformas onduladas, cortadas de vales e bacias muito profundas»<sup>1</sup>. O seu clima é continental, onde a influência do Atlântico chega apagada pela interposição da linha de montanhas da Padrela, Alvão e Marão.

Na serra do Marão, encontra-se um conjunto de aldeias serranas, cujas terras estão aproveitadas com carinho, pois apesar da grandeza da serra, não existe um palmo de terra por cultivar.

Miguel Torga descrevia a sua província de Reino maravilhoso, afirmando que «vê-se primeiro um mar de pedras. Vagas e vagas sideradas, hirtas e hostis,...tudo parado e mudo. Apenas se move e se faz ouvir o coração no peito, inquieto, a anunciar o começo duma grande hora. De repente, rasga a espessura do silêncio uma voz de franqueza desembainhada: *Para cá do Marão, mandam os que cá estão!...*»<sup>2</sup>.

O vale do Douro serviu de fronteira histórica entre as duas províncias romanas, a Galécia e a Lusitânia. Das três vias romanas que saíam de Braga em direcção a Astorga, só uma atravessa Trás-os-Montes – a de Braga a Chaves.

Com a Idade Média vai-se cair de novo num período anárquico da circulação. Aparece-nos uma série de caminhos secundários, sem grandes artérias que os canalizem e concentrem. Em meados do século XIX, com o desenvolvimento das comunicações, aparecem as estradas macadamizadas, coincidindo ou não com as vias romanas, por exemplo, a estrada que vai de Murça a Vila Real e daí seguiria pelo planalto da Campeã, para a serra do Marão (via Maranis), bifurcando-se em Amarante, para servir Cale e Braga.

A região da Campeã está situada no extremo noroeste do concelho e distrito de Vila Real e é confrontada com os concelhos de Mondim de Bastos e de Amarante (distrito do Porto), nas faldas da serra do Marão.

---

1 OLIVEIRA, J. M. Pereira, *Trás-os-Montes e Alto Douro*, citando Orlando Ribeiro, p. 667.

2 *Guia de Portugal*, p. 10.

A veiga planáltica da Campeã «é um dos recôncavos da meia altitude, fertilíssimo, que a província de Trás-os-Montes reserva a quem a percorre para o repouso dos olhos cansados»<sup>3</sup> e deslumbrados de tão rara beleza. Estamos perante uma paisagem ampla e pedregosa ao abrigo das serras do Marão e do Alvão.

A região da Campeã é banhada pelo rio Corgo, que está rodeado de campos e nas suas margens estão plantados freixos, que no Verão são muito procurados pela sua sombra e também para a lenha. Ainda há pouco tempo os troncos destas árvores eram procurados para a construção do eixo do carro de bois. O rio Corgo, antigamente como nos nossos dias, é procurado pelas suas espécies piscícolas (a truta).

Ao consultarmos a carta topográfica desta região da Campeã, notamos que devido à sua posição geográfica (faldas da serra do Marão e do Alvão) os acessos rodoviários eram muito precários. Esta região era cortada pela estrada Real. Com a construção das estradas nacionais 15 (antiga estrada Amarante-Vila Real) e 304 (estrada Vila Real-Mondim de Basto), e após a construção da auto-estrada Porto-Amarante, as populações desta região já não sentem o isolamento geográfico. Nos nossos dias, a zona da Campeã é procurada, não só em termos turísticos e de beleza natural, como também para práticas desportivas e pela sua gastronomia.

## **1. A paróquia e freguesia de Santo André da Campeã**

A povoação de Santo André da Campeã integra o concelho, comarca e diocese de Vila Real (pertenceu à diocese de Braga até à criação da de Vila Real), Relação do Porto e província de Trás-os-Montes. Esta freguesia pertenceu também ao antigo concelho de Ermelo, entretanto extinto por Decreto de 31 de Dezembro de 1853, que determinou a sua integração no concelho de Vila Real.

Santo André da Campeã é composta pelos seguintes lugares: Aveção do Cabo, Aveção do Meio, Aveçãozinho, Estalagem Nova ou Lombomião, Montes, Parada, Pêpe, Pereira, Pereiro, Pousada, Seixo, Telhada, Vendas, Viaris de Poça e Viaris da Santa. «Com meia dúzia de aldeias dispersas, onde vive uma gente mais remediada que pobre, que se sustenta modestamente (...). Algumas destas aldeias, com os seus casinhotos feitos de pedra solta, cobertos de negras placas de xisto, dão a impressão de extensa pobreza, mas o

---

3 *Guia de Portugal*, *idem*, p. 250.



viver das famílias que nelas se aconchegam não é tão penoso como à primeira vista se poderá julgar»<sup>4</sup>.

Nesta região rodeada de serras, temos a união dos recursos geológicos, dos acidentes topográficos, das imposições climáticas, das necessidades e das circunstâncias sociais e domésticas, que vão moldar não só as habitações como também o homem.

«A adaptação ao clima obriga a providência e previsões que se apresentam na fisionomia de um povoado, na aparência exterior das suas habitações»<sup>5</sup>. A casa serrana apresenta-se com a sua planta rectangular, de pedra e de dois pisos. Estas casas são geralmente de rés-do-chão e andar. O rés-do-chão é térreo e serve de corte do gado; o andar é sobradado e nele fica a parte de habitação. Se escada é necessária, ela é exterior e de pedra. Na região da Campeã, onde o xisto se pode cortar em lâminas, a cobertura pode ser deste material.

Devido aos rigores do clima, a casa tem escassas aberturas e poucos elementos decorativos, as janelas muitas vezes são pequenas, onde se deparam com pares de cachorros ou de mísulas de pedra, onde aparecem vasos de flores, que tão apreciados são. O telhado de beiral (xisto) e o balcão avançado vai atenuar os efeitos do calor sufocante de Julho e Agosto e dos ventos gélidos, dos meses rigorosos do Inverno e, para que os gelos não se retenham, a cobertura tem inclinação.

A parte principal da casa, o centro da vida familiar, sobretudo no Inverno, é a cozinha. Aqui, ao lado da lareira, temos um grande banco – o escano. Aí se reúne e recebe as pessoas de casa e de fora. Como centro vital da casa, aí se prepara a comida, se come e se trabalha, os homens compõem as alfaias agrícolas enquanto as mulheres vão fiando e cosendo ao mesmo tempo que cuidam das suas crianças. Aqui se discute e se planeia o futuro da família.

A intimidade da casa durante as festividades familiares e religiosas, vai-se abrir para o exterior, abrindo as portas a pessoas específicas. Nos dias festivos religiosos, pode-se ver e apreciar o melhor da roupa da cama, nomeadamente as colchas, que a dona de casa tanto orgulho tem.

A varanda serve para secar o cereal, para secar a roupa, é o local onde as mulheres se reúnem nas noites quentes de Verão fiando ou cosendo. Aqui, também se reza o terço, e serve de refúgio aos namorados, de repouso nocturno e de agasalho no Inverno. Encontram-se sempre decoradas com vasos de flores. Muitas vezes os baixos das casas servem de arrumação ou alpendre, galinheiro ou pocilgas e até de oficina.

---

4 Guia de Portugal, *ibidem*, p. 251.

5 PEIXOTO, Rocha, *Etnografia Portuguesa*, p. 155.

As suas gentes são conhecidas por lavradores fartos, «rusticos e grosseiros muito maliciosos e teimosos, porém, vestem de seragoças e uzam de capa, polaina e capotes, e no seu distrito calção tamancos. Muito delles uzam de trato de almocreves e outros officios de carpinteiros, para qual todos propendem»<sup>6</sup>.

A zona da Campeã é rica em pecuária e produtos agrícolas, particularmente em gado maronês, castanhas e cereais. A castanha depois de apanhada e «assada no S. Martinho, serve de lastro à prova do vinho novo. Cozida, no inverno glacial, aquece as mãos e a boca dos pobres e dos ricos. Crua, engorda os porcos, com a vossa licença...»<sup>7</sup>. Estas podem ser vendidas directamente e vão para secar, onde se armazenam em caniços, fazendo parte da gastronomia local.

A necessidade fez com que os habitantes da zona da Campeã se entreaudassem nos trabalhos agrícolas; como é norma «nos dias da *vessada* revezam-se, trabalhando de favor, merendando do mesmo cabaz, bebendo da mesma enfusa, molhando as batatas no prato comum, com um fundo de azeite, sal e vinagre»<sup>8</sup>. Estes grupos de trabalhadores agrícolas movimentam-se de casa em casa ao longo do ano, num constante intercâmbio de mão-de-obra. As pequenas tarefas agrícolas e diárias são, normalmente, executadas pelos membros da casa, podendo ser chamada uma ou outra pessoa para ajudar.

A criação de gado constituía o principal rendimento das famílias, que possuíam uma ou duas cabeças de gado bovino, cabras ou ovelhas. Para além destes, que eram criados para vender nas feiras, também se criava o porco. Este era um animal muito apreciado e cada casa poderia criar um ou dois para o seu consumo.

As gentes da Campeã «(...) sam todos de boas estaturas, largos de espada, enxutos de corpo, muito valentes e tomando a espada a mão, resolutos (...) vivem largos annos por sadios (...) as molheres uzam de officie de tecedeiras e no trato de lavradores asseados e costumão leva teas e esta villa [Vila Real] e a donde se lhe offerece»<sup>9</sup>.

O mundo feminino da Campeã, não se fica pelas lides domésticas; as mulheres, com excepção das mais abastadas, trabalham par a par com os homens, como jornaleiras ou sozinhas nas suas leiras. Não existe separação entre a esfera doméstica, da cozinha, do tear, da preocupação do bem-estar familiar, e as lides agrárias, ou com o cuidado do gado. Existe a preocupação

---

6 SOUSA, Fernando; GONÇALVES, Silva, *Memórias de Vila Real*, p. 530.

7 *Guia de Portugal*, *ibidem*, p. 12.

8 *Guia de Portugal*, *ibidem*, p. 12.

9 SOUSA, Fernando; GONÇALVES, Silva, *ibidem*, p. 30.

da mulher trabalhar fora de casa, pois «quanto maior é a participação (...) maior é a sua contribuição para a produção total da casa»<sup>10</sup>.

O trabalho doméstico atribuído à mulher, para além das actividades agrícolas, vai definir melhor o papel como esposa dentro do casal. Este papel torna-se mais relevante se a mulher pertencer a famílias abastadas. Em famílias de lavradores ricos, a mulher podia optar por trabalhar fora ou não, consoante a necessidade, pois estas tinham ajudas de parentes ou mesmos criados para as tarefas domésticas. Nas casas dos lavradores, esta ajuda vai-se repartir pelos membros femininos da família (filhas mais velhas, outras mulheres aparentadas, sobrinhas ou mesmo afilhadas), o que vai permitir uma redistribuição de tarefas consoante a idade. Daí, e como afirma Karin Wall, «o nascimento da primeira filha era, pois, aplaudido pelas outras mulheres com a frase – *Já tem quem-na ajude*»<sup>11</sup>.

Nas famílias mais pobres, tanto trabalha o homem como a mulher e os filhos, e fazem qualquer trabalho mediante a idade/força. O sustento dos filhos depende do trabalho de todos os membros da família.

Para o conhecimento da população da Campeã, utilizámos os dados do recenseamento disponíveis, referentes aos anos de 1864 e 1878, onde a região de Vila Real aparece como cabeça de comarca de 1.ª classe, pertencente ao Arcebispado de Braga (primaz das Hespanhas) e à 5.ª divisão militar, com quartel-general de Chaves.

### QUADRO 3

#### População da Campeã, através dos censos (1864 e 1878)

Censo	Fogos	Homens	Mulheres	Total(H/M)
1864	460	1012	1033	2045
1878	514	1022	1053	2075

Se prosseguirmos com a análise das fontes, utilizando os censos de 1900<sup>12</sup>, teremos então:

- Número de fogos (casas ou locais habitados) – 504.
- A população de residência habitual – 1981.

10 O' NEIL, Brian Juan, *ibidem*, p. 151.

11 WALL, Kerin, *Famílias no Campo, Passado e Presente em Duas Freguesias do Baixo Minho*, p. 107.

12 Ver anexo Censos do ano de 1900.

- A população presente no acto do recenseamento – 1.977 (889 Homens e 1.088 mulheres).
- Naturalidade: naturais do próprio concelho de residência – 1.943; de outro concelho – 6; qualquer naturalidade – 26; estrangeiros – 2.
- Estado civil – como havíamos observado nos censos de 1864 e 1878, o mundo feminino continua a aumentar em relação aos homens, trazendo consequências nefastas para o mercado matrimonial. Tal fenómeno ocorre como uma das consequências da emigração.

**QUADRO 4****Distribuição da população da Campeã por estado civil (1900)**

	<b>Solteiros</b>	<b>Casados</b>	<b>Viúvos</b>
<b>Homens</b>	566	294	29
<b>Mulheres</b>	615	348	125

**QUADRO 5****Distribuição da população da Campeã por nível de instrução (1900)<sup>13</sup>**

	<b>Analfabetos</b>	<b>Sabem ler</b>	<b>Sabem ler e escrever</b>
<b>Homens</b>	591	14	284
<b>Mulheres</b>	873	64	151

Ao compararmos os censos de 1864 com os de 1878 e de 1900, depa-ramo-nos com uma região de poucos habitantes onde os elementos do sexo feminino surgem em número ligeiramente superior. Este aspecto leva-nos a questionar se a falta de habitantes do sexo masculino se deve à mobilidade/emigração. Irá tal fenómeno afectar o mercado matrimonial? Certamente que sim. Até que ponto esta falta de homens vai empobrecer ainda mais esta região do interior? E a questão fundamental será indagar a razão da saída dos homens.

13 Ver Capítulo V, ponto 1.3.

## Capítulo IV

### Emigração

#### 1. Aspectos gerais

A palavra emigração designa tradicionalmente o acto de emigrar, isto é, uma ausência com uma duração significativa. «A emigração tal como a entendemos não é um movimento desordenado e anárquico, pelo facto de depender da vontade dos emigrantes. Essa vontade é determinada. Do mesmo modo, o estudo das causas e dos fins da emigração cabe dentro dos mais rigorosos processos da ciência económica»<sup>1</sup>.

Para o estudo da emigração temos de questionar, teorizar, problematizar, pesquisar e trabalhar este fenómeno, não deixando de cruzar e complementar os dados até se obterem algumas respostas, para as aperfeiçoar posteriormente.

A emigração constitui uma fonte inesgotável de trabalho, onde as abordagens teóricas, quer ao nível da análise regional, quer nacional, se multiplicam na sua complexidade. «Como fenómeno estrutural e endémico em Portugal, a emigração tem constituído um autêntico espaço laboratorial de estudo e investigação interdisciplinares, em múltiplas abordagens de interpretações, sobretudo e tradicionalmente de génese macroscópica sob o ponto de vista de enquadramentos explicativos, de movimentações de pessoas e capitais, na resolução de problemas económicos em pólos de atracção e repulsão»<sup>2</sup>.

O fenómeno da emigração foi largamente condicionado por políticas governamentais ambíguas, as quais reflectiam o estado perturbador da sociedade, que anseia por mudanças na estrutura social, económica e política. A atitude do Estado e das classes dirigentes caracterizavam-se por uma relativa

---

1 SILVA, Fernando Emygdio da, *Emigração Portuguesa*, p. 5.

2 LOPES, Maria Teresa Braga Soares, *Correntes de Opinião Pública e Emigração no Distrito de Aveiro (1882-1894)*, p. 209.

apatia, pois debatiam-se com interesses sociais e financeiros antagónicos, problemas coloniais e preocupações demográficas.

Sem dúvida, a emigração acaba por revelar um movimento complexo, que apesar dos interesses do Estado, do indivíduo e dos seus familiares, rapidamente tomou proporções e orientações muito determinadas e de difícil contorno ou bloqueio. A liberdade da emigração estava estipulada na Constituição e era difícil contornar este princípio básico sem o violar e conciliar com os objectivos sociais, políticos e económicos do Estado.

Como fenómeno de cariz social, a emigração varia de país para país e de região para região em função da época, podendo estas variações ser de origem política, social, económica ou mesmo religiosa. Esta corrente humana que emigra difundia-se por toda a parte através de agentes promotores (engajadores), da opinião pública (jornais) e dos brasileiros – emigração bem sucedida, onde os mitos da fortuna e do retorno tinham lugar.

Os emigrantes partiam para o continente americano em busca de melhores condições de vida. «O sonho de fuga à proletarização (de que estavam ameaçados no seu país de origem) que a anterior história colonial suscitara, resultaria frustrada na maioria esmagadora dos casos»<sup>3</sup>.

Ao longo da nossa história, temos notado um movimento intenso e continuado de portugueses pelo mundo. Foram quatro séculos de emigração. Pode-se afirmar que a emigração já faz parte integrante da nossa sociedade. Ao longo deste caminho, os portugueses foram-se distribuindo pelos quatro cantos do mundo.

Apesar de se tratar de um fenómeno de origem antiga, no século XIX adquiriu novas formas resultantes do mundo capitalista que se impõe. Se até então a emigração se assumia como forma de descoberta, de conquista e de colonização, assumia-se agora como um fenómeno de exportação de mão-de-obra, predominantemente jovem e masculina e inserindo-se num projecto de regresso.

O século XV é considerado um marco para o início da expansão, tendo como ponto inicial a cidade de Ceuta, continuando pelas ilhas Atlânticas, África, Ásia e mais tarde para a América. Assim, nos séculos XVI e XVII, fizemos chegar portugueses a todos os continentes e a lugares geograficamente dispersos. Vitorino Magalhães Godinho<sup>4</sup> afirma que no século XVI a nossa presença se verificava desde o Brasil ao Japão, da Terra Nova ao Peru, dos Países Baixos a Moçambique e à Abissínia, de Ormuz e da Pérsia a Timor e às Filipinas, do Rio da Prata a Sevilha e ao interior de Castela.

---

3 PEREIRA, Miriam Halpern, *ibidem*, pp. 10-11.

4 MAGALHÃES GODINHO, Vitorino, *Sociedade Portuguesa*, pp. 22-27.

A partir da decadência da rota do Cabo, em meados do século XVII, a emigração portuguesa desloca-se para o Brasil, consagrando a mudança de uma política colonial que transfere o seu eixo de acção para o Atlântico<sup>5</sup>. No século XIX, apesar das tentativas de Sá da Bandeira, as regiões africanas eram preteridas, o que se deve também à política de imigração brasileira, facilitando e divulgando ideias de que o Brasil era uma terra de oportunidades, de enriquecimento fácil e rápido.

Desde cedo, o Brasil tornou-se uma fonte inesgotável de recursos naturais – a cultura do algodão, a cana sacarina, o café e a descoberta mineira com a exploração de jazigos auríferos e de pedras preciosas.

Nos finais do século XIX, a emigração para o Brasil toma um novo fôlego causado pela conjuntura interna do país (independência em 1822 e sobretudo com o fim da escravatura – 1888). Tal facto leva os governantes brasileiros a promover uma política de imigração com o propósito de colmatar a escassez de mão-de-obra, essencialmente para as extensas plantações de café e de algodão.

Tal como Caio Prado Júnior observou, a emigração «europeia do século XIX representa para o Brasil um tipo original de corrente povoadora»<sup>6</sup>. É que, a partir de meados desse século, a política imigratória do Brasil visa substituir o escravo pelo emigrante europeu.

O fenómeno da emigração, para além do percurso histórico, está também ligado à distribuição geográfica<sup>7</sup>, à imobilidade da propriedade fundiária, aos ciclos de crise na agricultura, à existência de redes de engajamento e de transporte de emigrantes, e à ligação de laços de família e amizade com os emigrantes já residentes no exterior. A conjuntura económica e social do país receptor (Brasil), influenciou de forma decisiva o aumento ou diminuição das deslocações destas gentes.

## 2. Legislação

As vagas sucessivas de emigrantes que se propunham atravessar o Atlântico sempre preocuparam os governos.

Já no século XVII, Manuel Severim de Faria, no seu ensaio *Remédios para a falta de gente*, abordava este problema de falta de população, e atribui-a a três

---

5 SERRÃO, Joel, *Emigração Portuguesa*, p. 90.

6 JÚNIOR, Caio Prado, citado por Joel Serrão, *ibidem*, p. 49.

7 Sacuntala de Miranda faz referência a várias regiões do país onde a emigração é muito elevada, nomeadamente a Norte do país, «a norte de uma linha que, partindo um pouco acima do cabo Carvoeiro, segue o percurso do rio Zêzere, para depois inflectir de forma a abranger o distrito da Guarda (...)», *ibidem* p. 13.

factores distintos: a conquista, a falta de indústria e a escassez de terra para cultivar. E para a resolução deste problema apelou para o desenvolvimento industrial, para a construção de fábricas e para a limitação de exportações de bens essenciais.

Estas resoluções foram apoiadas também por Duarte Ribeiro de Macedo no seu *Discurso sobre a Introdução das Artes no Reino*, realçando a importância da indústria, que levaria os agricultores a passar de uma economia de subsistência para uma economia de excedentes. Assim, Portugal tornar-se-ia um país mais próspero e populoso. Na continuação destas ideias, em 1792, António de Araújo Travassos, no seu trabalho *Discurso Político sobre a Agricultura, Particularmente a de Portugal*, veio reforçar a ideia da falta de gentes no reino, relacionando-a com as condições económicas, emigração, nupcialidade e fecundidade<sup>8</sup>.

Como resultado dessa preocupação, surgem leis que vão restringir a emigração. Assim, o decreto de 20 de Março de 1720 determinava que os passaportes apenas seriam concedidos àqueles que pudessem justificar, por meio de documentos, que iam para o estrangeiro para tratar de negócios importantes ou de assuntos oficiais. Esta legislação tinha por meio travar a crise da mão-de-obra agrícola. No entanto, a atitude dos governos portugueses e das classes dirigentes, ao longo do tempo, caracterizaram-se pelo choque de interesses sociais, financeiros, coloniais e preocupações demográficas. As leis vão surgindo consoante as necessidades da nação.

O impacto da saída de tantos emigrantes era tido pelo governo português e pelas classes dirigentes como algo repugnante, já que as camadas sociais mais baixas procuravam uma vida fácil pelo desejo da mudança social, associada à ambição do enriquecimento. Isto era tido pelas classes dirigentes e por uma burguesia agrária como algo inconcebível ao nível da moral, já que se considerava «a pobreza como estatuto louvável de pureza moral»<sup>9</sup>. Tais ideias moralistas serviam os interesses da burguesia agrária e industrial que temia a diminuição da procura de emprego e consequente pressão salarial.

A vontade de contenção da emigração por parte dos governantes, sobretudo a emigração clandestina, vai afirmar-se através de um conjunto de medidas que visam dificultar a saída dos emigrantes. Surge a legislação que faz antever uma preocupação não só de travar a emigração, mas também de proteger os emigrantes quanto ao empregadores, quanto ao mercado brasileiro e quanto à violência patronal<sup>10</sup>.

---

8 BRETTEL, Caroline B., *Homens que Partem, Mulheres que Esperam*, p. 93.

9 PEREIRA, Miriam Halpern, *Liberdade e Contenção na Emigração Portuguesa (1850-1930)*, p. 11.

10 Embora a legislação brasileira fosse desfavorável ao emigrante, o papel dos Cônsules portu-



A questão do passaporte põe-se como um meio do Estado poder controlar os pedidos e as saídas, ou seja, a mobilidade das pessoas do local de nascimento para o local de trabalho (estrangeiro). Como afirma Jorge Alves, «o passaporte foi sempre, e apenas, um assunto de natureza policial, um documento de identificação dos transeuntes»<sup>11</sup>.

A evolução dos instrumentos da mobilidade da população em geral vai ocorrer de acordo com as conjunturas socioeconómicas e políticas do nosso país. Assim, com a reforma administrativa levada a cabo a partir de 1835, surgem os Governos Civis, que vão simplificar e desburocratizar o processo de aquisição de passaportes. E no que diz respeito aos passaportes, estes passam a ser concedidos pelos governadores civis, que vão arcar com a responsabilidade de emití-los para emigrantes, desde que estes saíssem por via marítima. Com esta legislação, pretendia-se dar um papel activo e controlador da mobilidade à administração municipal.

No período conturbado do *Setembrismo*, aumenta a preocupação sobre a emigração e a concessão de passaporte aos que se ausentavam. Assim, ficou estabelecido que deveria ficar também registado tanto o nome do abonador como o nome do respectivo funcionário, para que se pudesse pedir responsabilidades<sup>12</sup>.

Pelo decreto de 22 de Novembro de 1839, designaram-se as entidades a quem competia a emissão dos passaportes, exigindo-se aos requerentes a indicação da via utilizada (terrestre ou marítima).

No período do *Cabralismo*, aumenta a fiscalização da emissão dos passaportes, já que é este um meio muito importante na vigilância da ordem social. Costa Cabral decretou o uso definitivo do modelo de passaporte impresso. E, para tentar combater a chamada «escravatura branca», que tanta repugnância trazia a nível nacional e internacional, foi reformulada a legislação, de forma a obter-se uma ligação entre o serviço militar e a emigração para o Brasil.

Como meio para combater a emigração clandestina, em 1855, publicava-se a carta de lei de 20 de Julho onde as autoridades competentes obrigavam os comandantes das embarcações mercantes nacionais e internacionais a apresentar a relação dos passageiros, com a respectiva documentação dos emigrantes à saída e à entrada dos portos. O não cumprimento desta carta de lei levava os comandantes a incorrer em pesadas multas, indo até à perda das embarcações.

---

gueses era importante, já que alertavam os emigrantes e a opinião pública para o que se passava no Brasil.

11 ALVES, Jorge, *Os Brasileiros, Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*, Porto, 1994, p. 104.

12 RODRIGUES, Henrique, *Emigração e Alfabetização*, p. 28.

O legislador vai preocupar-se também com as condições sanitárias e higiénicas dos transportes dos passageiros e/ou colonos.

Com o «Regulamento Geral da Polícia para o Trânsito no Continente do Reino e Ilhas Adjacentes, Entradas Viandantes e sua Saída para o Estrangeiro», aprovado a 7 de Abril de 1863, reuniram-se todos os procedimentos legais estabelecidos até então, não apresentando no entanto grandes inovações.

A carta de lei de 1877 (28 de Março) procurou impedir a saída dos mancebos até à idade de 22 anos completos. Estes jovens, para pedir o passaporte para emigrar, tinham de apresentar a documentação em como tinham satisfeito as leis de recrutamento pagando a fiança e/ou apresentando documentos em como tinham cumprido o serviço militar.

Com o aproximar do final do século XIX a legislação vai apertar, cada vez mais, em torno da figura do emigrante. Este aparece-nos agora não com a imagem de uma pessoa desprotegida, mas emancipada.

Para o controlo e protecção do emigrante em 1896 (3 de Julho), publicou-se o «regulamento da polícia de repressão da emigração clandestina», onde encontramos as competências das polícias e as respectivas punições a aplicar sobre os indivíduos e agências que aliciavam os jovens, para a emigração cladestina.

Ao longo dos tempos o passaporte continua a ter um papel de filtração de todos os que entram e saem do reino. Era uma maneira de controlar e dirigir esta emigração, já não para o Brasil, mas sim para as nossas colónias em África, como queriam os dirigentes do Reino.

### **3. «Escravatura branca»**

No Brasil, o grande aumento que se verifica na emigração oriunda da Europa surge a partir da segunda metade do século XIX, e vai coincidir essencialmente com a abolição da escravatura – processo que se iniciou com o fim do tráfico de escravos, em 1851, e termina com a sua libertação total em 1888. É evidente que a abolição da escravatura veio causar graves problemas de mão-de-obra (em 1800, os escravos representavam, pelo menos, metade da população do Brasil, constituindo não só a base da economia de exportação, como uma parte importante da mão-de-obra urbana especializada e não especializada das cidades do litoral)<sup>13</sup>. Houve a necessidade de substituir a mão-de-obra escrava negra pela mão-de-obra branca europeia.

---

13 MIRANDA, Sacuntala, *ibidem*, p. 21.

Entre 1852 e 1860, o Brasil recebeu 121 747 estrangeiros, número muito superior ao das três décadas anteriores, que foi de 17 056, na sua maioria portugueses que se radicavam nos centros urbanos<sup>14</sup>, mas que também se destinavam às fazendas.

A década de 1880 foi caracterizada pelo aumento de capitais europeus ligados à expansão da cultura do café. O Governo brasileiro, conjuntamente com os governos estaduais e municipais, vai envolver-se na construção de infra-estruturas viradas para uma economia de exportação dominada pelo café e seguida pela borracha, como caminhos-de-ferro, estradas, e portos.

Com abolição da escravatura, o Brasil tem necessidade de mão-de-obra, principalmente para as grandes explorações de café. Com a alta do café, os fazendeiros conseguem subsídios do governo federal para importar mão-de-obra europeia, financiando o transporte e a instalação das primeiras levadas de imigrantes para as suas fazendas.

O Governo brasileiro organizou campanhas de propaganda em Portugal, Espanha, Itália e Alemanha, países cujas condições económicas eram favoráveis a esta iniciativa. Oliveira Martins no seu livro *a Província*<sup>15</sup> refere um convite de 12 de Janeiro 1887, feito nestes termos: «Anunciou recentemente o digníssimo cônsul brasileiro nesta cidade (do Porto) que o seu governo concedia aos emigrantes do Império, o pagamento da passagem transatlântica, a recepção e agasalho por 8 dias, transporte gratuito do porto de desembarque para as localidades que se dirijam, e parcelas de terras ou trabalho em obras em vias de andamento».

Embora as ofertas não correspondessem à realidade, a verdade é que a campanha resultou e vagas sucessivas de italianos, espanhóis e portugueses partiram para o Brasil. A situação interna portuguesa, as relações existentes desde os descobrimentos e a referida campanha, fizeram do Brasil o principal país de destino dos emigrantes.

As despesas de viagens do emigrante e sua família eram pagas pelo Governo e os fazendeiros assumiam os gastos dos colonos durante o primeiro ano no país<sup>16</sup>. O consulado brasileiro na Europa passa a ser uma espécie de angariador de mão-de-obra, por excelência.

---

14 SILVA, M.<sup>a</sup> Beatriz Nizza, e outros, *História do Brasil. Colónia-Império-República*, p. 80.

15 Citado por BACALHAU, Mário, *Portugal, Quanto Somos?*, p. 108.

16 SILVA, M.<sup>a</sup> Beatriz Nizza, e outros, *ibidem*, p. 80.

#### 4. Recrutamento, engajamento e contratos

Os engajadores eram agentes que promoviam e faziam parte integrante do mundo da emigração. Eles aliciavam, das mais variadas formas, o emigrante. O engajador era o «vendedor de sonhos».

Não se poderá esquecer que a decisão de partir não dependia apenas da vontade individual e familiar, mas também do sonho individual apoiado «num movimento de população, que pressupunha uma rede mais ou menos articulada de agentes directos da corrente emigratória»<sup>17</sup>.

O engajador era um indivíduo subtil, de «falinhas mansas», que trabalha tanto no meio urbano como no meio rural, podendo ter por sua conta outros engajadores, formando uma autêntica rede de angariadores para os futuros emigrantes. Estes engajadores ofereciam, frequentemente, dinheiro a quem conseguisse convencer outra pessoa a emigrar<sup>18</sup>. Publicavam anúncios oferecendo serviços aos futuros emigrantes, anúncios estes por vezes mascarados pela riqueza fácil e próspera, visualizando um cenário protector que contrasta com a realidade brasileira.

O *Boletim da Emigração* apelida-os de «bandidos de aliciamento (...) intermediários que se arvoram em propagandistas, que sugestionam os incautos a expandirem-se, fingindo-se procuradores desinteressados mas apanhando-os até ao derradeiro avo»<sup>19</sup>.

Perante tanto aliciamento e apesar das notícias alarmantes que se publicavam, a realidade portuguesa fazia com que o emigrante fosse obrigado a partir. A ideia de emigrar vai-se prender naturalmente com as más condições de vida. «É a filoxera que nos devasta as vinhas, é a moagem que guerreia com o trigo, é a hipoteca arruinando a lavoura de mãos dadas com o fisco, é sobretudo a coincidência do retraimento nas despesas de obras públicas, com a propaganda de engajamento fomentada pelos fazendeiros do Brasil, que já não têm escravos»<sup>20</sup>. A amplitude desta realidade vai ser aproveitada pelos engajadores, aliada ao desentendimento entre a política portuguesa de emigração (restrição) e a política brasileira de imigração (angariação).

Se, por um lado, a lei portuguesa<sup>21</sup> e a opinião pública, se sentiam impotentes perante a rede de informação criada pelos engajadores, quer em Por-

---

17 PEREIRA, Miriam Halpern, *ibidem*, p. 22.

18 BRETTEL, Caroline B., *ibidem*, p. 101.

19 LOPES, Maria da Graça L. F., *A Emigração do Distrito de Bragança (1901-1920), Uma Análise Regional*, p. 127.

20 MARTINS, Oliveira, *Emigração*, p. 251.

21 A lei portuguesa de 20 de Julho de 1855 procurava defender e alertar os emigrantes das fraudes dos contratos.

tugal quer no Brasil, a realidade é que o emigrante não possuía a preparação necessária para avaliar as vantagens ou inconvenientes da situação. «Enquanto uns defendiam e outros criticavam as migrações transatlânticas, procurando influenciar a decisão de partir ou ficar, cabia aos potenciais emigrantes o cuidado de fazer uma avaliação comparando das suas perspectivas no próprio país e no país de destino, separando a informação da propaganda. O maior ou menor sucesso da emigração começa assim a delinear-se ainda antes da partida, em função da capacidade de influências dos diversos grupos de interesse e da capacidade dos emigrantes para seleccionar as suas fontes de informação»<sup>22</sup>.

O contrato realizado com o emigrante era-lhe quase sempre desfavorável, numa sociedade em transição da mentalidade escravagista para a mentalidade capitalista, onde a motivação era o lucro. Os emigrantes iam substituir os escravos.

O contrato podia ter validade de 5 anos: «estipula-se um ordenado anual, pago mensalmente ao chefe de família, e um pequeno ordenado mensal a cada um dos membros da família, exceptuando os menores de 10 anos, que não obstante nada receberem, prestariam serviços compatíveis com as suas forças, em compensação da alimentação e mais despesas que se façam com eles. O contrato incluía, para toda a família, casa, cama, mesa e os necessários socorros médicos e de botica grátis, sendo adiantadas as importâncias das passagens e mais despesas dispensáveis desde o porto até ao Rio de Janeiro»<sup>23</sup>.

Havia ainda outro tipo de contrato, donde se nota já uma redução de tempo, pois o contratado trabalha por empreitada, isto é, o seu ordenado era feito em função do trabalho realizado. «Os ganhos eram calculados de acordo com o número de pés de café capinados e segundos os litros de café colhidos, (...) e cada trabalhador adulto receberia ao complementar a empreitada, 1000 réis por dia e alimento. Só no primeiro ano lhe seriam abonados meios de subsistência»<sup>24</sup>. Estes contratos eram agora de três anos, podendo o trabalhador rescindir o contrato, pagando somente as dívidas, caso as houvesse. As despesas da viagem «seriam amortizadas com metade do que ganhassem»<sup>25</sup>.

As represálias ao engajamento assim como à emigração clandestina são acompanhadas de medidas de protecção à emigração legal (embora na prática não resultassem na aplicação de sanções). Tais políticas suscitaram grandes debates sobre a permissividade da legislação e da fiscalização.

---

22 LEITE, Joaquim da Costa, *Informação ou Propaganda? Parentes, Amigos e Engajadores na Emigração Oitocentista*, p. 98.

23 MIRANDA, Sacuntala, *ibidem*, pp. 69-70.

24 *Idem*, *ibidem*, p. 70.

25 *Idem*, *ibidem*, p. 70.

Por tais razões, as passagens e passaportes só poderiam ser emitidos por agentes autorizados, a quem se podia exigir os respectivos alvarás de licenças<sup>26</sup>. Os não habilitados para esta função eram, pois, angariadores e agentes de uma emigração clandestina.

O engajamento não tinha público seleccionado, todos podiam cair na «cantiga» dos engajadores, mas os mais pobres, os mais desprotegidos, as mulheres, os jovens (sujeitos ao serviço militar) e os menores eram os preferidos. Como é o caso de Manuel, filho de José e de Maria, natural do lugar de Pousada, onde nasceu no dia 6 de Outubro de 1848. Terceiro filho do casal, pediu o passaporte para emigrar para o Brasil em 1862, com a idade de 13 anos. Com 1,48 m de altura, uma cicatriz no sobrolho esquerdo e sinais de bexiga. Foi abonado por documentos pelo contrato de engajamento que ficou arquivado na Repartição de Vila Real.

Às autoridades competia melhorar a vigilância, evitando as fugas desta população activa, que era transportada como «gado humano» e que mal chegasse ao destino era recrutada pelas empresas particulares de emigração, que faziam leilões entre os emigrantes como se faziam antes com os escravos. A ignorância e não qualificação profissional faziam deles mão-de-obra barata, com salários inferiores à média.

O emigrante chegado ao Brasil ocupava-se do trabalho da terra, nas minas, no comércio, em ofícios e nos vários serviços, nos centros urbanos. As autoridades brasileiras estavam interessadas na sua ida, pois ao longo do século XIX, a escravatura negra foi desaparecendo e havia necessidade de mão-de-obra. As autoridades portuguesas fechavam os olhos à saída dos seus concidadãos, antevendo o envio das remessas de dinheiro tão necessárias à nossa débil economia.

A necessidade de emigrar, aliada ao apelo brasileiro e ao aliciamento dos engajadores, dificultava o cerco legislativo e policial que os governos pretendiam fazer à emigração desproporcionada, revelando e evidenciando muitas vezes aspectos contraditórios. Como nos afirma Oliveira Martins «não se trata agora de saber se convém ou não que o português emigre para o Brasil, basta-nos afirmar que, nas condições presentes, há-de emigrar porque nas alfândegas não cabe incontestavelmente toda a gente. E cumpre acrescentar que, sendo a exportação de gado humano o primeiro ramo de produção rendosa que temos, paralisá-lo é o mesmo que embaraçar a saída do vinho, por exemplo, tantos cuidados com a exportação dos vinhos e prisões contra exportação de gente!»<sup>27</sup>.

---

26 Ver anexo Alvará de licença.

27 MARTINS Oliveira, *A Emigração Clandestina*, p. 44.

Perante as desvantagens da emigração, a imposição por parte do Estado de medidas rigorosas e proibitivas contrasta com a neutralidade ou indefinição manifestadas nos muitos benefícios que a emigração desencadeia.

O Estado tinha o dever de educar, divulgar, defender, policiar e fiscalizar as condições desta emigração. Tinha de criar um sistema regulador para fiscalizar os abusos; exercer pressão ao nível da legislação com regulamentos e acordos internacionais para reduzir esta massa de gente que, atrás de um sonho, encontrava um pesadelo. «A regulamentação da emigração por toda a parte se dá. O Estado faltaria, de resto, à sua missão se não o fizesse. O problema, por mais que interesse à liberdade individual dos cidadãos – escreveu alguém – é antes de todo o interesse colectivo»<sup>28</sup>.

A regulamentação era necessária para controlar o fenómeno que era a emigração, mesmo pondo em risco os direitos dos indivíduos de procurarem melhores condições de vida para si e para os seus. Mas o que acontecia era que «despovoam-se de homens aldeia inteiras; em outras fica a minoria guardando as casas da maior parte, que fugiu»<sup>29</sup>.

## 5. Transporte

A emigração para o Brasil está intimamente ligada ao desenvolvimento dos meios de transporte, sobretudo do barco a vapor.

Apesar da independência do Brasil (1822), o comércio com Portugal vai-se manter, sobretudo a nível das cidades portuárias. Este comércio era em grande parte determinado pelos gostos dos emigrantes, que optavam por adquirir produtos portugueses, sobretudo alimentares.

Esta relação entre a ida e o regresso dos emigrantes e o comércio luso-brasileiro era muito expressivo na região do Porto, sendo o Brasil o melhor importador e fornecedor nesta cidade<sup>30</sup>. Esta emigração, por vezes, é um bom substituto pelo decréscimo do comércio. Assim, a Associação Comercial vai apresentar-se como um grupo de pressão para a liberdade de emigração, contra as restrições burocráticas e fiscais que tendiam a dificultar o embarque dos emigrantes. Estes também reclamavam a liberdade de movimentos dos armadores portuenses contra os barcos veleiros estrangeiros.

As restrições burocráticas surgem com mais força no período do *Cabralismo*. A fiscalização exigia uma lista aos capitães dos navios onde devia cons-

---

28 SILVA, F. Emygdio, *Emigração Portuguesa*, p. 45.

29 MARTINS, Oliveira, *Jornal de Comércio*, 1891.

30 ALVES, Jorge, p. 60.

tar os nomes, idades, profissões, sexo e naturalidade dos passageiros. Esta lista seria entregue ao cônsul ou à autoridade que o substituísse, após a chegada do barco ao destino.

Para o infractor havia multas muito pesadas. Como medida preventiva, o capitão era obrigado a fazer depósito de quatro contos de réis, os quais só reaveria dezoito meses depois e após o regresso ao ponto de partida<sup>31</sup>. Mas esta regra não se aplicava aos barcos a vapor.

Esta legislação, como foi referido, era um meio de reprimir a emigração ilegal, diminuir a corrente humana dirigida para o Brasil e, essencialmente, evitar a fuga ao recrutamento militar. Assim, em 1837, Sá da Bandeira apresenta um projecto de lei, que visava a regulamentação do transporte e a prevenção das más condições que os comandantes ofereciam aos emigrantes. Devido à conjuntura da época, este projecto não foi avante.

No entanto, em 1842, Sá da Bandeira envia-o de novo para as Cortes. Este novo projecto visava estabelecer «uma relação entre o número de passageiros e tonelagem (...), definir dimensões mínimas para os compartimentos, assegurar a qualidade e a quantidade das provisões a bordo, tornar obrigatório a existência de médico e botica para os navios que ocupassem a terça parte da sua lotação com passageiros, propiciar a fiscalização das autoridades alfandegárias e consulares através da elaboração obrigatória de listas identificadoras»<sup>32</sup>.

Se por um lado esta legislação era severa e era uma forma de reprimir a emigração ilegal, por outro lado não se aplicava às novas embarcações, pois refere-se às embarcações que saíssem do Reino ou das Províncias Ultramarinas para portos brasileiros, essencialmente<sup>33</sup>.

Estas excepções só beneficiavam as carreiras inglesas (como a que largava de Liverpool, passando pela ilha de Madeira, Pernambuco, Baía e Rio de Janeiro) por não se encontrarem abrangidas pela portaria de Agosto de 1842. Os comerciantes portugueses protestaram, e reclamaram ao Governo. Muitas das disposições legais foram anuladas, mas mantiveram-se, no entanto, algumas outras, como as que exigiam passaporte para ser admitido como passageiro em qualquer navio mercante, continuando a manter-se a obrigatoriedade da relação passageiros e tonelagem, assim como os mantimentos e a entrega da lista dos passageiros aquando da saída e entrada das embarcações. Os comandantes continuam a ser responsáveis.

---

31 RODRIGUES, Henrique, *ibidem*, p. 29.

32 ALVES, Jorge, *ibidem*, pp. 111-112.

33 Só a partir de 1877 é que se extingue o privilégio de que os paquetes estrangeiros estavam isentos às obrigações inerentes ao transporte de colonos.



Os negociantes de Lisboa vão mais longe, quando pedem a suspensão dos artigos referentes à responsabilização do capitão na falta dos passaportes. O levantamento de tais normas leva a que os barcos a vapor comecem a fazer paragem no Porto, Lisboa, ilhas da Madeira e Açores.

Havia uma grande dificuldade de legislar sobre as embarcações a vapor na medida em que estas eram, na sua maioria, estrangeiras. A responsabilidade legal pendia sobre o capitão destas embarcações, obrigando o desvio das suas rotas habituais, com prejuízo dos portos portugueses em detrimento da nossa economia nacional<sup>34</sup>.

Embora os capitães fossem responsáveis, pela embarcação, mercadoria e passageiros, por vezes estes, eram também agentes de uma emigração clandestina e financiavam os emigrantes, adiantando-lhes as passagens em troca de serviços prestados durante a viagem «é o caso dos emigrantes matriculados como tripulantes, que nem assim ficavam eximidos totalmente do pagamento futuro da viagem, ou nas contratação de serviços futuros, que depois o capitão negociava com os engajadores brasileiros»<sup>35</sup>.

O transporte destes emigrantes deixava muito a desejar, não só pelo custo da viagem, como pelas condições de higiene e de lotação. Estas eram tidas com «indústria de transporte de gado humano», e por isso lucrativas. «Os passageiros transportados a monte na 3.<sup>a</sup> classe, sustentavam o luxo da 1.<sup>a</sup> classe»<sup>36</sup>.

A viagem para as terras da América do Sul era atribulada. Os navios partiam superlotados, amontoando-se os passageiros nos espaços disponíveis. Grande parte dos que partiam não tinha dinheiro para viagem, sendo esta paga no Brasil através dos trabalhos que o emigrante era obrigado a fazer. Não podemos esquecer que havia uma rede de exploradores que envolvia desde o capitão do navio aos agentes locais, todos ganhando à custa do emigrante.

Os preços das viagens oscilam consoante o tempo de viagem e as condições de transporte. O emigrante começa a procurar navios que o levem a preços razoáveis e o mais rápido possível para o Brasil. O preço era importante, mas não podemos esquecer que a relação preço/tempo pesava no momento da escolha.

O incremento da navegação transatlântica, a construção de enormes paquetes que atravessavam o Atlântico e a constituição de grandes companhias de navegação, provocaram uma maior competitividade de preços e fizeram com que as viagens se tornassem mais rápidas e baratas. A navegação veleira tornou-se antiquada e dispendiosa.

---

34 ALVES, Jorge, *ibidem*, p. 121.

35 PEREIRA, Miriam Halpern, *ibidem*, p. 24.

36 *Idem*, *ibidem*, p. 27.

A ajuda da publicidade nos jornais («temos uma descida vertiginosa dos preços das passagens e a oferta constante de novos incentivos, ligado a um maior conforto nas instalações proporcionadas aos passageiros de 3.<sup>a</sup> classe, a uma alimentação melhorada»<sup>37</sup>) vai proporcionar uma melhoria considerável no transporte dos emigrantes. De facto, até aí, estes não tinham direito a cama, pois dormiam no tombadilho do barco, no porão, ou em qualquer local destinado a todos os viajantes da 3.<sup>a</sup> classe, o que acarretava um desconforto total, na medida que o emigrante, quando chegava ao local de destino, já ia enfraquecido, doente e desnutrido para se apresentar ao local de trabalho e/ou procurar trabalho.

Na cidade do Porto, como local de embarque de maior número de passageiros (seguido pelos Açores) ainda continuavam com força os navios nacionais, onde os passageiros e navios se enquadravam no meio legal. Continuava-se a procurar combater a emigração ilegal, assim como os «abusos escandalosos que se cometem na condução dos chamados colonos que das ilhas adjacentes a este Reino emigram para aquelle Império, com contratos de locação de serviços, nos quaes, e na maneira como são executados, é notório praticarem-se muitas fraudes»<sup>38</sup>.

Por essa razão, a inspecção às embarcações torna-se apertada, tornando-se extensiva aos passageiros, não esquecendo as condições higiénicas, a salubridade, os géneros alimentícios, a aguada, a botica, a caixa dos medicamentos, tudo o que interferia na degradação da viagem, assim como as multas a quem não cumprisse as leis. Temos um grupo de entidades a trabalhar em conjunto.

Melhorar as condições de transporte dos emigrantes foi, deste modo, uma das principais preocupações do Governo na segunda metade do século XIX.

## **6. Serviço militar**

O serviço militar tirava alguns anos (3 a 5) aos mancebos do Reino, prejudicando-os no seu enquadramento familiar e na constituição de novas famílias. Daí que, desde muito cedo, a legislação fosse bastante dura. A severidade desta varia consoante a necessidade numérica dos mancebos e a conjuntura de paz ou de guerra do Reino.

Assim, desde o fim da guerra civil, que opôs os miguelistas aos liberais, e a consequente organização do exército, surgem as primeiras leis para

---

37 MIRANDA, Sacuntala, *ibidem*, p. 66.

38 Portaria de 12 de Maio de 1852.

orientar e organizar as forças armadas. Os mancebos seriam os indivíduos do sexo masculino com idade compreendida entre 18 e 25 anos. As paróquias eram responsáveis pelo tratamento destes dados.

No entanto, havia uma lista de isenções ao serviço militar, a qual favorecia essencialmente os que possuíam mais poder económico e favorecia também os familiares da longa lista dos liberais, como ainda os casados e clérigos, entre outros. Isto, leva uma grande parte dos mancebos a alegar isenção.

Para controlar esta «fuga» dos mancebos, vai-se criar a concessão da res-salva militar que devia acompanhar o indivíduo, pois havia meios menos legais de passar à isenção, como a conivência das próprias autoridades ou o suborno e falsificação de assinaturas.

O serviço militar era algo terrível que sucedia às famílias dos trabalhadores agrícolas. Estas viam os filhos a partirem para os quartéis por longos anos. Perdiam o trabalho braçal que tanta falta lhes fazia, na sua economia já reduzida.

Para o mancebo, esta vida também não lhe era favorável. Estavam sujeitos à separação da família, metidos nos quartéis frios onde a disciplina era muito rigorosa e a alimentação degradante, onde passariam longos anos, entre gente estranha e desdenhosa, que ridicularizava a sua pronúncia e os seus modos rurais.

Em 4 de Junho de 1859, foi publicada uma nova lei que via na emigração uma maneira de sustentar a pesada máquina, que era o exército<sup>39</sup>. Assim, todos os que se ausentassem dos 14 aos 21 anos pagariam uma fiança. Para tal compromisso, havia os fiadores que se responsabilizavam pelo pagamento desta fiança, caso o futuro mancebo fosse sorteado, e para cumprir o serviço militar ou encontrar quem o substituísse<sup>40</sup>. Por outro lado, este facto vai favorecer o retorno aos maiores de 26 anos, que podiam pagar a remissão militar.

Tome-se como exemplo Manuel Martins (19-10-1843), solteiro de 18 anos, filho de Vitorino Joaquim Martins Clemente e de Ana Correia Rola, natural de Viaris da Poça, que pediu o passaporte em 1862 para emigrar para o Brasil. Por ser menor, foi abonado por documentos e por termo de fiança que ficou arquivado na repartição de Vila Real, enquanto seu irmão, Clemente Martins (12-2-1851), lavrador de profissão, emigrou no ano de 1881. Não precisou de fiança, pois tinha 31 anos.

---

39 Pretendia-se que os jovens que se ausentavam pagassem as despesas que decorriam da substituição do mancebo sorteado e ausente, pois saía caro para o Reino reter os militares por mais tempo do que a lei permitia. Estes receberiam um salário maior.

40 RODRIGUES, Henrique, *ibidem*, p. 40 e seg.

Veja-se o caso de António Pinto de Magalhães, filho de Rodrigo Lourenço Almeida, pedreiro e de Maria Pinto Magalhães, lavradora. Terceiro filho de sete, era natural de Vendas e nasceu em 13 de Setembro de 1867. Pediu o passaporte para o Rio de Janeiro, no ano de 1882, desconhece-se a sua profissão mas não sabia ler nem escrever. Apresentou documentos legais necessários para se ausentar. Regressa a Portugal e, em 1891, pede de novo passaporte para regressar ao Rio de Janeiro.

Também António Martins Rego (26-5-1839), filho de José Martins Rego e de Ana Carvalho, residente em Vila Nova, pede passaporte em 16 de Setembro de 1854, com a idade de 15 anos. Desconhece-se a profissão e se sabe escrever e ler. Foi abonado por Domingos José Lopes Barros de Vila Real. Em 16 de Maio de 1855 pede novo passaporte, sendo o mesmo indivíduo a abonar, com destino ao Rio de Janeiro.

## **7. Sucessão, herança e propriedade rural**

O código civil de 1867 veio abolir todos os privilégios de partilhas e ordenou a divisão igual entre os herdeiros. O regime sucessório de 1867 dispõe que todos os filhos se encontram em condições de igualdade à partilha da herança deixada pelos pais. Esta é constituída por uma quota-parte, a qual é obrigatoriamente repartida em parte iguais pelos filhos – a quota legítima – e por uma outra, de que os pais podiam livremente dispor em favor de quem bem quisessem – a quota disponível – e de que resultava a possibilidade de favorecer um ou mais filhos sobre os demais.

A imposição da igualdade possível, quanto à natureza dos bens da herança, na formação dos lotes a distribuir entre todos, e o recurso ao pagamento de tornas para desfazer os desequilíbrios de valores gerados na partilha dos bens, «vai permitir a partilha igual entre herdeiros, permitida entre a jurisprudência civil sem atenuantes nem limites, [o que] tem feito levantar por este Norte bastantes muros divisórios em terra onde não sobrava superfície para esse luxo de calhaus»<sup>41</sup>.

Trás-os-Montes deve ser considerada uma região de explorações relativamente pequena. Estas divisões de terras, segundo Ruth Way, viria de «uma antiga lei celta de distribuição igualitária da terra aos filhos herdeiros», assim como Houston notou a «manta de retalhos dos campos abertos dos minifúndios excessivos das regiões do Norte de Portugal e de Castela»<sup>42</sup>.

---

41 TELES, Basílio, citado por Fátima Brandão, *Sucessão, Herança e Propriedade Rural Minhota: Algumas Sugestões e um Caso Sobre o Impacto do Código Civil de 1867*, p. 198.

42 Citado por O'Neil, Brian, *ibidem*, pp. 51-52.

Esta divisão da terra provocou a criação de minifúndios. Como nos afirma Manuel Villaverde Cabral, com a legislação sobre as sucessões vai-se obrigar a repartição da terra igualmente entre os herdeiros, obrigando a que nenhum destes possuísse capitais suficientes para resgatar as partes dos irmãos. Isto faz com que o fraccionamento das pequenas explorações vá até à inviabilidade económica das mesmas.

Na continuação destas ideias, Fernando Medeiros vai mais longe, afirmando que os descendentes seriam cada vez mais compelidos à emigração, em virtude dos efeitos mecânicos da partilha igual da herança<sup>43</sup>. Assim, mais importante do que saber-se como se repartem entre os filhos os bens que constituem a herança deixada pelos pais, é saber-se como numa dada comunidade se encara e prepara o futuro da cada um dos filhos, dentro ou fora da casa, dentro ou fora da comunidade natal.

Deste modo, os pais impunham aos filhos a necessidade de emigrar. Por vezes, os filhos excluídos dessa sucessão encontravam-se ausentes no Brasil por ocasião da partilha.

Segundo o estudo efectuado por Margarida Durães<sup>44</sup>, na região barrosã, o importante da questão da transmissão dos bens patrimoniais encontra-se na integridade da casa. Quando se põe o problema da transmissão de bens, tenta-se contornar a questão da divisão. Assim, deve-se evitar o fraccionamento e a desintegração da casa. Procura-se desde cedo, uma rede de relações e acerto entre os parentes. Estes acordos destinam-se não só à escolha do *morgado*, mas também ao estabelecimento de alianças matrimoniais que assegurem os restantes irmãos – filhos-segundos. A escolha do *morgado* não recai somente no filho mais velho.

O processo pode culminar na elaboração de um testamento, onde se nomeia o sucessor, atribuindo-se-lhe a quota disponível e especificando quais os bens do sucessor e as legítimas dos outros descendentes.

O proprietário, no entanto, desde cedo, deve procurar *encaminhar* os filhos-segundos. Assim:

- As filhas recebem um dote constituído por dinheiro e poucas propriedades, que lhe vão permitir casar no mesmo círculo social.
- Os filhos podem escolher entre casar (com filhas-segundas de outras casas) ou enveredar pela carreira eclesiástica, ficar solteiros em casa, ou emigrar para o Brasil.

---

43 BRANDÃO, Fátima, *ibidem*, p. 200.

44 DURÃES, Margarida, *Necessidades Económicas e Práticas Jurídicas: Problemas da Transmissão das Explorações Agrícolas. Séculos XVIII e XIX*, p. 73 e seg.

Uma das alternativas, sobretudo para os filhos do sexo masculino, era a emigração. O pai procurava, através dos seus contactos, arranjar conhecimentos e emprego no Brasil ou enviar o filho para alguém da família estabelecida, com quem se podia contar: «o homem que se dizia meu protector»<sup>45</sup>. Esta partida para além-mar era por vezes definida e preferível do que ter que esperar pela herança.

De um modo geral, quando os pais morrem, os filhos já sabem o que recebem. Caso contrário, esta função compete ao sucessor, que deve proceder ao pagamento das legítimas dos outros herdeiros. É de salientar que este tipo de herança só pode ser praticada pelas famílias economicamente mais favorecidas e não punha em causa a subsistência dos outros herdeiros.

Os pais adoptam também outro método, que é o adiantamento de uma quantia em dinheiro, ou a transferência da propriedade ainda em vida à medida que os filhos se casam e se estabelecem. Por conta e paga do legítimo, as famílias também podiam despende somas consideráveis para enviarem alguns dos seus membros para o Brasil.

Existe uma relação por vezes conflituosa entre o matrimónio e o património, principalmente em casa dos lavradores ricos. O chefe de família procura a todo o custo reter em seu poder o património indiviso e o matrimónio pode trazer consigo a dispersão e divisão desse património. Um dos processos é, quase sempre, a transmissão ao herdeiro, em vida dos pais, das rédeas da casa e de uma boa parte da propriedade ou prometer a esse herdeiro, em segredo, a herança. Com o tempo, esse segredo chega aos ouvidos dos outros herdeiros, que desde logo aceitam as disposições dos pais ou reagem contra. Por vezes, os que reagem contra são desde logo desfavorecidos, sendo obrigados a partir.

O matrimónio, como nos afirma Brian O'Neil, tanto pode juntar indivíduos como grupos ou mesmo afastar, já que a relação conflituosa entre o património/matrimónio pode fazer a escolha de quem deve casar e com quem, e quem se deve manter solteiro ou sair de casa. Em termos reais, o herdeiro, a pouco e pouco, vai afastar os restantes herdeiros, excluindo-os da herança e criando a desigualdade.

O casamento entre o futuro herdeiro e a esposa era importante, pois seria sempre um casamento de estratégia, um casamento de prestígio, que traria dividendos para a casa. Evidentemente que os outros herdeiros se podiam casar, mas os seus casamentos não podiam ameaçar a divisão do património, isto é, deveriam casar com cônjuges de fora da paróquia, ou permanecer solteiros ou então casar tardiamente.

---

45 CASTRO, Ferreira, *A Selva*, p. 19.

As mulheres, filhas dos grandes proprietários, costumam manter-se solteiras em vez de casar com alguém de baixa condição social. Outras podiam casar-se, mas para além da freguesia e com alguém da mesma condição social. Assim, procurava-se não criar problemas de divisão da propriedade, «minimizar possíveis ameaças ao capital simbólico possuído pela parentela e centralizando especificamente na posição e potencialidade nupcial das suas mulheres»<sup>46</sup>.

Tendo em conta a classe social, os proprietários casam pela posição social e exercem um certo controlo, em relação aos herdeiros através do favorecimento, de quem casa cedo e quem fica em casa. É preciso atrasar a divisão legal do património. Mesmo que um dos cônjuges tenha falecido, nenhum dos herdeiros pode receber a sua parte da herança sem a morte dos progenitores. O que acontece, por vezes, é que os herdeiros vão ficando em casa, vivem todos juntos e contribuem para a unidade do património familiar.

O herdeiro escolhido, normalmente, fica em casa e tenta que haja um senso comum entre os sucessores, pois há que evitar a partilha do património. No entanto, os outros irmãos recebem uma parte da herança, que pode ser dinheiro ou leiras dos 2/3 da legítima. O interesse da escolha do herdeiro – o sucessor – é adiar e evitar o mais possível a divisão do património.

É importante referir que este processo de escolha do herdeiro privilegiado pode ser pacífico. Acontece, por vezes, o herdeiro poder comprar as partes aos seus irmãos, numa tentativa de consolidar, uma vez mais, o património. Assim como o património pode ser dividido de modo igual entre os herdeiros.

Os lavradores casam com o sentido de arranjar mais mão-de-obra para trabalhar, e a escolha vai recair num homem ou mulher que tenha reputação de bom trabalhador. «Uma casa é considerada forte e rica em mão-de-obra se possui muitos filhos com bons hábitos de trabalho»<sup>47</sup>. Para as famílias dos lavradores, os filhos deviam ser leais com os pais. Tinham a obrigação e dever de cuidar dos pais até ao fim das suas vidas e trabalhar para eles até aos filhos terem a idade de 21 anos. A obrigação de cuidar dos pais está intrinsecamente ligada à herança.

Não se pode esquecer que as crianças eram tidas como adultas em ponto pequeno, apesar de elas se encontrarem mais protegidas nas famílias abastadas do que nas famílias pobres. Entre os lavradores, e tendo em conta que os filhos eram sinónimo de mão-de-obra, a educação destas era integrada no projecto familiar e económico da casa.

---

46 O'NEIL, Brian, *ibidem*, p. 232.

47 *Idem*, *ibidem*, p. 251.

Assim, quem cuidar dos pais, se estiver em condições de o fazer, pode ser escolhido para tomar conta das terras, chamando a si todos os encargos da casa: as dívidas para com os filhos solteiros que residem ainda em casa; a dívida original da totalidade dos filhos para com os progenitores, aquela que exige que os pais sejam bem tratados, respeitados e sustentados até à sua morte, e respeitar na intriga as disposições do testamento, quer no aspecto espiritual, quer no temporal<sup>48</sup>.

Como nos afirma Brian O' Neil, «as regiões onde se verificam as formas de herança com um único herdeiro são frequentemente caracterizadas pelo casamento tardio, o celibato, a emigração institucionalizada e uma ênfase sobre a transmissão de um património intacto ao longo das gerações»<sup>49</sup>.

---

48 Ver anexo Testamento de Francisco Rodrigues, de Aveçãozinho.

49 O'NEIL, Brian, *ibidem* p. 363.



## Capítulo V

### A emigração no seio da freguesia

#### 1. Perfil do emigrante

Nas primeiras décadas do século XIX, como já tivemos oportunidade de explicar, a emigração portuguesa não era um fenómeno novo.

Com o Brasil como destino principal e com o desenvolvimento dos transportes, o papel dos engajadores contribuiu de forma decisiva para o aumento do fluxo dos emigrantes o que, por sua vez, vai provocar uma dinâmica no movimento dos pequenos portos do norte e centro de Portugal.

Se pretendermos dar um rosto ao emigrante, teremos de questionar primeiro, *quem emigra, donde se emigra, e por que razões se emigra.*

#### 1.1. Quem emigra?

Por tradição o homem tem tendência a emigrar, já que o peso da tradição reclama para a mulher um papel mais recatado e ligado aos afazeres da casa. Assim, o modelo de emigrante é jovem e masculino. Porém, houve mulheres que, mesmo contrariando o seu papel social, também tentaram a sua sorte emigrando.

As alterações que se registaram na paróquia da Campeã devido à emigração foram bastantes profundas na sua composição por sexo, idades e estado civil. Se, inicialmente, as Ilhas Atlânticas (Madeira e Açores), o Porto e o Minho eram, por tradição, as áreas que apresentavam a taxa de emigração mais elevada, a partir de 1890, os distritos de Aveiro (8,7%) e Vila Real (8,2%) tinham ultrapassado o Porto (7%)<sup>1</sup>.

---

1 ROWLAND, Robert, *O Problema da Emigração: Dinâmicas e Modelos*, p. 310.

**QUADRO 6****Titulares de passaportes da Campeã (1848-1900)**

Anos	Solteiros	Casados	Viúvos	Descon.	TOTAL
1848	1	0	0	0	1
1853	2	2	0	2	6
1854	4	0	0	0	4
1855	5	0	0	0	5
1856	1	0	0	1	2
1857	11	1	1	1	14
1858	1	0	0	0	1
1859	8	5	1	0	14
1860	7	1	0	0	8
1861	1	0	0	0	1
1862	6	4	0	0	10
1864	0	1	0	0	1
1865	0	1	0	0	1
1866	0	0	1	0	1
1867	1	0	0	0	1
1868	1	0	0	0	1
1869	1	0	0	0	1
1870	1	1	0	0	2
1871	6	1	2	2	11
1872	3	1	0	0	4
1873	0	1	0	0	1
1874	2	1	0	1	4
1875	8	3	0	0	11
1876	13	7	1	0	21
1877	20	17	1	0	38
1878	1	1	0	0	2
1879	8	2	0	0	10
1880	12	11	0	2	25
1881	6	15	0	3	24
1882	5	27	0	4	36
1883	12	28	0	3	43
1884	4	7	0	0	11
1885	5	11	0	1	17
1886	7	9	0	0	16
1887	3	8	0	1	12
1888	17	27	1	0	45

cont.

Anos	Solteiros	Casados	Viúvos	Descon.	TOTAL
1889	13	8	1	4	26
1890	15	8	2	2	27
1891	2	3	1	24	30
1892	4	6	2	15	27
1893	4	1	1	11	17
1894	5	2	0	1	8
1895	12	7	0	6	25
1896	10	13	0	2	25
1897	2	1	2	0	5
1898	1	14	0	1	16
1899	3	2	0	0	5
1900	2	9	0	0	11
<b>TOTAIS</b>	<b>256</b>	<b>267</b>	<b>17</b>	<b>87</b>	<b>627</b>

Até 1880, a grande massa dos emigrantes era constituída maioritariamente por homens, cabendo ao sexo feminino apenas um pequeno número de pedidos de passaportes. Na região da Campeã verificaram-se apenas 48 pedidos de passaportes do sexo feminino, num total de 627. No entanto, 87 passaportes não indicam o seu estado civil.

#### QUADRO 7

#### Homens emigrantes da Campeã (1848-1900)

Anos	Solteiros	Casados	Viúvos	Descon.	TOTAL
1848	1	0	0	0	1
1853	2	2	0	2	6
1854	4	0	0	0	4
1855	5	0	0	0	3
1856	1	0	0	1	2
1857	11	1	1	1	14
1858	1	0	0	0	1
1859	8	5	1	0	14
1860	7	1	0	0	8
1861	1	0	0	0	1
1862	6	4	0	0	10
1864	0	1	0	0	1

cont.

<b>Anos</b>	<b>Solteiros</b>	<b>Casados</b>	<b>Viúvos</b>	<b>Descon.</b>	<b>TOTAL</b>
1866	0	0	1	0	1
1867	1	0	0	0	1
1868	1	0	0	0	1
1869	1	0	0	0	1
1870	1	1	0	0	2
1871	6	1	2	2	10
1872	3	1	0	0	4
1873	0	1	0	0	1
1874	2	1	0	0	3
1875	8	3	0	0	11
1876	11	7	1	0	18
1877	20	15	0	0	35
1878	1	1	0	0	2
1879	8	2	0	0	10
1880	12	11	0	2	25
1881	6	11	0	2	19
1882	5	24	0	4	33
1883	12	28	0	2	42
1884	4	6	0	0	10
1885	5	10	0	1	16
1886	7	9	0	0	16
1887	3	7	0	1	11
1888	17	24	0	0	41
1889	13	7	0	4	24
1890	15	4	0	2	22
1891	2	3	0	20	25
1892	4	6	1	13	25
1893	4	0	10	0	14
1894	5	2	0	1	8
1895	10	7	0	5	21
1896	10	8	0	2	20
1897	2	1	1	0	5
1898	0	12	0	0	12
1899	3	2	0	0	5
1900	2	9	0	0	11
<b>TOTAIS</b>	<b>252</b>	<b>240</b>	<b>11</b>	<b>76</b>	<b>579</b>

Se analisarmos atentamente o quadro anterior, no que concerne aos indivíduos do sexo masculino, pode-se concluir que a emigração vai incidir sobretudo nas camadas mais jovens da população, com força e ânimo para tentar fugir da miséria da sua aldeia. Assim, observamos 252 jovens solteiros, 240 homens casados, e 76 cujo estado civil se desconhece.

A predominância de saída de jovens solteiros pode estar associada aos mecanismos de exclusão de herdeiros e às estratégias de distribuição profissional. A emigração masculina solteira é uma decisão não pessoal, mas familiar.

Para o homem casado, que emigra sozinho ou com a família, o significado passa a ser outro. O emigrante deixa as suas terras e famílias e vê-se na obrigação de emigrar para adquirir melhores condições de vida. As consequências destas saídas encontram-se a nível demográfico, como o desequilíbrio entre sexos, provocando um aumento no celibato feminino. A emigração dos casados vai criar um afastamento entre os cônjuges, provocando uma diminuição do número de filhos, provocando também consequências negativas para a natalidade.

No aspecto económico, tem particular interesse o envio de remessas. No caso dos emigrantes solteiros, estes enviam dinheiro para a família consoante as suas posses, enquanto os emigrantes casados têm obrigação de enviar dinheiro, pois existe uma obrigação a nível conjugal de sustentar a sua casa, pagar as dívidas e possibilitar o seu regresso.

Esta saída de jovens não só se apresenta nesta paróquia, mas também a nível nacional. Segundo Joel Serrão, «os homens válidos partem, a tentar a vida, em horizontes mais largos que os das suas aldeias – no país e fora dele. Ficam agarrados ao terrunho os velhos e as mulheres»<sup>2</sup>. E como afirma Emygdio Silva, os velhos mais dificilmente abandonam o solo natural. As crianças, como é óbvio, só na emigração por famílias constituem parcela da corrente emigratória<sup>3</sup>.

O Brasil, principal destino da emigração, tinha fama de terra insalubre e imprópria para mulheres, como testemunham as doenças contraídas pelos homens e a elevada mortalidade existente entre os portugueses.

As condições de insegurança e incertezas em que a emigração se processou limitaram a saída das mulheres, mesmo as casadas, cujos maridos tinham emigrado. Para emigrarem, as mulheres casadas necessitam de uma autorização específica dos seus maridos para poderem juntar-se a eles. Esta medida, embora simbólica, representou uma tentativa de reforçar a emigra-

---

2 SERRÃO, Joel, *ibidem*, p. 122.

3 SILVA, Emygdio, *ibidem*, p. 14.

ção de retorno, numa altura que os governos se debatiam com o problema da emigração familiar.

Durante o período colonial, eram constantes as referências da falta de mulheres brancas no Brasil, pois a emigração era essencialmente masculina. A partir dos meados do século XIX, a proporção das mulheres (se bem que ainda minoritariamente) começou a aumentar. Este aumento de emigração feminina corresponde a um modelo de emigração familiar. Os homens faziam-se acompanhar pelas mulheres e os pais por filhos menores de ambos os sexos.

**QUADRO 8****Mulheres emigrantes da Campeã (1865-1898)**

Anos	Solteiras	Casadas	Viúvas	Descon.	TOTAL
1865	0	0	1	0	1
1874	0	0	0	1	1
1876	2	0	0	0	2
1877	0	2	1	0	3
1878	0	1	0	0	1
1882	0	3	0	0	3
1883	0	0	0	1	1
1884	0	1	0	0	1
1885	0	1	0	0	1
1887	0	1	0	0	1
1888	0	3	1	0	4
1889	0	1	1	0	2
1890	0	4	1	0	5
1891	0	0	1	4	5
1892	0	0	0	2	2
1893	0	1	1	1	3
1895	1	2	0	1	4
1896	0	5	0	0	5
1898	1	2	0	1	4
<b>TOTAIS</b>	<b>4</b>	<b>27</b>	<b>6</b>	<b>11</b>	<b>48</b>

Entre 1880 e 1900, a percentagem de mulheres subiu em relação ao total de pessoas emigradas. Esta percentagem foi aumentando com o acréscimo da emigração familiar e a partida das mulheres casadas (56,8%) para se jun-

tarem aos maridos que entretanto haviam organizado a sua vida, cortando a ligação com a terra natal.

Esta corrente feminina é importante, já que representa uma reunião aos familiares no Brasil e implica a saída de gentes (núcleo familiar) e a perpetuação dessa família de que se separou da sua aldeia, das suas gentes e amigos para reorganizarem no Brasil. Já começa a ser difícil o regresso à sua terra natal.

«É assim que há na emigração um predomínio notável dos homens em relação às mulheres e entre os homens de aqueles que se encontram nas idades em que o trabalho pode ser mais reprodutivo e a saúde resistir melhor às mudanças de clima e às maiores intensidades de produção. As mulheres que emigram vão, em regra, acompanhar os pais, maridos ou irmãos e constituem o mais deplorável dos aspectos do problema patológico para a nacionalidade de origem: a chamada emigração de família»<sup>4</sup>.

Tomemos como exemplo o pedido de passaporte da família Carvalho: em 2 de Julho de 1864, foi emitido o passaporte por 90 dias para o Império do Brasil a António de Carvalho, casado, de profissão jornalista, do lugar de Aveçãozinho, freguesia da Campeã, concelho desta capital de distrito, indo embarcar à cidade do Porto. Foi abonado por documentos legais pelos quais mostrou que não vai engajado como colono nem é emigrante e bem assim por Francisco dos Lameirão desta vila que o reconhece a sua identidade de pessoa<sup>5</sup>.

António Carvalho, de 36 anos, filho de Joaquim Carvalho e de Joaquina Alves, natural de Mondim Bastos, casou em 1 de Setembro de 1853 com Pulquéria Almeida (17-9-1827), natural de Aveçãozinho, filha de António Ferraz e de Joaquina Almeida.

Pulquéria Almeida pede passaporte familiar para si e seus filhos em 9 de Setembro de 1865 e vai ter com o marido ao Brasil. Leva em sua companhia os seus três filhos, José de 7 anos, Josefa de 6 anos, e Manuel de 2 anos de idade.

A emigração da paróquia da Campeã foi dirigida essencialmente para o Brasil, e vai acarretar despesas suplementares, o que nos leva a afirmar que os emigrantes ligados ao mundo rural não são muito pobres. Como observámos anteriormente, para emigrar era necessário pagar a viagem, ter fiadores no caso dos mancebos e dinheiro para se sustentar durante e depois da viagem. A emigração só será possível para estes trabalhadores rurais, não proprietários de terra, aquando o período de engajamento, em que o

---

4 *Idem, ibidem*, p. 14.

5 Registo do pedido de passaporte do ano de 1864.

Brasil tem falta de mão-de-obra escrava e passa a recrutar, mediante os engajadores, os novos colonos.

## 1.2. Profissões

Como Emygdio da Silva afirma, a emigração vai afectar o mundo rural e, sendo Portugal predominantemente agrícola, com uma população rural entregue a uma agricultura quase de subsistência, onde predomina a forma de associações agrícolas, crédito agrícola, maquinaria e o uso correcto de adubos, associados à inércia da comercialização dos produtos agrícolas, vai fazer com que os trabalhadores agrícolas, agricultores e mesmo proprietários estejam dependentes da emigração.

Assim, não é de estranhar, ao compararmos a listagem das profissões retiradas dos registos dos pedidos de passaportes, que a maioria dos emigrantes se encontrem profissionalmente ligados às actividades rurais. Encontramos proprietários, agricultores, lavradores, jornaleiros e trabalhadores agrícolas.

Ao fazer o estudo das profissões, reparamos que existe um elevado número de indivíduos com *profissão desconhecida*, o que representa 346 passaportes (258 emigrante do sexo masculinos e 21 do sexo feminino) não nos fornecendo qualquer informação acerca da profissão que exerceram. No universo analisado, constatou-se ainda a existência de um desempregado e um estudante.

### QUADRO 9

#### Profissões dos emigrantes da Campeã

Profissão	Homens	Mulheres
Agricultor	4	0
Alfaiate	4	2
Almocreve	2	0
Barbeiro	2	0
Caixeiro	4	0
Carpinteiro	4	0
Cozinheiro	2	0
Criado de servir	3	0
Emp. comercial	2	0
Emp. malaposta	1	0

cont.



<b>Profissão</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>
Estudante	1	0
Ferreiro	10	0
Jornaleiro	58	8
Lavrador	83	0
Negociante	4	0
Pedreiro	3	0
Proprietário	9	0
Soqueiro	6	0
Trab. agrícola	55	11

Para uma melhor leitura, retirámos do quadro os valores de profissão desconhecida. Assim, deparamo-nos com uma freguesia, onde os emigrantes são essencialmente gentes ligadas às actividades agrícolas. Bento Carqueja<sup>6</sup> afirma que a emigração portuguesa é composta essencialmente por 45% de agricultores e operários agrícolas e o resto encontra-se distribuído por operários, artífices e pequenos comerciantes. Assim, temos 83 lavradores, 57 trabalhadores agrícolas e 66 jornaleiros. Ainda ligada à actividade agrária, apresentaram-se ferreiros (11) e alguns comerciantes (4).

As mulheres apresentam-se na sua maioria com profissão desconhecida ou como trabalhadoras agrícolas (11). Sabe-se que estas mulheres são a força motriz de um casal, onde tanto se trabalha nas lides domésticas, como agrícolas, não se esquecendo dos teares.

Com a notícia da descoberta do ouro no Brasil, ocorre no início uma afluência desordenada de gentes à procura de aventura para o interior, incluindo portugueses. Após a febre do ouro (1760), os emigrantes que continuavam a chegar ao Brasil, procuraram inserir-se na actividade comercial ligada à metrópole. Se inicialmente o destino foi as minas, com o tempo acabaram por se fixar nas cidades e com ligações no comércio através da rede de familiares. Os comerciantes radicados no Brasil preferiam empregar emigrantes portugueses aos brasileiros.

6 Citado por Maria da Graça L. F. Martins, *ibidem*, p. 165.

### 1.3. Alfabetismo e analfabetismo

O estudo do fenómeno da emigração da região da Campeã permitiu igualmente concluir pela existência de uma taxa de analfabetismo elevada.

É verdade que a taxa de analfabetos em Portugal é significativamente elevada<sup>7</sup>, principalmente nas regiões do interior, onde o isolamento geográfico e social impede, por vezes, a implantação das medidas governamentais emanadas de um poder central e centralizador. Apesar das medidas tomadas pelos liberais quanto à instrução primária, muitas delas não passaram do papel, independentemente do esforço dos políticos.

Na Carta Constitucional, outorgada em 1826, pode-se ler que a instrução primária seria «gratuita a todos os cidadãos»<sup>8</sup>. Em 1836, Passos Manuel, deputado do Porto, considerava que a reforma da instrução primária era necessária para o desenvolvimento do país, através da criação de novas escolas e manutenção das já existentes, em localidades onde existissem 60 alunos.

Com o Governo de Costa Cabral e a Lei de «Instrução Pública», de 20 de Setembro de 1844, as escolas primárias teriam um novo modelo (a divisão em graus – sendo do primeiro grau as escolas já criadas, e de segundo grau, as escolas a criar), e previa-se a formação de professores. A partir de então, era obrigatória a frequência escolar para todas as crianças dos 7 aos 15 anos, nas localidades onde existissem escolas primárias. O não cumprimento do estabelecido previa uma série de intimidações, repreensões, multas e penalizações contra os infractores. Para além disso, os infractores do sexo masculino seriam preferidos para o recrutamento militar.

Em 1878, com a lei de 2 de Maio, renovou-se a obrigatoriedade da frequência escolar (dos 6 aos 12 anos) e estabeleceu-se a regra de escolas separadas (uma escola para cada sexo). Com esta lei, pretendia-se também impor uma política descentralizadora, e tentou-se que o poder local fosse responsável pela construção, manutenção e pagamento do corpo docente. Esta transmissão de poderes e obrigações vai revelar-se num fracasso, já que não se previam compensações financeiras e as autarquias não estavam preparadas para tais encargos.

Apesar da existência de legislação bem explícita quanto à instrução primária, na realidade Portugal continuava a ser um país cuja percentagem de analfabetos era muito alta, com a excepção das cidades de Lisboa e do Porto<sup>9</sup>.

---

7 Em 1910, Portugal apresenta um índice de analfabetismo de 70,3%.

8 Carta Constitucional, 1826, Art.º 145, 30.

9 Na cidade de Lisboa, a maioria dos habitantes, tanto os homens como as mulheres, sabia ler, e na cidade do Porto, a maioria dos homens também sabia ler.

Estes índices vão-se reflectir na própria emigração e vão ser aproveitados pelos engajadores, que têm ordens expressas para o recrutamento de homens e mulheres para trabalhos duros. Não se pode esquecer que o Brasil tinha uma tradição escravagista e a mentalidade do fazendeiro pouco mudou. Para garantir esta corrente humana, os engajadores preferiam o *saber fazer* ao *saber ler e escrever*, que garantia uma força braçal e trazia-lhes menos problemas, já que a escola acarinhava sonhos e estes podiam suscitar o confronto entre a realidade dos trabalhadores e seus direitos.

O papel dos engajadores consistia em enviar o maior número de braços. Como referia o Barão de Nova Friburgo aos seus agentes, para contratarem «apenas os filhos dos lavradores do campo e que nunca tiveram outra ocupação, fortes, sadios, de 14 aos 18 anos, pouco mais ou menos (não se admite sob pretexto algum gente das cidades ou das vilas)»<sup>10</sup>. Esta política de atracção de mão-de-obra procurava solucionar o problema brasileiro resultante da abolição da escravatura e do seu crescimento económico.

No século XVIII e na primeira metade do século XIX, reconhecia-se que sendo o Brasil um país de escravatura, o emigrante tinha de ter um ofício ou saber ler e escrever para se defender melhor, porque o trabalho braçal era para os escravos. Antes dos emigrantes irem para o Brasil, os pais procuravam dar-lhes uma formação prévia. Com a proibição da escravatura, e à medida que o emigrante substituiu o escravo, os conhecimentos, o saber ler e escrever, passam para um segundo plano e com o aumento da emigração também aumentou a taxa de analfabetismo entre os emigrantes.

Logo, a corrente emigratória passou a ser obrigatoriamente rural, marcada pela ausência de conhecimentos do *saber ler e escrever*, originária de grupos sociais baixos, ligados aos trabalhos agrícolas e destinados aos trabalhos duros. Oliveira Martins<sup>11</sup> escreveu: «Desde que a miséria é a causa principal da emigração, necessariamente os emigrantes são os menos instruídos e habilitados para ganhar a vida», e para reforçar estas ideias a imprensa avisava: «os nossos correspondentes de novo recomendam, que não emigrem senão as pessoas que tenham ofício ou rapazinhos que saibam ler e escrever bem, e que todos paguem as suas passagens. Todos vão procurar a sua desgraça em lugar de felicidade que supõem»<sup>12</sup>. Este alerta leva-nos a concluir que, apesar de tudo, a instrução continuava a ser uma prioridade e, que os camponeses tinham noção disso.

---

10 ALVES, Jorge, *Analfabetismo e Emigração – o Caso do Distrito do Porto no Séc. XIX*, p. 274.

11 Citado por ALVES, Jorge, *ibidem*, p. 271.

12 Citado por ALVES, Jorge, *ibidem*, p. 273.

No entanto, os apelos eram muito fortes, para um conjunto de gentes oriundas das camadas mais baixas da sociedade, a quem os engajadores prometiam trabalho, garantias, deslocações, em troca de contratos, onde a riqueza lhes acenava.

A par desta emigração analfabeta, temos uma emigração tradicional, apoiada e direccionada para o comércio, profissões liberais e artesanais, que assegurava as ligações comerciais e inter-familiares entre os dois países.

Os emigrantes, por seu turno, procuravam saber ler, escrever e contar, pois quanto melhor fosse a sua instrução, melhor perspectiva de emprego e melhores condições de vida teriam. Os emigrantes necessitavam no seu quotidiano de saber escrever e ler, para não serem enganados por patrões e pessoas sem escrúpulos. Havia também uma necessidade de saber o que se passava em Portugal e o dever de enviar cartas e dinheiro para a família.

O facto de os torna-viagens louvarem a instrução primária e as facilidades que daí poderiam advir, faz com que estes emigrantes procurem aprender a ler e escrever, quer em Portugal quer no Brasil, através das organizações, como por exemplo a do Grémio Literário e Comercial Português, criado em 1867, que «assegurava aulas em Português, Francês, Inglês, aritmética e escrituração comercial»<sup>13</sup>.

Neste contexto, os embaixadores portugueses escreviam muitas vezes para Portugal, queixando e alertando o governo, da situação dos emigrantes, incentivando e prevenindo os emigrantes da necessidade de saber ler e escrever, que os levaria a uma carreira comercial e os distanciaria das regiões inóspitas do interior.

Os *brasileiros* de retorno, e os emigrantes enriquecidos que ficavam no Brasil, não só incentivavam a instrução primária como mandavam construir escolas, desenvolvendo um papel e uma acção pedagógica importante, como meio de dignificar o emigrante que sai inculto e se interessa em aprender. É o caso de Manuel Bispo, que no primeiro registo de passaporte surge sem a indicação de saber ler e escrever, e no seu segundo pedido de passaporte já sabendo ambos.

Terá aprendido a ler e escrever no Brasil? Ou por esquecimento do funcionário não foi mencionado no registo do passaporte?

Pela leitura do Quadro 10, é possível observar que em 627 emigrantes, existem 301 analfabetos, 102 cuja informação é desconhecida e 224 alfabetizados. Destes números, pode concluir-se que a maior percentagem pertence ao sexo masculino. Sendo assim, em 579 emigrantes do sexo mascu-

---

13 *Idem, ibidem*, p. 283.

## QUADRO 10

## Analfabetismo e alfabetização dos emigrantes da Campeã (1848-1900)

ANOS	Homens				Mulheres				TOTAL
	total	analf.	desc.	alfab.	total	analf.	desc.	alfab.	
1848	1	0	1	0	0	0	0	0	1
1853	6	0	6	0	0	0	0	0	6
1854	4	0	4	0	0	0	0	0	4
1855	5	0	1	4	0	0	0	0	5
1856	2	0	2	0	0	0	0	0	2
1857	14	0	14	0	0	0	0	0	14
1858	1	0	1	0	0	0	0	0	1
1859	14	0	14	0	0	0	0	0	14
1860	8	0	8	0	0	0	0	0	8
1861	1	0	1	0	0	0	0	0	1
1862	10	1	9	0	0	0	0	0	10
1864	1	0	1	0	0	0	0	0	1
1865	0	0	0	0	1	0	1	0	1
1866	1	0	1	0	0	0	0	0	1
1867	1	0	1	0	0	0	0	0	1
1868	1	0	1	0	0	0	0	0	1
1869	1	0	1	0	0	0	0	0	1
1870	2	0	2	0	0	0	0	0	2
1871	11	0	11	0	0	0	0	0	11

cont.

ANOS	Homens				Mulheres				TOTAL
	total	analf.	desc.	alfab.	total	analf.	desc.	alfab.	
1872	4	2	1	1	0	0	0	0	4
1873	1	1	0	0	0	0	0	0	1
1874	3	1	0	2	1	0	0	1	4
1875	11	7	0	4	0	0	0	0	11
1876	19	8	1	10	2	1	0	1	21
1877	35	13	2	20	3	3	0	0	38
1878	2	0	0	2	0	0	0	0	2
1879	10	6	0	4	0	0	0	0	10
1880	25	13	1	11	0	0	0	0	25
1881	24	13	1	10	0	0	0	0	24
1882	33	17	2	14	3	3	0	0	36
1883	42	22	2	18	1	1	0	0	43
1884	10	7	0	3	1	1	0	0	11
1885	16	6	0	10	1	1	0	0	17
1886	16	9	0	7	0	0	0	0	16
1887	11	4	0	7	1	1	0	0	12
1888	41	20	3	18	4	4	0	0	45
1889	24	16	1	7	2	1	0	1	26
1890	22	16	1	5	5	4	0	1	27
1891	25	16	0	9	5	3	2	0	30

cont.

ANOS	Homens				Mulheres				TOTAL
	total	analf.	desc.	alfab.	total	analf.	desc.	alfab.	
1892	25	11	0	14	2	2	0	0	27
1893	14	10	0	4	3	1	1	1	17
1894	8	2	0	6	0	0	0	0	8
1895	21	10	0	11	4	4	0	0	25
1896	20	12	0	8	5	5	0	0	25
1897	5	3	0	2	0	0	0	0	5
1898	12	9	0	3	4	3	0	1	16
1899	5	3	0	2	0	0	0	0	5
1900	11	3	0	8	0	0	0	0	11
<b>579</b>	<b>263</b>	<b>98</b>	<b>218</b>	<b>48</b>	<b>38</b>	<b>4</b>	<b>6</b>	<b>627</b>	

lino, surgem 263 analfabetos, 218 alfabetizados e 98 desconhecidos. No caso, do sexo feminino, observa-se que das 48 emigrantes, 38 são analfabetas, 6 alfabetizadas e 4 cuja situação é desconhecida. Como se referiu anteriormente, o analfabetismo vai variar consoante o fluxo dos emigrantes, sempre que há um maior número de emigrantes ligados às práticas agrícolas, aumenta a percentagem dos analfabetos. Quando a emigração apresenta um fluxo mais ténue, assegurando a corrente tradicional (ligada ao comércio), mais marcada por jovens do sexo masculino, esta percentagem diminui.

Quanto à questão da diferença cultural entre sexos, é notório que a maior parte das mulheres não sabe escrever. No entanto, no caso feminino, o saber ler e escrever não era importante. O que interessava no seu quotidiano, era que soubesse trabalhar nas lides caseiras e sempre ligada à redistribuição dos géneros alimentares. A mulher estava limitada à maternidade e à vida doméstica ligada a uma agricultura de subsistência.

#### **1.4. De onde se emigra?**

Sabemos que, nos fins do século XVIII e princípios do século XIX, as regiões portuguesas de maior incidência demográfica eram o Entre Douro e Minho e o Algarve, o que não significa que não tivesse havido emigração de outras regiões.

Atendendo ao mapa da média anual da emigração por distritos, no período de 1866-1877<sup>14</sup>, verificamos que na região Norte a maior densidade populacional vai obrigar este excedente de mão-de-obra a procurar trabalho fora do seu distrito, concelho ou mesmo paróquia.

A paróquia do nosso estudo situa-se, como vimos, na província de Trás-os-Montes, uma área onde predomina o sector primário e, como Joel Serrão afirma, uma região onde existe excedente de mão-de-obra: «...nos distritos de actividades agrícolas primordiais são os trabalhadores deste sector que emigram...»<sup>15</sup>.

Francisco Cepeda explica a relação entre a economia agrária e a emigração. «Ao nível do interesse individual, a emigração surge com o objectivo de melhorar a situação socioeconómica do emigrante e da sua família. Neste caso, a emigração aparece como verdadeira exportação de um produto familiar que irá proporcionar um rendimento acrescido, motivado pela venda da força de trabalho no estrangeiro.

---

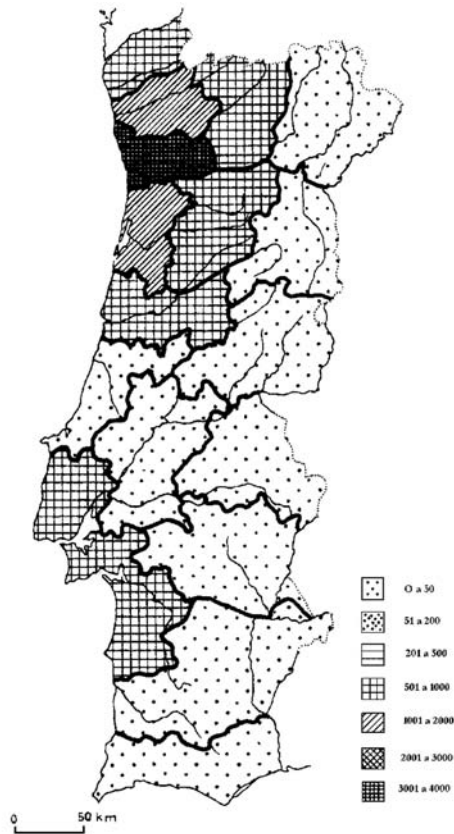
14 SERRÃO, Joel, *ibidem*, p. 138.

15 EVANGELISTA, V. João, *Um Século de População Portuguesa*, citado por Joel Serrão, *ibidem*, p. 145.



## MAPA 1

## Média anual de emigração por distritos (1866-1877)



Fonte: Joel Serrão, ob. cit.

Para o país de origem da corrente emigratória, a saída de muitos dos seus naturais funciona como válvula de escape para o seu mercado de trabalho, incapaz de proporcionar emprego a uma população activa crescente. A emigração corresponde, por um lado, a uma exportação invisível, uma vez que a população envia para o seu país de origem uma parte substancial das poupanças conseguidas com o trabalho no estrangeiro e, por outro, a uma exportação da riqueza nacional, pelo facto da formação do emigrante representar um investimento cuja amortização não é feita no país de origem»<sup>16</sup>.

16 CEPEDA, Francisco, *Emigração, Regresso e Desenvolvimento no Nordeste Interior Português*, p. 21, 22.

As migrações entre as diferentes zonas do país ou países estrangeiros têm uma influência importante no volume da população e nas suas estruturas e condições de crescimento. As populações rurais, sem o atractivo do desenvolvimento industrial, trabalhavam com baixos salários e carregados com pesadas dívidas. Estavam estabelecidas as condições para o movimento migratório.

### **1.5. Por que razões se emigra?**

Deixar o seu país por tempo longo ou indeterminado representa uma experiência brutal e uma ruptura com o quotidiano conhecido, a favor de um espaço geográfico, social e cultural de um novo emprego. A decisão de partir afecta não só o emigrante, mas toda a família e, no caso de já ter constituído família, o seu cônjuge, descendentes e outros dependentes.

A razão mais frequente da emigração é o aspecto económico, que afecta as regiões menos desenvolvidas, as classes mais desfavorecidas. A falta ou a insegurança de emprego, a insuficiência de recursos da terra, a falta de horizontes do bem-estar para si e seus familiares, leva estas gentes a emigrar.

A propriedade fragmentada, pouco rentável e sem possibilidade de utilização da máquina e culturas seleccionadas, contribuiu para agravar mais a situação já tão deficitária. O jornaleiro, sem trabalho regular, emigra, e até o proprietário se vê obrigado a emigrar, sendo obrigado a deixar terras ao abandono pela falta de crédito e impossibilidade de pagar mão-de-obra, atendendo à redução das suas produções e colheitas.

Sem estrutura de apoio, crédito ajustado e subjugado pelos moldes tradicionais da agricultura, pela pouca rentabilidade dos minifúndios, pela escassez de novos processos, técnicas e maquinaria, o proprietário vê-se obrigado a dispensar o trabalho braçal e a colocá-lo ao dispor do engajamento sem escrúpulos e ao sabor da sazonalidade e das influências conjunturais de mercados dos países receptores desta mão-de-obra.

Este processo de fuga da mão-de-obra vai, por sua vez, debilitar os camponeses, que se endividam mais facilmente. Os juros a pagar tornam-se demasiados altos e são superiores à rentabilidade da propriedade. Temos a ruína do agricultor que se vê obrigado a emigrar, tornando-se a única alternativa para se sustentar a si e aos seus.

A atracção do sonho brasileiro suplanta os contextos de ambiguidade e permissividade da legislação. «São os prestamistas e especuladores locais que o fazem sob hipotecas e a juros elevadíssimos, o que leva frequentemente à perda das pequenas propriedades e a processos acelerados de proletariza-

ção dos camponeses. A dívida constitui, por outro lado, um motivo frequente para a emigração»<sup>17</sup>. O aumento da emigração para o Brasil, coincide com maus anos agrícolas, nomeadamente com a propagação da filoxera no vale do Douro.

Descamps refere que uma das causas da elevada emigração em Trás-os-Montes seria os desequilíbrios demográficos do mercado matrimonial. «Antigamente o celibato era um meio utilizado para manter o património, ou melhor dizendo, o estatuto da família (...). Hoje a maior parte dos rapazes não conseguem casar na terra, preferem partir»<sup>18</sup>. Isto leva-nos a afirmar que as restrições matrimoniais obrigam também os jovens a emigrar para fugir às restrições e estratégias patrimoniais, através das quais as famílias procuram manter o estatuto social.

Brian O'Neil, continuando na mesma linha de pensamento de Descamps, afirma que os herdeiros que são excluídos das heranças são obrigados a «emigrar, a casar fora ou a manterem-se solteiros»<sup>19</sup>.

O Brasil tinha vantagens em relação a outros países do continente americano, que eram essencialmente de carácter linguístico e cultural, para além das vantagens de uma extensíssima rede de compatriotas seus – que após a independência do Brasil, foram considerados cidadãos brasileiros – entre os quais se contavam familiares, amigos ou conhecidos dos novos imigrantes. Neste contexto, muitos foram os jovens e crianças que viajaram sozinhos, buscando emprego, designadamente no comércio do retalho, junto de familiares seus estabelecidos nas cidades e localidades brasileiras.

Díficeis eram as condições de vida dos emigrantes que foram para o sector primário, muitas vezes encaminhados para regiões inóspitas, onde as condições climatéricas e as doenças tropicais frequentemente causaram a ruína e morte destes, como aconteceu, por exemplo, a Manuel Guedes Pereira.

Filho de José Guedes Pereira e de Balbina Pereira, Manuel Guedes Pereira nasceu em 2 de Abril de 1825, em Chã Grande. Sabia ler e escrever, mas a sua profissão era desconhecida. Casou em 7 de Julho de 1856 com Maria Pereira Coutinho, filha de Francisco André e de Teresa Pereira, natural de Aveção do Cabo, nascida em 17 de Julho de 1847. Tiveram 4 filhos, a saber: António (nascido em 21/8/1858); Carlota (nascida em 4/12/1860); Joaquim (18/2/1862); e Manuel (29/7/1865). Pediu o passaporte para o Brasil em 2 de Abril de 1872 e foi abonado por documentos legais, tendo

---

17 PÁRIS, Manuel da Rocha, *A Emigração Portuguesa (aspectos)*, p. 10.

18 Citado por BANDEIRA, Mário Leston, *ibidem*, p. 298.

19 Citado por BANDEIRA, Mário Leston, *ibidem*, p. 299.

embarcado pela barra do Porto. Anos mais tarde, surge o registo de óbito onde se lê que morreu no Brasil.

A esposa, que se encontrava em Santo André da Campeã, com os filhos, casou de novo.

«Os portugueses no estrangeiro escrevem a epopeia do trabalho com o rosto a pingar de suor e com o mal da saudade agarrada ao coração. Não se poupam a esforços, a maioria sujeita-se até a misteres a que na sua própria terra se não sujeitaria»<sup>20</sup>.

A capacidade de trabalho constitui a imagem de marca do emigrante português, que praticamente ninguém põe em causa. A garra, a coragem, a ambição e até a teimosia de melhorar a sua vida, fazem parte do perfil do emigrante. Foram estas qualidades e a enorme força de vontade de vencer na vida que lhe permitiram suportar e enfrentar as vicissitudes da instalação, à custa de muito sacrifício.

## 2. Destino

No período observado, o destino dos emigrantes distribuiu-se maioritariamente para o Império do Brasil, embora se encontrem pedidos de passaportes para África (7) e para a França (1).

Desde meados do século XIX, e devido à abolição do tráfico negreiro, o continente africano caiu num período de relativo esquecimento por parte das potências europeias. A partir da década de 1860, vamos assistir a um renovado interesse pelo continente africano devido às condições que vão surgir e estimular a expansão colonial – a explosão demográfica, a revolução tecnológica e as novas condições económicas e financeiras. O surto colonial vai coincidir com o surto demográfico, que vai, por sua vez, alimentar as grandes emigrações europeias. Este surto direccionado para o continente americano vai também dirigir-se, em pequena escala, para o continente africano.

Sá da Bandeira<sup>21</sup> defende um projecto colonial de carácter económico, confiando nas riquezas e fertilidade dos solos para os produtos agrícolas tropicais (em substituição dos produtos brasileiros) e na exploração mineira de metais preciosos. Tentava-se consolidar a soberania portuguesa em África, através das relações comerciais e do envio de gentes para as Províncias Ultra-

---

20 PÁRIS, Manuel da Rocha, *ibidem*, p. 10.

21 Apresentado nas Cortes de 19 de Fevereiro de 1836, na qualidade de Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.

marinas de África. Para aliciar os potenciais emigrantes oferecia-se transporte gratuito e a concessão de terras para os novos emigrantes e suas famílias e ainda se forneciam sementes, alfaias e meios de sustento e preferia-se os emigrantes que tivessem profissões ligadas aos ofícios mecânicos, artistas e lavradores.

Apesar de tudo não houve a receptividade desejada pelo governo, já que a emigração tradicional estava canalizada para o Império do Brasil. No entanto, nos livros de registo de passaportes, encontramos pedidos de seis indivíduos do sexo masculino e um pedido do sexo feminino, para África, nomeadamente para Angola e Moçambique, nos anos de 1894, 1896, 1897 e 1898.

Não podemos esquecer que o Ultimatum Britânico de 1890 vai pressionar os governos portugueses para promover a rentabilização dos territórios. Era necessário provar, a nível interno e externo, que os governos eram capazes de concretizar o processo de colonização.

#### QUADRO 11

##### Outros destinos de emigração da Campeã

Anos	Províncias Ultramarinas	França
1890		1
1894	4	
1896	1	
1897	1	
1898	1	
<b>TOTAIS</b>	<b>7</b>	<b>1</b>

Os passaportes requisitados para as nossas Províncias Ultramarinas, no ano de 1894, foram pedidos por Joaquim Pereira Roque de 18 anos, solteiro, sabe ler e escrever e apresentou-se como empregado comercial; António Ribeiro de 24 anos, solteiro, sabe ler e escrever e apresentou-se como lavrador; Augusto Alberto Patrício de 19 anos, solteiro, não sabe ler nem escrever, barbeiro de profissão; e Manuel Bonifácio Pereira de 17 anos, solteiro, sabe ler e escrever e apresentou-se como empregado comercial.

Em 1896, António Ferreira de 28 anos, casado, sabe ler e escrever e apresentou-se como jornaleiro. No ano seguinte Manuel Pinto Pardelhas, de 20 anos, solteiro, sabe ler e escrever, apresenta-se como trabalhador agrícola. Em 1898, é a vez de Augusta Roque Pereira, 20 anos, solteira, profissão desconhecida, sabe ler e escrever, pedir o passaporte para emigrar para África.

O pedido de passaporte para França, pertence a Manuel Rodrigues Mourão, lavrador, filho de José Alvão Mourão e de Catarina Rodrigues Pinheiro, natural de Pepe, nasceu em 15 de Abril de 1832. Casou em 26 de Junho de 1865 com Vitória Correia Rola, lavradora, natural de Vendas, filha de Narciso Roque Pereira e de Maria Correia Rola, lavradora, nasceu em 23 de Agosto de 1841 e faleceu em 29 de Dezembro de 1871. Tiveram 4 filhos: Augusto (15-7-1866), José (1-8-1868), Carlota (4-12-1869) e Júlia (14-10-1871).

Manuel Rodrigues Mourão pede o passaporte para si e seu filho José, no ano de 1882, para o Brasil. Em 1890, pede novamente o passaporte para si, para França. Desconhece-se o que se passou com o seu filho José no Brasil e quais as razões que o levaram a regressar para emigrar novamente para a França.

Os destinos de emigração da região da Campeã para o Brasil, a partir dos registos de passaportes, informam-nos que o peso da tradição se manteve para o Rio de Janeiro, ainda que o governo brasileiro, a partir deste porto, dirigisse estes emigrantes para outros locais, criando outros pólos de atracção que se tornaram importantes no final do século XIX.

Embora o Rio de Janeiro (222) seja, a entrada preferencial dos emigrantes, não se pode descurar outras cidades, como S. Paulo (23), Santos (5), Minas Gerais (5), Pernambuco (3) e Rio Grande do Sul (2).

#### QUADRO 12

##### Indicações de destino para o Brasil

Anos	Rio de Janeiro	Santos	S. Paulo	Pernam- buco	Minas Gerais	Rio Grande do Sul	Des- conhecido	Totais
1848	1							1
1853	2						4	6
1854	2						2	4
1855							5	5
1856							2	2
1857							14	14
1858							1	1
1859							14	14
1860							8	8
1861							1	1
1862							10	10
1864							1	1

cont.

Anos	Rio de Janeiro	Santos	S. Paulo	Pernam- buco	Minas Gerais	Rio Grande do Sul	Des- conhecido	Totais
1865							1	1
1866							1	1
1867							1	1
1868							1	1
1869	1							1
1870							2	2
1871							11	11
1872							4	4
1873							1	1
1874							4	4
1875							11	11
1876							21	21
1877							38	38
1878							2	2
1879							10	10
1880							25	25
1881							24	24
1882							36	36
1883							43	43
1884							11	11
1885							17	17
1886	3						13	16
1887	10			2				12
1888	35	3	1	1	2		3	45
1889	22				3		1	26
1890	20		5				1	26
1891	17		1				12	30
1892	23	1	1				2	27
1893	8		8				1	17
1894	3		1					4
1895	23		2					25
1896	22		2					24
1897	3		1					4
1898	14		1					15
1899	4					1		5
1900	9	1				1		11
<b>TOTAIS</b>	<b>222</b>	<b>5</b>	<b>23</b>	<b>3</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>359</b>	<b>619</b>

A juntar a estes dados, temos ainda os destinos desconhecidos (359), em que nos registos de passaportes aparece só como destino o Império do Brasil, por um período de 90 dias.

Desde o início da pesquisa até à década de 1880, nota-se que os registos não estão completos, quanto ao local de destino (desembarque). Por isso, aparece um grande número de «destino desconhecido». A juntar a esta lacuna, temos também o local de embarque. Raros são os registos em que nos aparecem estes dados completos.

Homens e mulheres procuravam emigrar para os centros urbanos, que se encontravam em franco desenvolvimento. Talvez estes emigrantes fossem previamente informados sobre as condições de trabalho das zonas rurais, e outros, após uma passagem amarga na lavoura, procuravam melhores condições de trabalho «nas actividades fabris, no sector de serviços e também em ocupações informais, ou ainda associar-se a conterrâneos em pequenos negócios, contando com os laços de solidariedade para reagir às condições adversas e superar a iminência da miséria absoluta»<sup>22</sup>.

Na verdade, o emigrante prefere esta ou aquela localidade brasileira, devido às notícias, aos emigrantes que lá residem.

De facto, as companhias de navegação procuram satisfazer os desejos da maioria dos emigrantes, deslocando-os para os principais portos brasileiros. Importa igualmente ter em conta a imposição de determinadas carreiras, alegando condições técnicas, portuárias e financeiras, que vão determinar zonas portuárias preferenciais para o desembarque dos emigrantes.

Estas zonas portuárias passam a ser locais de chegada e partida para outras regiões do interior brasileiro. Esta distribuição «era cada vez mais facilitada, quer pela intensa navegação de cabotagem que o governo brasileiro também subsidiava, quer pela já extensa rede ferroviária»<sup>23</sup>.

### **3. A família Pereira Bispo**

Analisando as famílias da região da Campeã, notamos que a ida para o Brasil, como já foi referido, era uma atitude pensada em família. Quando o filho ou o marido embarcava para o Brasil, este tentava trazer para junto de si a sua família. Esta união de família podia ser de irmãos ou esposas ou ainda os filhos menores.

---

22 MATOS, Maria Izilda Santos de, *Estratégias de Sobrevivência. A Emigração Portuguesa e o Mundo do Trabalho*, São Paulo, 1890-1930, p. 221.

23 ALVES, Jorge, *ibidem*, p. 242.



A família Pereira Bispo<sup>24</sup> é um bom exemplo do que acabámos de referir. António Pereira Bispo, filho de José Luís e Luísa Ribeiro, natural e residente no lugar de Balça, proprietários, casou em 16 de Fevereiro de 1803 e teve oito filhos. Destes, só vamos tratar de Joaquim (quinto filho) e sua descendência.

Assim, Joaquim Pereira Bispo, natural e residente no lugar de Balça, casou em 27 de Dezembro de 1837 com Joaquina Correia, do lugar de Estalagem Nova, e teve sete filhos. O primogénito Manuel Pereira Bispo, natural do lugar de Balça, nascido em 10 de Novembro de 1839, pediu o passaporte para o império do Brasil em 15 de Novembro de 1853, com a idade de 14 anos, apresentando como sinais particulares, o rosto com sinais de bexigas. Este foi abonado por seu tio Manuel Joaquim Pereira Bispo<sup>25</sup>, natural de Balça, mas residente em Vila Real.

A 11 de Março do ano de 1859 encontramos novamente esta família a pedir passaporte. Joaquim Pereira Bispo, de 44 anos (pai), que vai ter com o seu filho Manuel e leva o segundo filho António Pereira Bispo, nascido em 8 de Dezembro de 1841, com a idade de 17 anos, apresentando uma cicatriz na testa. Segundo o livro de registo de passaportes, estes vão «engajados pelo contrato de locação que apresentou e abonado por documentos legais e competentes»<sup>26</sup>.

Joaquim Pereira Bispo ausenta-se para o Brasil deixando a esposa grávida de quatro meses e suas filhas: Engrácia de 13 anos; Bibiana de 8 anos; Ana de 7 anos. A esposa Joaquina teve um rapaz, que nasceu no dia 13 de Julho de 1859 e foi-lhe dado o nome do pai – Joaquim.

Quando este fez 13 anos pediu o passaporte para ir ter com o seu pai e irmãos. Assim, em 11 de Março de 1872, abala para o Brasil saindo pela barra da cidade de Lisboa, indo abonado por documentos legais.

Um caso típico de saída de mão-de-obra masculina, deixando a casa e seus haveres para a mulher e suas filhas.

Temos mais notícias desta família no dia 1 de Dezembro de 1876, quando Manuel Pereira Bispo, filho de Joaquim e Joaquina, pede novamente o passaporte, mas apresentando-se como casado, e a saber escrever e ler. No seu regresso ao Brasil, leva sua irmã, Bibiana Pereira Bispo de 25 anos, solteira, que pediu o seu passaporte na mesma data do seu irmão. Nesta data, foi também pedido um passaporte para Vitória Pereira Bispo, solteira, de 23 anos e pertencente à família Pereira Bispo.

---

24 Ver anexo *Quadro da família*.

25 Aparece-nos também como abonador de outros emigrantes.

26 Livro de registo de passaporte do ano de 1859, no dia 11 de Março.

E assim, um ramo da família Pereira Bispo foi residir para o Brasil; começou por um dos irmãos e por arrastamento foram o pai e irmãos e, mais tarde, a linha feminina deste.

#### 4. Chamamento/parentesco

Quando a família decide como e quem deve emigrar, a escolha começa, desde logo, pelo modo de emigrar, passando pelos processos e mecanismos ligados à decisão e à escolha do destino, à avaliação das oportunidades ou às expectativas que possui.

Hipólito José Rodrigues, nascido em 6 de Agosto de 1815, filho primogénito de Manuel Rodrigues e de Joaquina Alves Dinis, residentes no lugar de Aveçozinho, pediu o passaporte à comarca de Vila Real, para se ausentar para o Brasil, por um período de 90 dias. Assim, «aos 18 dias do mês de Março de 1848, nesta Vila Real, se concedeu passaporte para sair deste reino (...) para a cidade do Rio de Janeiro, império do Brasil. Abonado por João Vicente Pereira da Silva»<sup>27</sup>.

Hipólito José Rodrigues<sup>28</sup>, de 33 anos, solteiro e com profissão desconhecida, ausenta-se para o Brasil e em 19 de Março 1859, seu irmão Silvestre Rodrigues vai ter com ele. É o sétimo filho do casal, solteiro, nascido em 27 de Agosto de 1830. Como tinha 29 anos quando se ausentou, foi abonado por documentos legais e competentes pelas quais mostrou que não ia engajado como colono. Hipólito, em Novembro de 1840, torna-se herdeiro de seu tio Francisco Rodrigues, que deixa a sua cunhada Joaquina Alves Dinis como testamenteira dos seus bens, para seus sobrinhos. Hipólito, por testamento, recebe bens<sup>29</sup> e doze mil réis que receberá de sua mãe, logo que esta receba o dinheiro que lhe devem, conforme o estipulado no testamento<sup>30</sup>.

Tanto Hipólito como o seu irmão Silvestre, só depois de receberem e cumprirem com as suas obrigações é que tiveram possibilidades financeiras de emigrar. Desta família, ficaram em Portugal o seu irmão José, António, Ana e Maria.

---

27 Trata-se do mais antigo registo encontrado por nós nos livros de registo de passaportes existentes no Arquivo Distrital de Vila Real, quanto a emigrantes da freguesia de Santo André da Campeã.

28 Ver anexo *Quadro de família*.

29 Recebe o capote de pano, casaco e o chapéu fino, botins e uma sorte na Bouça do Rego, assim como uma leira de tojos.

30 Ver Anexo *Testamento de Francisco Rodrigues*.

## QUADRO 13

## Passaportes colectivos da Campeã

Ano	Títular	Agregado	Idade
1860	Joaquim Ribeiro Alma	Manuel Ribeiro	11
1862	Manuel Esteves Feijão	António	13
1877	Manuel Lopes	José Lopes	---
1882	Joaquim Martins Ferreira	Jacinto	12
1882	Manuel Rodrigues Mourão	José	14
1884	Manuel Alves Morais	Joaquim	8
1885	Manuel Joaquim Alves	João	8
1889	Joaquim Ferreira Mota	José António	7
1889	Manuel Teixeira	Joaquim	9
1891	António Silva	Manuel, António e Alfredo	13/12/10
1892	Frutuoso Costa	Manuel	13
1893	Lourenço Gonçalves	Maria e Joaquim	20/13
1895	Manuel Pinto Magalhães	Júlio	8
1898	António Joaquim Jorge	José Joaquim	12
1900	José M. Roque Pereira	Narciso Roque (irmão)	11
1900	Diogo Alves Patrício	Justino (enteado)	11
1900	Manuel Costa Fontelhas	Manuel Fontelhas	12

«Não é costume entre nós emigrarem famílias inteiras, são raras as que fazem, e por conseguinte desembarcaram em cinco anos, só no porto do Rio de Janeiro, 2117 crianças menores de catorze anos, quase todos entregues a si mesmos ou com uma pequena recomendação; é fenómeno digno de sério estudo, e que não pode deixar de impressionar profundamente»<sup>31</sup>.

Foram também muitos os pais que emigraram, levando os seus filhos para o Brasil, pedindo passaportes colectivos. Se repararmos nas idades, estes são menores, uma vez que um dos requisitos, já mencionado, era que os mancebos sujeitos ao serviço militar teriam de pagar uma fiança.

Montalvão Machado acusou a emigração de ser uma das causas do declínio da natalidade, porque «os emigrantes eram principalmente constituídos por gente nova, mais apta para a reprodução» e porque se trata principal-

31 Da Emigração em Geral e em Especial da Emigração Portuguesa – Relatório Apresentado na Aula de Administração e Direito Administrativo. Coimbra: Faculdade de Direito/Imprensa Comercial e Industrial, p. 155, 1876. Trabalho citado por Miguel Monteiro, *Mobilidade geográfica e desigualdade social. Brasil destino de distinção*, pp. 97-136.

mente de «indivíduos isolados, que deixam ao desamparo mulheres e famílias, numa fase preparatória da dissolução da família e a consequente diminuição da natalidade»<sup>32</sup>.

Acontece, também, que a ida vai condicionar a família, levando esta a mudar-se definitivamente para o Império do Brasil, deixando para trás a região da Campeã, como é o caso de Rosendo Branco Sanches de Sampaio, que sendo espanhol, emigrou para Portugal onde casou, e mais tarde vai para o Brasil.

Rosendo Branco Sanches de Sampaio, lugar de Paradela de Unidas de S. Júlia del Monte, ajuntamento de St.º António de Burgos, província da Corunha, bispado do lugar do Reino de Espanha, filho de Gregório Branco e de Jacinta Sanches, casado, residente no lugar de Viaris da Santa, pediu o passaporte para se ausentar para o Brasil (Rio de Janeiro) em 1882. Foi abonado por documentos legais e quanto à identidade de pessoa por Manuel António Mendes Pereira, da cidade de Vila Real.

Rosendo Branco Sanches também conhecido por Rosendo Branco Paio, casa com Águeda Gonçalves Carvalheira no dia 11 de Abril de 1878, empregado na mala-posta, sabe escrever e ler. Deste enlace tiveram três filhos, Ana (9/9/1879), Manuel (6/8/1880) e Maria (22/11/1881).

Rosendo Branco Sanches vai pela primeira vez para o Brasil em 1882, com a idade de 34 anos e após o nascimento dos filhos.

Em 1884, e através do registo de óbitos, sabe-se que a filha mais nova faleceu. Em 1892, Rosendo Sanches vai-se ausentar novamente para o Brasil, perdendo-se o rasto a esta família.

E a juntar a este exemplo, podemos referir um outro em que a vida foi dura, pois no primeiro pedido de passaporte, este apresenta-se a nível profissional como soqueiro e mais tarde como jornaleiro.

Sebastião Ramalho, filho de José Joaquim Rebelo e Maria Joaquina Ramalho, natural do lugar de Aveçãozinho, nascido em 7 de Setembro de 1854, casou com Joaquina Pereira, exposta na roda de Vila Real, do qual tiveram uma filha, Matilde, nascida em 17 de Outubro de 1884.

Sebastião Ramalho pede dois passaportes no ano de 1888 (o primeiro passaporte em 16 de Janeiro e outro em Agosto), dizendo que sabe ler e escrever e com a profissão de soqueiro. Aquando o nascimento da filha Matilde apresentou-se perante o padre com a profissão de jornaleiro. Tem uma cicatriz no dedo indicador da mão esquerda. Desconhece-se o paradeiro da esposa e filha.

Do livro de termos de identidade de pessoa e de consentimento a menores, com que pretendiam impetrar passaporte para o Império do Brasil, apre-

---

32 Citado por BANDEIRA, Mário Leston, *ibidem*, p. 251.

sentou-se Sebastião Ramalho no dia 23 de Agosto de 1888, na secretaria do Governo Civil de Vila Real. «Achando-se presente o excelentíssimo governador civil Alexandre Ferreira Cabral Pais de Amaral e perante ele compareceu pessoalmente Luís Gonçalves de Paço, viúvo, comerciante de Vila Real e disse que reconhecia a identidade da pessoa de Sebastião Ramalho, casado, soqueiro do lugar de Aveçãozinho, freguesia de Santo André da Campeã». As testemunhas foram António Gerardo Monteiro, casado, e Albano António Martins, solteiro<sup>33</sup>.

Maior infelicidade teve José Vicente, que se apresenta aquando o nascimento do segundo filho ao padre como lavrador e quando pede o passaporte para emigrar, indica como sua profissão trabalhador agrícola. Será erro do escrivão? Pensamos que não, pois no registo de passaporte aparece-nos, na parte onde se registam os sinais particulares, que José Vicente tem falta do braço esquerdo. Terá sido essa a razão que o obrigou a vender a sua terra ou a endividar-se e emigrar para o Brasil?

José Vicente, natural de Santa Marta de Penaguião, filho de Joaquim Vicente e de Delfina Nogueira, casou em 20 de Fevereiro de 1879, com Maria Rebelo, filha de João Rebelo e de Maria José Lourenço, e que nasceu em 30 de Agosto de 1851, natural de Parada. José Vicente pede passaporte familiar a 24 de Outubro de 1888, para ele, esposa e os filhos, Manuel de 9 anos e Daniel de 7 anos.

O fim da família não é só a saída do chefe, é também a deslocação de todas as pessoas que a constituem. Assim, pode ver-se através do quadro da página seguinte, que estas saídas vão representar um quebra demográfica desta região.

Mas, para além de saídas de famílias completas, temos os emigrantes residentes no Brasil que, passado algum tempo e após ter uma vida social e economicamente estabilizada, vão chamar a esposa e filhos. Assim, a partir da década de 1880, temos mulheres casadas a requisitar passaporte familiar, para si e seus filhos.

Perante este quadro de saída de emigrantes do sexo feminino acompanhadas pelos respectivos filhos e nalguns casos de netos, pode-se depreender que a vida dos seus maridos no Brasil já havia alcançado uma estabilidade que lhes permitiu chamar os seus familiares. Mais uma vez, as famílias vão sair da região da Campeã rumo ao novo mundo. Espera-as uma nova vida.

O aumento da emigração familiar vai coincidir com a expansão da economia cafeeira pelo Estado de S. Paulo, o que gerou uma grande necessi-

---

33 *Dos Termos de Identidade de Pessoa e de Consentimento a Menores com que Pretendam Impetrar Passaporte para o Império do Brasil os Indivíduos que sem eles se Hajam Apresentados no Governo Civil, 1888, ver anexo.*

## QUADRO 14

## Passaportes familiares da Campeã

Ano	Titular	Agregado	Total
1853	Lino Machado Silva	Esposa	2
1859	Félix Martins Timoteo	Esposa	2
1859	Joaquim Martins T. Azevedo	Esposa e filho	3
1862	António Alves Pereira	Esposa e filhos	3
1862	Paulino H. M. Pereira	Esposa e filhos	4
1875	Joaquim Rodrigues Mourão	Esposa e filhos	6
1876	Joaquim Martins Pereira	Esposa	2
1877	Diogo Nogueira	Esposa	2
1882	Manuel Bernardo Martins	Esposa e filhos	4
1883	José Maria Fernandes	Esposa e filhos	3
1885	Joaquim Martins Rola	Esposa	2
1887	Manuel Martins Pereira	Esposa e filhos	3
1887	Joaquim Pereira Moreira	Esposa	2
1887	Manuel Ribeiro Pinto	Esposa e filhos	6
1888	José André Avelino	Esposa e filhos	6
1888	António Valério Silva	Esposa, filho, genro e neta	5
1888	José Vicente	Esposa e filhos	4
1888	Luís Martins Violante	Esposa e filhos	7
1889	António Brulha	Esposa e filho	3
1889	Manuel Gonçalves	Esposa	2
1890	Bernardino Dinis Ferreira	Esposa, filho e enteado	5
1891	Manuel Rodrigues Mourão	Esposa	2
1891	Manuel Alves Morais	Esposa e filhos	4
1892	Joaquim Martins	Esposa e filhos	3
1892	Manuel Pereira	Esposa	2
1892	António Gonçalves	Esposa e filhos	3
1892	Manuel José Ferreira	Esposa e filhos	7
1892	Agostinho Dinis	Esposa e filhos	3
1894	Manuel Carvalho	Esposa	2
1894	Joaquim Pinto	Esposa e enteada	3
1895	Manuel Mourão	Esposa e filhos	4
1898	Manuel Alves	Esposa e filhos	5
1898	António Felix Ferreira	Esposa	2
1899	Joaquim Morais	Esposa	2
1900	José Pires Dias	Esposa	2
1900	Joaquim Martins Pedro	Esposa	2
1900	Augusto Dinis	Esposa, filhos e enteada	6

dade de mão-de-obra europeia e em unidades familiares, o que permitia aos «cafeicultores obter um suprimento de trabalho complementar barato, fornecido pela mão-de-obra feminina e infantil, garantindo o abastecimento de braços durante a colheita, enquanto ao colono, através da cooperação da unidade familiar, se tornava possível um melhor aproveitamento das oportunidades de ganho»<sup>34</sup>.

A emigração familiar ou a reunião da família no Brasil coincidiu também com o desenvolvimento das cidades brasileiras. Havia muita procura de mão-de-obra e, por essa razão, é possível observar famílias a dirigirem-se para os centros urbanos, onde se fixavam. As mulheres portuguesas tiveram uma quota parte desse desenvolvimento, já que se empregavam nas fábricas, principalmente «na tecelagem e fiação, na industrialização de cigarros, charutos e fumos, na de camisas e roupas brancas, na malharia, na produção fabril de redes, fósforos, chapéus, tamancos, chocolates»<sup>35</sup>. O trabalho familiar, por vezes, não terminava com a saída da fábrica, pois estas iam trabalhar para a sua leira, onde a ajuda do cultivo das hortaliças e frutas seria um suplemento no seu magro salário.

As vendas ambulantes de alimentos perecíveis, o pequeno negócio familiar, eram outras das muitas ocupações dos emigrantes, onde a família procurava sobreviver no seu quotidiano. Desde pequenas que as crianças eram inseridas no trabalho e utilizadas como ajudantes de seus pais. A mulher administrava o lar e o negócio, misturando a sua vida privada com a pública, trabalhando todo o dia.

A emigrante feminina, quando chega ao Brasil, de imediato procura trabalho para compensar os salários baixos que eram praticados e procura uma renda suplementar, realizando trabalhos pertencendo à esfera feminina, como cozinheira, passadeira, lavadeira, arrumadeira, copeira, doceira, bordadeira, costureira, isto é trabalhos que pudesse conciliar com o seu papel de esposa e mãe.

As emigrantes eram conhecidas como pessoas leais, trabalhadoras, dedicadas e boas cozinheiras, daí a oferta de emprego como empregadas domésticas, podendo ser empregues famílias completas, embora o trabalho fosse duro e mal pago.

Como Maria Izilda Matos nos descreve, a mulher portuguesa era bem «cotada» a nível profissional no Brasil, sendo esta preferível a outras emigrantes. «A imagem da portuguesa transmitida pelas memórias foi a de mulheres incansáveis, fortes, trabalhadoras e corajosas. Eram considera-

---

34 MATOS, Izilda Santos de, *ibidem*, p. 219.

35 *Idem*, *ibidem*, p. 222.

## QUADRO 15

## Passaportes familiares (sexo feminino) da Campeã

Ano	Titular	Idade	Agregados
1865	Pulquéria Almeida	38	José (7 anos); Josefa (6 anos); e Manuel (2 anos)
1877	Ana Esteves	48	Glória (neta)
1877	Emília Dinis	57	Maria Etelvina (28 anos)
1882	Emília Reis	29	Justiniano (6 anos)
1883	Maria José Teixeira Costa	28	Deolinda (5 anos); e João (2 anos)
1884	Ana Martins	28	António (7 anos)
1885	Maria Esteves	24	Abel (5 anos); e Manuel (16 meses)
1887	Maria Alves	23	Filha de 10 meses (não baptizada)
1888	Margarida Dinis	30	Maria (7 anos); e Manuel (12 meses)
1888	Maria Fonseca	41	Angelina (13 anos); António (11 anos); e Augusto (8 anos)
1888	Eugénia Martins	25	Olivia (23 meses)
1889	Ana Martins Ribeiro	30	Luísa (5 anos)
1889	Maria Alves Mourão	54	Albino (13 anos)
1890	Maria Madalena Ferreira	30	Ana (6 anos)
1890	Claudina Alves Morais	45	Maria (7 anos)
1890	Maria Carvalho	55	Engrácia (18 anos); Teresa (13 anos); e Gracinda (11 anos)
1890	Maria Madalena Ferreira	26	Manuel (9 anos)
1891	Ana Joaquina	30	Maria (5 anos)
1891	Ana Pardelhas (viúva)	53	Joaquim (25 anos); Teresa (23 anos); Engrácia (20 anos); Filomena (16 anos); e Jaime (12 anos). Netos: Sílvia (3 anos); e Joaquim (10 meses)
1891	Teresa Pereira dos Santos	33	Engrácia (11 anos); José (8 anos); e Luís (4 anos)
1891	Catarina Martins	35	Ana (7 anos)
1891	Ana Almeida	40	Luís (9 anos); Francisco (7 anos); Maria (6 anos); Palmira (3 anos); e Abílio (4 meses)
1892	Maria Ramalho	28	Ana (5 anos); e José (2 anos)
1893	Maria Brulha (viúva)	42	José (13 anos); António (10 anos); e Joana (10 anos)

cont.



<b>Ano</b>	<b>Titular</b>	<b>Idade</b>	<b>Agregados</b>
1893	Maria Pereira Santos	----	Joaquim (12 anos)
1895	Maria Pereira Brulha	44	Joana (2 anos)
1895	Ludovina Teixeira	30	Ana (8 anos)
1895	Maria	21	Cândida (2 anos)
1896	Ana Coelho	34	António (8 anos)
1896	Carlota Costa	39	António (15 anos); Maria Alves Pinheiro (Casada – 20 anos); e neta (2 anos)
1896	Vitória Costa	41	Margarida (18 anos); Carlos (6 anos); António (4 anos); e Lucinda (22 meses)
1898	Josefina Costa	41	Joaquim (14 anos); e Germana (11 anos)
1898	Augusta Pereira	34	Augusto (7 anos); e José (3 anos)

das boas donas de casa, trabalhadeiras e económicas, estavam sempre realizando tarefas, cozinhando, limpando, bordando, vendendo e cuidando dos filhos. Como esposas, desempenharam na família um papel activo, contribuindo para a renda, participando das decisões familiares e formando outras mulheres (...).

Sua relação com os homens era de companheirismo e solidariedade na luta quotidiana, mas não só. A experiência da imigração e da nova vida gerou uma reavaliação de valores e tradições, um deslocamento da subordinação existente em Portugal para uma certa emancipação, principalmente para as que vieram depois dos maridos, na medida em que, após a saída dos homens, elas ocupam os seus lugares, as suas funções e actividades. Aqui procuram reconstruir os laços familiares, afirmando-se pela experiência de ter estado lá sós, enfrentando e reagindo às tentativas de subordinação»<sup>36</sup>.

A mulher que juntamente com os seus filhos deixa a região da Campeã, amealhando e vendendo os seus parques haveres, lança-se na aventura, atravessando o oceano para reconstruir a família no intuito de, com a sua ajuda, fazer fortuna investindo economias, tendo sempre em mente o regresso à sua terra natal.

36 *Idem, ibidem*, p. 231.

## Capítulo VI

### O retorno

O emigrante, quando sai de Portugal, vai sempre com a ideia de regressar, pois esta saída é encarada como um meio para alcançar recursos para o regresso na sociedade natal.

O percurso do emigrante vai depender das condições que o país de destino lhe oferecia e depende ainda do factor sorte, dos conhecimentos e habilidades destes emigrantes. Estes factores determinam se a estadia se torna ou não definitiva.

O brasileiro do século XIX que retorna está sujeito às pressões da comunidade. A este é-lhe exigido atitude e comportamento consoante o grupo social de origem. Este brasileiro, por seu turno, vai procurar demonstrar publicamente virtudes, capacidades e competências no seu regresso.

#### 1. O brasileiro

Quando inicia o regresso à terra natal, o emigrante apresenta-se de maneira diferente. Já não é o *simplório* que saiu com um sonho, mas regressa como o homem que «viu e conquistou». Daí que se apresente como o vencedor, como os clássicos da literatura referem. Temos, à sua volta, todo um processo de projectos de casamento, não só para o emigrante, como para as filhas e sobrinhas destes, realçando permanentemente o vínculo familiar, descendência e sucessão da herança dos bens patrimoniais<sup>1</sup>.

Na literatura portuguesa, no teatro, na poesia, nas canções, nos filmes (telenovelas), nos monumentos e homenagens, não faltam exemplos destes *brasileiros*, que retornam a Portugal. O brasileiro não só volta rico, como volta para exhibir a sua riqueza.

---

1 MONTEIRO, Miguel, *ibidem*, p. 305.

A literatura do século XIX é rica em comentários depreciativos e jocosos sobre o português que emigrou e que voltou rico. Foram o alvo querido dos escritores os «proprietários boçais a quem a avenida esferveu o sangue de cavadores, que julgaram ter liquidado o calo das mãos em que saíram viscondes ou barões do próprio apelido»<sup>2</sup>.

Por sua vez, Eça de Queirós descreve o brasileiro como um capitalista «dilatado pelo calor, retratando-o como grosso e trigueiro com tons de chocolate, pança ricaça, joanetes nos pés, colete e grilhão de ouro, chapéu sobre a nuca, guarda-sol verde (...), olho desconfiado»<sup>3</sup>.

Oliveira Martins optou por retratar o brasileiro como «esse caixeiro que se torna negociante, enriquece e, vendo-se dono de um pecúlio maior ou menor, como esse pecúlio é dinheiro sem timidez, liquida, recheia a carteira e volta a acabar regaladamente a vida junto às carvalhas da sua infância»<sup>4</sup>. Outros retratos de brasileiros torna-viagens se poderiam acrescentar.

Convém referenciar dois autores, que se distanciam deste retrato jocoso. Aquilino Ribeiro apresenta-o mais evoluído e menos patriarcal, enquanto Ferreira de Castro refere-se ao emigrante, como alguém que foge da miséria rural, atrás de um sonho, mas regressa mais pobre à sua terra natal, mais quebrado a nível psicológico. Uma referência aos torna-viagens esquecidos pelas suas gentes, pobres, endividados e humilhados pela vida.

Júlio Dinis, no seu romance *A moçadinha dos Canaviais*, descreve o meio que rodeia o brasileiro, não esquecendo os conflitos que gera à sua volta – homem simultaneamente temido e desejado.

Eusébio Seabra, chamado o Brasileiro (...)

Era um homem de 50 anos; bem figurado e sisudo, de falar compassado (...), frases sentenciosas e ares de protecção a todo o mundo.

Sáira criança da aldeia e fora tentar a sua fortuna no Brasil. Por lá esteve quarenta anos e voltou o homem grave que vemos, e rico. (...) Veio edificar uma casa no sítio em que nascera, uma casa grande, de cantaria e azulejo, com três andares e varandas, jardim com estátuas de louça e alegretes pintados de verde e amarelo, o qual jardim tinha mais fama, naquelas aldeias vizinhas, do que os jardins suspensos da Babilónia. Trouxeram um papagaio e uma arara, igualmente famosos (...).

As ambições de Eusébio Seabra limitavam-se a vir a ser a primeira personagem de influência na aldeia. Para isso principiou por fazer alguns reparos na igreja paroquial,

2 VAQUINHAS, Irene, CASCÃO, Rui, *Evolução da Sociedade em Portugal: a Lenta e Complexa Afirmação de uma Civilização Burguesa*, p. 441.

3 QUEIRÓS, Eça, *Uma Campanha Alegre*, p. 88.

4 Citado por J. S. – *Emigração*, p. 373.

presenteou com vestidos novos todos os santos dos altares e mandou renovar o sino que havia doze anos tocava a rachado. Fez à sua custa a festa do orago, chegando a mandar vir fogo preso da cidade e um areóstato que ardeu a pouca altura do chão<sup>5</sup>.

Para o brasileiro que retorna, é-lhe importante a sua imagem. Há uma correlação entre a recompensa económica e o prestígio social, que por sua vez está ligado à mobilidade social.

Luísa olhava-o. Achava-o mais varonil, mais trigueiro. No cabelo preto anelado havia agora mais alguns fios brancos mas o bigode pequeno tinha o antigo ar moço, orgulhoso e intrépido; os olhos, quando ria, a mesma doçura amolecida, banhada num fluído. Reparou na ferradura de pérolas da sua gravata de cetim preto, nas pequeninas estrelas brancas bordadas nas suas meias de seda.

*A Baía não vulgarizava. Voltara mais interessante!*<sup>6</sup>

A forma como geriram os bens, os projectos de sucessão/herança, como forma de preservação e continuidade do prestígio e estatuto social da família, determinou nas gerações seguintes uma nova maneira de gerir os seus bens. Por vezes, o termo de brasileiro está ligado ao capitalismo.

Os torna-viagens, os que a vida lhes sorriu, vão-se apresentar nas suas terras como alguém que vai tomar conta dos desprotegidos e velhos, estando ligados às festas, às confrarias, a instituições de caridade e, por vezes, à criação de escolas primárias. Este carácter benemérito era também praticado pelos emigrantes que permaneciam no Brasil, mantendo contacto com a sua região, enviando-lhes dinheiro.

Os torna-viagens viviam segundo um padrão não acessível aos restantes membros da comunidade. «Esta, considerava ricos os que dão e não os que têm muito, por isso, o brasileiro, é sempre um benemérito e um filantropo. Por outro lado adquire o estatuto de burguês porque se permite usufruir, como recompensa, do uso e da disponibilidade do tempo para o ócio e na ocupação de cargos públicos na administração e na política local»<sup>7</sup>.

O retorno dos brasileiros constitui um fenómeno social. Este retorno, não quer dizer que volte rico. Por vezes, esta volta é dolorosa. Ele vai enfrentar desconfiança e invejas dos seus conterrâneos. É visto e revisto em todos os seus actos, são-lhe apontadas todas as virtudes e defeitos. É criticado pelo que fez e não fez. Já Júlio Dinis, na sua obra, apresenta-nos a figura de Seabra,

5 DINIS, Júlio, *A Morgadinha dos Canaviais*, p. 137.

6 QUEIRÓS, Eça, *O Primo Basílio*, p. 58.

7 MONTEIRO, Miguel, *ibidem*, p. 305.

«que voltou o homem grave que vemos e rico. O como enriquecera não sei, e ninguém na terra o sabia...»<sup>8</sup>. Estas conversas, passadas sempre nas costas do Seabra, provocavam por vezes um estado de espírito de desconfiança de e para esse mesmo retornado. «Eu não quero dizer que ele seja uma grande coisa por aí além... Sim... Que diabo tem ele feito afinal?...Não é homem de grandes talento... isso não»<sup>9</sup>.

Com a ascensão da burguesia e o reforço da sua mentalidade após a revolução de 1820, o burguês à medida que enriquecia, procurava ligar a riqueza a títulos nobres. O brasileiro que regressa rico passa a ter oportunidades de entrar nessa sociedade, até então vedada.

A chegada do brasileiro vai originar conflitos de acesso aos lugares de liderança e poder simbólico entre os que ficaram e os que regressavam ricos. Surge uma classe de endinheirados no século XIX que vêm preencher um lugar que se encontra vazio. É nas cidades como Porto e Lisboa que os brasileiros encontram referências de uma nova existência social e simbólica que lhes oferece um estatuto social, um lugar político após uma curta estadia na sua terra natal.

Jorge Alves refere a importância da «problemática da família na emigração, quer como foco de atenção na origem, quer nos processos de adaptação e consolidação nas áreas de recepção, bem como nos seus processos de reorganização face à condição migrante»<sup>10</sup>. Se cada emigrante vai corresponder a uma expectativa no seu retorno, esta varia consoante a sua posição social. A uns vai-se exigir a reconfirmação ou o reforço da sua posição superior da comunidade. Por outro lado, as expectativas dos jornaleiros, rendeiros, filhos ilegítimos, entre outros, vão ser pequenas, pois aqueles que regressavam pobres não precisam de se afirmar. A riqueza só se repercute na distribuição da propriedade.

## **2. O retorno e a família**

Quando a família decide como e quem deve emigrar, o papel desempenhado pela escolha começa, desde logo, pelo modo de emigrar, passando pelos processos e mecanismos ligados à decisão e à escolha do destino, à avaliação das oportunidades, às expectativas que possui.

Falar de retorno, é falar também dos emigrantes em trânsito, isto é, indivíduos que vêm à terra visitar a família, tratar de negócios, ou aqueles que

---

8 DINIS, Júlio, *ibidem*, p. 137.

9 *Idem*, *ibidem*, p. 139.

10 ALVES, Jorge, *ibidem*, p. 139.

tentam regressar de vez, mas cuja reintegração se torna difícil, obrigando-os a emigrar novamente. Os progressos da navegação vão fazer com que haja diminuição nos custos de viagens e tempo, permitindo aos emigrantes realizarem uma ou mais viagens para a sua terra.

O grau de dificuldade verificado na exploração dos registos de passaportes recai sobre a identificação do emigrante. Embora os emigrantes sejam referidos pelo nome próprio, apelido e idade exacta, a frequência de homónimos leva-nos ao cruzamento com outras fontes. Para o caso dos retornos estas situações são mais problemáticas. Nos registos de passaportes não surge nenhum dado adjacente que nos possa indicar que o indivíduo em causa já tenha pedido o passaporte ou não. De facto, não há correspondência entre o passaporte emitido e a primeira saída.

Ao ordenarmos os registos de passaportes em fichas, com base no nome, naturalidade, idade, profissão e filiação, entre outros pontos de referência, e comparando-os entre si, obtivemos a duplicação de nomes. Esta duplicação, seguida de verificação e confirmação dos registos, deu-nos a certeza que o emigrante em questão tinha emigrado várias vezes para o Brasil.

#### QUADRO 16

##### Retornos a Campeã

Ordem de viagem	Sexo M	Sexo F	Total
1. <sup>a</sup>	579	48	627
2. <sup>a</sup>	42	0	42
3. <sup>a</sup>	12	0	12
4. <sup>a</sup>	3	0	3

Ao analisarmos este quadro, tendo em conta os anteriores, verificamos que a maioria dos retornos continua a ser do sexo masculino e com profissões ligadas às actividades agrícolas.

Ao cruzar os dados pessoais dos emigrantes que retornaram, conseguimos ter um olhar sobre estes, em certos períodos importantes da sua vida. Tomemos como exemplo a família de Joaquim Rodrigues Mourão<sup>11</sup>.

Joaquim Rodrigues Mourão, filho de Rodrigo José e de Maria Mourão, nasceu em 24 de Setembro de 1832 em Chã Grande. Lavrador de profissão,

11 Ver ficha da família.

casou em 16 de Abril de 1851 com Francisca Balsa Damião, nascida a 5 de Abril de 1837 e residente no lugar de Chã Grande, filha de Damião Monteiro, também natural de Chã Grande.

Joaquim Rodrigues Mourão pediu o passaporte para o Brasil em 1870, com a idade de 37 anos. Cinco anos mais tarde volta a emigrar e com ele vai toda a família. Sabe-se pela data do nascimento de seu filho Manuel (5 de Maio de 1874), que no ano de 1873 se encontrava em Portugal. Assim, a 16 de Fevereiro de 1875, pediu o passaporte, levando a sua esposa, Francisca, de 37 anos, e seus filhos António Martins Mourão de 14 anos, José Rui Mourão de 9 anos, Bonifácio Rodrigues Mourão de 8 anos e Manuel Rodrigues Mourão de 9 meses, abonados por documento legais. O filho António Rodrigues Mourão, devido à idade, fez um termo de fiança ao serviço militar, que ficou arquivado na secretaria do governo civil<sup>12</sup>.

Não são só os lavradores ou proprietários que retornam, são também os jornaleiros e trabalhadores agrícolas que regressam e se apresentam com a mesma profissão.

António Martins Granado, jornaleiro do lugar de Aveçãozinho, está inscrito no *Livro de identidade de pessoa e de consentimento a menores, com que pretendam impetrar passaportes para o Império do Brasil os indivíduos que sem eles se hajam apresentados no Governo Civil de Vila Real*, onde se achava presente o governador civil Alexandre Ferreira Cabral Pais de Amaral. Perante ele compareceu pessoalmente Luís Gonçalves do Paço, viúvo, comerciante de Vila Real que disse que reconhecia a identidade da pessoa a António Martins Granado, achando-se presente como testemunhas António Gerardo Monteiro, casado, e Albano António Martins, solteiro, de Vila Real.

António Martins Granado pede o passaporte para o Império do Brasil em 1883 e uma segunda vez em 1888.

Perante os pedidos de passaportes e retornos dos chamados brasileiros e verificando as profissões, principalmente pertencentes ao sector primário, depreende-se que, afinal, o regresso não é muito custoso para estes torna-viagens, já que vão regressando periodicamente!

Estes retornos vão compensando e diminuindo a dor da saudade e abafando o ressentimento da saída do seio familiar para locais estranhos. No entanto não compensa os anos de quebra demográfica que a ausência provocou.

A ideia do brasileiro que volta não endinheirado, mas com um pouco de dinheiro para reconstruir a sua vida na terra natal, talvez seja mais comum. O emigrante que saiu de sua terra muito novo, quer voltar com algum

---

12 Livro de registos de pedidos de passaportes – 1875-1876.

dinheiro, para se estabelecer ou juntar os seus bens aos de seus pais, podendo usufruir assim uma vida melhor. Uma vida acima da média, explorando as terras, estabelecendo-se de forma independente num pequeno comércio ou oficina.

Alguns destes retornos vão ser facilitados pelo desenvolvimento dos meios de transporte, porque estes emigrantes foram para o Brasil para resolver uma situação económica pontual ou porque não se integraram de forma satisfatória na sociedade brasileira, regressando na primeira oportunidade. Estes retornos, por vezes, podem ser pequenas estadias na sua terra natal, pois também não se adaptam em Portugal.

Não se poderá esquecer que o brasileiro que regressa tem mais oportunidades a nível social, especialmente num contexto de uma sociedade agrária. Segundo Ramalho Ortigão, «a raça do lavrador é prolífica. (...) O mais estúpido vai para mestre, o mais desordeiro para regedor, o mais relasso para padre, e o mais esperto vai para Brasil»<sup>13</sup>. Pode-se encontrar também na poesia popular que este estigma de ser brasileiro, mesmo retornado com pouco dinheiro, lhe dava estatuto social.

«Você diz que não me quer  
Eu que não tenho dinheiro?  
Tenho meu pai no Brasil  
Sou filha dum brasileiro»<sup>14</sup>

Estes emigrantes regressam por vezes com o sentimento de terem sido enganados, pois a terra prometida não lhes «pagou» o que lhes foi prometido aquando a saída. A estes, a ida para o Brasil trouxe-lhes custos negativos a nível monetário, emocional e físico. Mas, «o português que emigra não vê isto; só pensa que ao fim de alguns anos há-de vir rico do Brasil»<sup>15</sup>.

Segundo o documento publicado no *Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração*, de 1873, os emigrantes portugueses foram para o Brasil na expectativa de enriquecer rapidamente, esquecendo da conjuntura e transformações económicas que este país sofreu ao longo dos tempos. Os emigrantes iam substituir os escravos nos trabalhos mais duros. «Comiam, dormiam e trabalhavam com os escravos, quer dizer, tinham a sua tamina (ração) de carne seca, feijão e farinha, que eram obrigados a cozinhar (uma hora para cada refeição). Sanzalas eram as habitações, que constavam de um pequeno

13 Citado por BRETTELL, Caroline, *ibidem*, p. 97.

14 *Idem*, *ibidem*, p. 97.

15 Percheiro, citado por BRETTELL, Caroline, *ibidem*, p. 97 e seg.



quarto, a soalho, com porta e janela, tendo por cama uma esteira, e por mobília uma pedra para se sentarem. Trabalhavam a par dos escravos (...) principiava a romper da alva e terminava às 9 horas da noite, apenas com interrupção das refeições. De dia cavavam a terra, de noite lançavam ou tiravam tijolos do forno»<sup>16</sup>.

O sonho do emigrante que regressa rico já se encontrava enraizado no nosso folclore, logo, todo o emigrante que não consegue amealhar e fazer fortuna, é por sua culpa, pois é preguiçoso. Assim, o emigrante escondia o seu infortúnio dos seus familiares e conterrâneos. «Dado todavia a psicologia do emigrado que não conseguiu benefício algum no Brasil e, conhecido como é o hábito de descrever melhorias de fortuna que não alcançou, recursos não possuídos e importância social que está longe de ter conseguido, concluiu-se que só a vaidade, o amor próprio ou o receio de que dele se faça opinião menos lisonjeira para os seus créditos de trabalhador, pela ideia falsa, mas arreigada em Portugal de que só o mandrião não faz fortuna no Brasil, o leva a esconder com cuidado extremo, dos seus parentes e conterrâneos, todo o estendal das suas privações e amarguras»<sup>17</sup>. Estes emigrantes preferiam morrer no Brasil, sem paradeiro, e esconder o seu infortúnio, a regressar a Portugal.

O retorno do emigrante não só possibilita conforto económico com o envio das mesadas, com a colocação de capitais na dívida pública, com a compra de acções, com a aquisição de bens para o futuro retorno, como induz aspectos positivos a nível da economia local. Não se pode esquecer que muitos regressam a casa para casar, «o que explica uma elevação de estatuto social de que o mercado nupcial se torna um bom indicador»<sup>18</sup> pois sempre vão contribuir na economia familiar da noiva, injectando novos capitais, para a recuperação da casa, ou compra de novas terras, aumentando o património familiar.

O envio das remessas é importante não só para o emigrante que garante um bem-estar para a família, como num plano superior, para o próprio Estado. «Ninguém ignora também que em 1886 mudou o estado das coisas. Veio do Brasil um abundante caudal de dinheiro com a subida do câmbio, liquidaram-se muitas carteiras e grossos prémios (...) é que o nosso mercado monetário depende absolutamente do brasileiro, porque a nossa única grande indústria é a exportação de gente para o Brasil»<sup>19</sup>. Estas remessas dos

---

16 Ciatado por J. S., p. 370.

17 PEREIRA, Miriam Halpern, *A Política Portuguesa de Emigração (1850-1930)*, p. 29.

18 ALVES, Jorge, *ibidem*, p. 344.

19 MARTINS, Oliveira, *A Expansão de Gente para o Brasil*, p. 31.

emigrantes via Londres, na maioria dos casos, eram vitais para atenuar o endividamento externo, que os governos realizaram, numa tentativa de modernizar o país, numa «política de melhoramentos materiais».

As remessas dos emigrantes sempre foram importantes, desde a independência do Brasil até aos nossos dias, pois a balança comercial, cronicamente deficitária, foi agravada com os empréstimos contraídos para a criação das redes de transportes durante o período Fontista.

## Capítulo VII

### Tipos de família

Na continuação do estudo da emigração na paróquia, procurámos estabelecer as razões e as ligações que levaram as famílias a emigrar (embora o factor económico continue a ser uma das razões de maior peso). Tentou-se perceber, com os dados existentes, se havia um ou mais denominadores comuns, que permitissem definir a existência de famílias tipo, desta emigração individual ou mesmo familiar. Procurámos estabelecer o percurso familiar destes emigrantes, tentando assim criar critérios (se é que os há) da escolha do futuro emigrante.

Desde o início do trabalho, deparamo-nos com uma certa falta de fidelidade e coerência entre as fontes paroquiais e a dos registos de passaportes, isto é, por vezes, aquando do casamento e nascimento dos filhos, o chefe de família aparece-nos com uma dada profissão e no pedido do registo de passaporte aparece-nos com outra profissão distinta. Procurando ultrapassar este obstáculo, optou-se pela escolha de famílias de lavradores e de jornaleiros. «É camponês o lavrador abastado que beneficia do desenvolvimento da agricultura de mercado, ou o jornaleiro que, por falta de meios, é obrigado a vender a sua força de trabalho e que a partir de 1870 emigra em massa para o Brasil»<sup>1</sup>.

Para além das profissões como elemento de diferenciação entre os emigrantes, procurou-se entender a facilidade ou dificuldade das viagens que estes efectuaram, ou seja, os percursos destes até se fixarem definitivamente no Brasil, ou na Campeã.

---

1 VAQUINHAS, Irene, *A Condição Camponesa Entre o Mito e a Realidade*, p. 480.

## 1. Famílias de lavradores

### **Família de Valeriano Alves**

Valeriano Alves, natural de Aveçãozinho e residente no lugar de Pepe, nasceu em 25 de Outubro de 1839. Filho legítimo de Serafim Alves Ondas e de Maria Valéria, não sabia ler nem escrever. Casou com Maria Ribeiro Patrício de Pepe, vendeira de profissão, que nasceu em 29 de Abril de 1850, filha de Manuel Araújo e Ana Ribeiro. Tiveram 4 filhos: Maria (28/4/1970); Teresa (15/8/1971); António (26/7/1973); e Manuel (1/10/1875).

Seu pai, Serafim Alves Ondas, de Aveçãozinho, de profissão torneiro, nasceu em 9 de Setembro de 1801, filho de Manuel Alves Ondas e de Maria José, casou com Maria Valéria, de Pepe, filha de Luís António Moreira e de Ana Silva. Tiveram 3 filhos: Joaquim (5/2/1827); Ana (29/9/1835); e Valeriano.

Seu avô, Manuel Alves Ondas, de Aveçãozinho, nasceu em 25 de Outubro de 1764, filho de João Alves Ondas e de Luísa Martins. Casou em 22 de Fevereiro com Maria José Duarte, também de Aveçãozinho. Esta nasceu em 2 de Fevereiro de 1763, filha de Luís Dias Duarte e Maria Martins Miguel. Tiveram 5 filhos: Cláudia (23/9/1790); Ana (20/7/1792); Maria (30/9/1795); Joaquim (4/9/1798); e Serafim. Desconhece-se a sua profissão.

Valeriano pediu o passaporte pela primeira vez, para o Império do Brasil, em 20 de Fevereiro de 1877, apresentando-se como lavrador, com a idade de 37 anos. Estava casado havia sete anos e os filhos tinham idades compreendidas entre os 7 e os 2 anos.

Em 8 de Abril de 1890, Valeriano Alves pede, pela segunda vez, o passaporte para o Rio de Janeiro, com a idade de 50 anos, e pela terceira vez em 6 de Maio de 1898, também para o Rio de Janeiro.

Valeriano Alves, lavrador, filho de torneiro, emigrou para o Brasil (Rio de Janeiro) e reemigra. Não se conhecem as razões concretas, mas julgamos ser por razões económicas, pois as datas coincidem com o desenvolvimento económico do Brasil. Sua esposa, Maria Ribeiro, era vendeira, para além das lides de casa e das actividades agrícolas que tinha a seu cargo, na ausência do seu marido.

### **Família de Vicente Dias Alves**

Vicente Alves Dias, natural de Vendas e residente no lugar de Aveção de Cabo, filho legítimo de Lino Alves Rodrigues e Ermelinda Alves, nasceu em 29 de Agosto de 1837. Casou em 25 de Junho de 1873 com Teresa Dias Costa, do lugar de Pereira, nascida em 4 de Novembro de 1843 e filha de António

Dias Silva e de Margarida Costa. Tiveram 3 filhos: Manuel (31/12/1874); José (10/1/1877); e António (31/7/1880).

Lino Alves Rodrigues, natural de Aveção de Cabo e residente no lugar de Vendas, filho natural de Ana Alves Esteves, lavrador, casou com Ermelinda Dias Lucas. Esta nasceu em 14 de Abril de 1813, filha de Joaquim Lucas e Maria Dias. Tiveram 12 filhos: Joaquina (15/4/1834); Maria (8/10/1835); Vicente (29/8/1837); Bibiana (3/5/1839); Manuel (8/2/1841); Teresa (15/10/1842); José (20/6/1846); Águeda (20/6/1846); Ana (7/6/1848); Vitória (7/12/1849); Francisca (22/10/1851); e António (23/6/1853).

António Dias Silva (seu sogro), natural de Pepe, residente no lugar do Seixo, lavrador, filho de José Dias e de Maria Silva, nasceu em 9 de Março de 1793 e casou com Margarida Costa, do lugar do Seixo, que nasceu em 20 de Abril de 1809, filha de Manuel Costa e de Ana Maio. Tiveram 8 filhos: Ana (3/3/1829); Henrique (3/3/1832); Manuel (14/2/1834); Joaquim (20/3/1837); José (7/12/1839); Teresa (4/11/1843); Lourenço (7/6/1846); e António (21/2/1849).

Vicente sabia ler e escrever, e pede o passaporte para o Brasil a 2 de Janeiro de 1877, com a idade de 40 anos. Não se sabe se Vicente ainda se encontrava na Campeã quando o seu filho José nasceu (10/1/1877) e faleceu em Setembro do mesmo ano. Nos finais do ano de 1879, sua esposa encontrava-se grávida de seu filho mais novo, António, que nasce em Julho do ano seguinte. Vicente regressou entretanto a casa. Mais uma vez Vicente pediu o passaporte a 4 de Março de 1880 para o Brasil e regressa.

Regressou porque soube do nascimento do filho António?

Com a idade de 49 anos, Vicente apresenta-se como jornalista e não como lavrador, como quando pediu novamente o passaporte para o Rio de Janeiro, e apresenta-se como abonador, Manuel Alves Fraga, em 7 de Novembro de 1886. Terá sido obrigado a vender as suas terras, para pagar as dívidas inerentes às viagens? Terá sido a vida demasiado cruel para ele?

Não se encontraram mais informações de Vicente e sua família. No entanto, pode-se afirmar que Vicente tinha cunhados no Brasil. E possivelmente, deveria ter ido para junto deles, nas suas viagens para o Brasil, levando encomendas e notícias de Portugal. Teria sido Vicente aliciado pelos cunhados, aquando das suas dificuldades financeiras?

O seu sogro, António Dias da Silva, lavrador, como foi referido teve vários filhos. O quinto do casal, José, com a idade de 17 anos, solteiro, pediu o passaporte para emigrar para o Brasil no dia 1 de Abril de 1857.

Em 2 de Abril de 1859, o segundo filho, Henrique Dias (filho varão), jornalista, sem saber ler nem escrever, pediu também o passaporte para o Brasil e apresentou-se casado com Lisarda Pinto da Costa. Regressou à

Campeã com a idade de 47 anos. Este passaporte foi pedido a 23 de Julho de 1880, enquanto Vicente pediu em 2 de Janeiro. Terão embarcado na mesma altura? Terá o José tido sucesso no Brasil e como tal incentivou a ida do irmão e cunhado?

Observa-se nesta família a saída dos homens e a perda de prestígio quando Vicente, de lavrador passou para jornaleiro e teve de apresentar um abonador.

### **Família de Lourenço Gonçalves Carvalho**

Lourenço Gonçalves Carvalho, natural de Aveçãozinho e residente em Pepe, lavrador, nasceu em 2 de Agosto de 1836, filho de Joaquim Gonçalves e de Maria Martins Granado. Casou em 2 de Maio de 1870 com Joaquina Rua Ribeiro de Pepe, que nasceu em 14 de Maio de 1842. Esta era filha de Domingues Esteves e Ana Ribeiro e tinha como profissão o «governo da casa». Tiveram 4 filhos: António Joaquim (9/8/1870); Maria (13/3/1873); Ana (25/7/1876); e Joaquim (6/9/1879). A sua esposa, Joaquina faleceu em 2 de Fevereiro de 1880, deixando dois filhos de tenra idade.

Lourenço, em 1 de Fevereiro de 1881, casou pela segunda vez com Ana Pereira (21/4/1839), filha de João Pereira, ferreiro, e de Teresa Maio Henrique, que tinha como profissão o «governo da casa».

Domingos Esteves Rua (pai da primeira esposa), de Pepe, nasceu em 2 de Agosto de 1799, filho de António Esteves e Maria Rodrigues, casou com Ana Ribeira de Pena, filha de Manuel Lordelo e Maria Ribeira, e tiveram 5 filhos: Maria (22/7/1831); Joaquim (25/3/1837); António (25/7/1839); Joaquina (14/5/1842); e Ana (15/3/1845).

Joaquim Gonçalves, natural e residente em Aveçãozinho, jornaleiro, nasceu em 20 de Novembro de 1793 e faleceu em 7 de Março de 1875, filho de Manuel Gonçalves e de Teresa Dias. Casou com Maria Martins Granado, de Aveçãozinho e faleceu em 30 de Abril de 1874. Tiveram 12 filhos: Manuel (20/4/1819); Marcelina (7/1/1822); Apolinário (13/3/1823); Bárbara (29/3/1825); José (3/1/1827); Gonçalo (22/4/1829); António (5/3/1831); Vitorino (6/9/1833); os gémeos Lourenço e João; Joaquim (6/3/1839); e Joaquina (5/4/1840).

Em 1884, Lourenço tem 47 anos. Encontra-se casado em segundas núpcias há três anos, com dois filhos do primeiro casamento. Seus pais haviam já falecido e apresenta-se como lavrador aquando o pedido de passaporte em 10 de Janeiro de 1884. Renovou o pedido de passaporte, em 11 de Fevereiro de 1886, para voltar. Terá sido o Brasil generoso para este emigrante, que parte como homem maduro e deixa para trás a esposa e filhos?

**Família de José Vitorino Rodrigues Rebelo**

José Vitorino Rodrigues Rebelo, natural e residente em Aveçãozinho, nasceu em 4 de Julho de 1846, filho de Vitorino Rodrigues Rebelo e de Ermelinda Martins. Casou com Adriana Angelina Pedreira Matos, de Valença do Minho, filha de Mateus Silva Guimarães e Matos e de Maria José Pedreira Matos, e tiveram 2 filhos: Maria (10/6/1878); e Joaquim (12/6/1881).

Vitorino Rodrigues Rebelo, de Aveçãozinho, lavrador, nasceu em 27 de Outubro de 1799 e faleceu em 13 de Março de 1876, filho de José Rodrigues de Rebelo e Francisca Dinis. Casou em 8 de Maio de 1844 com Ermelinda Alves Martins, filha de Lourenço Martins e de Ana Alves Morais. Nasceu em 25 de Fevereiro de 1811 e faleceu a 18 de Dezembro de 1883. Tiveram 5 filhos: José (20/1/1845); José (4/7/1846); Joaquim (26/8/1848); Manuel (24/10/1850); e Maria (8/3/1854).

Lourenço Martins Rebelo, de Aveçãozinho, nasceu em 13 de Dezembro de 1775. Capitão, filho de Manuel Rodrigues Rebelo e de Maria José, casou com Ana Alves Rabiço em 8 de Novembro de 1807 e faleceu a 9 de Setembro de 1862. Ana era filha de Manuel Alves Morais e Maria Martins de Moura, e com Lourenço teve 11 filhos: Jacinto (10/11/1808); Ermelinda (25/2/1811); Carlota (14/2/1813); Marcelino (12/2/1815); os gémeos Maria e José (29/3/1818); os gémeos (Ana e João (29/3/1822); Vitória (23/2/1824); Joaquina (16/6/1826); e Manuel (27/11/1828).

Seu avô, José Rodrigues Rebelo, de Aveçãozinho, lavrador, filho de Francisco Rodrigues Rebelo e de Maria Martins Maio, casou com Francisca Dinis, de Aveçãozinho, filha de Domingos Dinis da Costa e Maria Maio. Tiveram 4 filhos: Ana (14/8/1791); Sebastião (20/4/1796); Vitorino (27/10/1799); e Leonardo (21/11/1802).

Esta família tem uma particularidade em relação às famílias que temos estado a estudar. Segue uma linha de lavradores, em que aparece Adriana, esposa de José Vitorino, que é de fora da região, mas seu pai é capitão, uma profissão de carreira militar. Isto é uma mais-valia para o património familiar, já que acarreta prestígio social. No entanto, José Vitorino, que sabia ler e escrever, pede o passaporte para si, com 33 anos de idade, para o Brasil em 17 de Fevereiro de 1882.

**Família de Joaquim Ribeiro Alma**

Joaquim Ribeiro Alma, lavrador, natural e residente em Catorinho, nasceu em 28 de Outubro de 1813 e faleceu em 24 de Maio de 1881. Filho de Manuel Martins e Teresa Ribeiro, casou em 19 de Abril de 1847 com Joaquina Cardoso Silva Fontes, filha de Manuel José Silva e Maria Cardoso. Tiveram 8

filhos: António (27/3/1848); Manuel (15/4/1849); António (16/3/1851); José (6/1/1853); Agostinho (5/3/1855); Feliciano (31/8/1857); Maria dos Anjos (14/8/1860); e Rosa (10/8/1866).

Joaquim pediu o passaporte para o Brasil em 10 de Junho de 1849 e levou consigo o segundo filho, Manuel, com a idade de 11 anos. Estes são abonados por Francisco José Inácio Teixeira, negociante de Vila Real. Tem-se mais tarde notícias de Joaquim, através do registo do nascimento de sua filha Rosa, que nasceu em 1866 e faleceu em Catorinho.

A sua filha Maria dos Anjos, casou com José Alves Ferrinho, jornalista, natural de Montes, e residente em Lombomião, filho de Manuel Alves Ferrinho e de Maria Feijão. Tiveram 2 filhos: António (1/2/1882) e Felisberto (16/11/1883). José pediu o passaporte em 30 de Março de 1883 e foi abonado por Manuel António Mendes Pereira, de Vila Real. O seu irmão, António Alves Ferrinho, casado e lavrador, de Montes, pediu o passaporte para o Brasil com a idade de 27 anos. Foi abonado por Frutuoso Benedito Fraga que, por sua vez, foi abonado por Manuel A. M. Pereira, de Vila Real. Regressou e pediu novamente o passaporte em 11 de Abril de 1888. Foi abonado por João Ferreira da Mota, casado e lavrador, de Catorinho, conforme se pode encontrar no Livro de Termos de 9 de Abril de 1888. Mais uma vez nos surge a linha masculina a ausentar-se por períodos de tempo mais ou menos longos.

### **Família de João Inácio Dias**

João Inácio Dias, lavrador, natural e residente em Pepe, nasceu em 23 de Agosto de 1850, filho de Manuel Inácio Dias e de Joaquina Silva. Casou em 4 de Fevereiro de 1875 com Maria Carvalho, de Pepe, cozinheira, nascida em 25 de Dezembro de 1855 e filha natural de Joaquina Carvalho. Tiveram 4 filhos: Manuel (5/11/1875); José (12/7/1877); Ana (24/7/1880); e António (17/1/1883).

Manuel Inácio Dia Martins, filho natural de Inácia Martins, lavrador, de Pepe, casou em 4 de Novembro de 1839 com Joaquina Silva de Pepe, lavadeira, nascida em 9 de Janeiro de 1814 e falecida em 23 de Março de 1880, filha de Luís Moreira e Ana Silva. Tiveram 7 filhos: Manuel (29/7/1840); José (11/11/1842); Ana (3/8/1845); João (5/3/1848); João (23/8/1850); António (10/5/1853); e Maria (23/3/1856).

João Inácio Dias, com a idade de 31 anos, pediu o passaporte para o Brasil, pela primeira vez em 26 de Outubro de 1881, e novamente em 3 de Julho de 1882. Regressa a Portugal, pois o filho mais novo, António, nasceu em 1883. Seu irmão José Inácio, com a idade de 14 anos, havia embarcado para o Brasil em 1856 e foi abonado por seu pai, Manuel Inácio.



Pensa-se que João, aquando a segunda viagem, vai com o irmão António de 29 anos, casado, pois pede o passaporte na mesma altura.

#### **Família de Agostinho Alves Dinis**

Agostinho Alves Dinis, de Aveçãozinho, nasceu em 24 de Agosto de 1846, filho de João Alves Dinis e de Luísa Carvalho. Casou em 26 de Maio de 1880 com Ana Ferreira, nascida em 8 de Agosto de 1855, filha de Joaquim Gonçalves e Catarina Ferreira. Sua filha Glória nasceu em 12/8/1883.

Joaquim Gonçalves, jornalista, de Aveçãozinho, nasceu em 20 de Abril de 1828, filho de Manuel Gonçalves e Bárbara Granada. Casou em 20 de Junho de 1852 com Catarina Ferreira filha de José Leopoldo e Joaquina Ferreira, de Pereiro, nascida em 6 de Maio 1825 e falecida em 3 de Dezembro de 1873. Tiveram 6 filhos: Ana (8/8/1855); Maria (29/7/1857); José (17/5/18560); Joaquina (3/6/1862); Manuel (1/9/1864); e Teresa (10/2/1867).

Após a morte de sua mulher, Joaquim casa novamente, em 16 de Junho de 1883, com Maria Coelho, de Pereiro, filha natural de Ana da Conceição Coelho, do qual tiveram um filho, Martinho (21/9/1885).

O percurso de vida de Agostinho difere um pouco das restantes famílias. Este, quando pede o passaporte em 25 de Fevereiro de 1881, pela primeira vez, para se ausentar para o Brasil, aparece-nos como lavrador. Comparando estes dados com o registo paroquial, observamos que Agostinho, casado em 1880, emigrou um ano depois e regressa aquando o nascimento de sua filha, em 1883. Em 2 de Novembro de 1892, este pediu o passaporte familiar para si, sua esposa de 37 anos e a filha Glória de 9 anos, para o Rio de Janeiro. Neste passaporte, Agostinho tem já 46 anos e apresenta-se como jornalista.

Anos mais tarde, temos notícias desta família ao pedir novo passaporte familiar. A família tinha aumentado. Pelo registo de nascimento desta paróquia, Agostinho não teve mais filhos. Duas situações poderão ter ocorrido: Agostinho foi para o Rio de Janeiro com a família e teve mais filhos, ou após se ter estabelecido no Rio, por qualquer motivo não se deu bem, regressou a Portugal e foi viver para outra localidade, fora da Campeã. A verdade é que Agostinho regressa a Portugal e pede novo passaporte familiar para Santos, Brasil, em 18 de Dezembro de 1900. Tem a idade de 54 anos, sua esposa de 45 anos, Glória de 17, José de 7, Joaquim de 4 e aparece-nos Carolina como enteada (?) de 20 meses.

#### **Família de Manuel Alves Morais**

Manuel Alves Morais, natural de Seixo e residente em Pereiro, filho de Joaquim Alves Morais e Catarina Rodrigues, nasceu em 16 de Outubro de

1849. Casou com Engrácia Alves Gonçalo, de Chã Grande, nascida a 10 de Setembro de 1859. Tiveram 3 filhos: Joaquim; Joana Carolina (1/8/1882); e Paulino (22/10/1884).

Joaquim Alves Morais, filho de José Alves e Maria Cerqueira, lavradora, do Pereiro, nasceu a 9 de Dezembro de 1813 e faleceu a 5 de Julho de 1882. Casou a 30 de Novembro de 1844 com Catarina Rodrigues, filha de José Rodrigues e Engrácia Alves, de Aveção do Maio. Tiveram 8 filhos: Claudina (19/1/1845); António (8/10/1846); Ana (5/9/1848); Manuel; Maria (29/11/1851); José (4/9/1852); Joaquina (13/9/1855); e Jacinto (20/11/1859).

Bernardo Alves Gonçalo, lavrador de Pousada, residia em Chã Grande e era filho de Manuel Alves Gonçalo e de Maria Alves. Nasceu a 21 de Outubro de 1818 e casou a 28 de Maio de 1846 com Joaquina Clemente Pinto, filha de Jorge Mourão e Maria Clemente, ambos lavradores. Tiveram 12 filhos: Maria (26/4/1851); Ana (20/12/1852); Manuel (14/3/1856), Cândida (27/10/1858); Engrácia; Joaquim (25/4/1861); Matilde (26/8/1862); Cândida (10/11/1864); Joaquim (26/2/1866); Teresa (21/9/1868); António (27/8/1870); e Conceição (17/10/1872).

Manuel pediu o passaporte para o Brasil em 18 de Março de 1882, altura em que a sua esposa estava grávida do segundo filho (Joana Carolina). Regressa e aparece-nos Joaquim, em 7 de Março, a pedir novo passaporte para si e seu filho mais velho, Joaquim (8 anos). Estamos no ano de 1884, e sua esposa encontra-se novamente à espera de filho, Paulino.

Pelos registos de passaporte, sabe-se que Joaquim regressa a Portugal, já não vive em Pereiro, mas muda-se para o lugar de Pepe e pede o passaporte familiar. Pede para si, sua esposa de 31 anos, Joana Carolina, de 9 anos, e Paulino, de 6 anos, com destino ao Rio de Janeiro. O filho mais velho, Joaquim, deve ter ficado no Brasil.

### **Família de Joaquim Alves Queirós**

Joaquim Alves Queirós, filho de Sebastião Maria Queirós e de Maria Alves Mourão, natural de Vendas e residente em Aveção de Cabo, nasceu a 21 de Agosto de 1860, e casou a 12 de Abril de 1880 com Ana Martins Ribeiro, de Aveção do Cabo. Filha de José Martins Glodo e de Claudina Alves Mourão, Ana nasceu a 16 de Dezembro de 1858. Tiveram 2 filhos: Panta-leão (16/4/1881); e Luísa (26/8/1883).

Sebastião Maria Queirós de Torguedo, carpinteiro, filho de José António Queirós e de Ana Joaquina, casou a 5 de Dezembro de 1859 com Maria Alves Mourão, de Pepe, jornaleira. Nasceu a 16 de Novembro de 1834, filha de Joaquim Alves Mourão e de Micaela Alves. Tiveram 8 filhos:

Joaquim; Manuel (6/1/1862); José (12/11/1863); Albina (9/9/1865); Albino (10/11/1867); Casimiro (12/4/1870); António (27/8/1872); e Albina (21/6/1875).

José Martins Glodo, natural, residente e lavrador em Aveção do Cabo, nasceu em 30 de Maio de 1793 e faleceu em 26 de Dezembro de 1874. Casou em 15 de Janeiro de 1846 com Claudina Alves, natural do Seixo, nasceu a 20 de Setembro de 1821, filha de José Alves e de Mariana Cerqueira. Tiveram 7 filhos: Paulino (2/9/1846); Manuel (27/12/1848); António (17/11/1850); Maria (2/9/1852); José (2/9/1854); Catarina (14/11/1856); e Ana.

Joaquim pediu o passaporte para o Brasil em 1 de Fevereiro de 1883, apresentando-se como lavrador, mas foi abonado por Manuel António Mendes Pereira, de Vila Real. Deixa sua esposa grávida de Luísa (segundo filho). Anos mais tarde, surgem notícias desta família, quando Ana Martins Ribeiro pede o passaporte para si e sua filha Luísa de 5 anos, em 15 de Abril de 1889, para o Rio de Janeiro. Esta apresenta-se como trabalhadora agrícola e vai ter com o marido ao Brasil. Do filho primogénito, Pantaleão, não temos informação.

## 2. Famílias de jornaleiros

### **Família de Lourenço Lopes**

Lourenço Lopes, jornaleiro de Pepe, nasceu em 15 de Setembro de 1831, filho de Manuel António Lopes e de Teresa Almeida, e casou a 16 de Junho de 1852 com Ana Joaquina, natural de Pena e filha de Manuel Teixeira e de Teresa Areias. Tiveram 2 filhos: Margarida (8/11/1852) e Emericiana (8/8/1854).

Manuel António Lopes, de Vila Nova, residente em Pepe, filho de António Lopes e Jacinta Dinis, casou com Teresa Almeida Martins de Pepe, nascida em 21 de Julho de 1791. Tiveram 7 filhos: Luís (8/3/1816); Joaquim (25/10/1817); Maria (5/3/1821); Vitorino (21/5/1823); Vitorino (11/7/1824); Ana (18/3/1827); e Lourenço. Manuel Martins faleceu em 29 de Julho de 1832.

Lourenço ficou órfão de pai muito cedo. Casou-se com 21 anos, teve filhos e com a idade de 45 anos, pediu pela primeira vez o passaporte para o Rio de Janeiro, em 11 de Abril de 1877, conforme o registo de passaporte e o livro de termos. Foi abonado por Luís Gonçalves do Paço, viúvo, comerciante de Vila Real. Apresentou-se como trabalhador, não sabendo ler nem escrever. Regressou e voltou a pedir o passaporte para o Rio de Janeiro

em 1 de Fevereiro de 1883, sendo abonado desta vez por Manuel António Mendes Pereira, de Vila Real.

Com a idade de 56 anos, temos Lourenço a pedir novo passaporte, para o Rio de Janeiro, em 9 de Abril de 1888, conforme o livro de termos daquele dia.

### **Família de Joaquim Rebelo**

Joaquim Rebelo, natural de Pereiro e residente em Pepe, nasceu em 9 de Agosto de 18512, filho de Felicíssimo Rebelo e de Maria Cerqueira, casou a 23 de Dezembro de 1875 com Joaquina Gaspar Monteiro, natural de Pepe, nascida a 11 de Janeiro de 1877, filha de Joaquim Almeida e de Ana Gaspar. Tiveram 3 filhos: Roque (18/8/1877); Vitorino (8/8/1881); e Vitorino (8/8/1883).

Felicíssimo Rebelo, natural de Aveçãozinho, alfaiate de Pereiro, nasceu a 4 de Agosto de 1812 e faleceu a 1 de Março de 1877, filho de Domingos António Rebelo e de Andreia Martins. Casou com Maria Cerqueira, natural de Pereiro, nascida a 12 de Março de 1814 e filha de José Cerqueira e de Maria Teresa, jornaleiros. Tiveram 7 filhos: Joaquina (14/11/1836); Ana (7/1/1839); Augusto (3/10/1841); Maria (13/11/1844); Vitória (6/3/1848); e os gémeos Joaquim e Manuel (6/8/1855).

Domingo António Rebelo, filho de Manuel Rodrigues Rebelo e de Maria José Francisca, lavradores, natural e residente em Aveçãozinho, nasceu em 31 de Janeiro de 1778. Casou com Andreia Martins. Teve 7 filhos: Eduardo (21/4/1810); Felicíssimo; Deluvina (8/12/1814); Emerenciana (12/11/1816); Urbano (28/5/1819); Ana (2/11/1820); e Constantino (26/4/1823).

José Cerqueira Gomes, natural e residente em Pereiro, nasceu em 2 de Março de 1785, filho de João Cerqueira Gomes e de Engrácia Alves, e casou a 21 de Novembro de 1806 com Maria Teresa de Torguedo, filha de José Alves e de Teresa Martins. Tiveram 12 filhos: João (28/8/1807); Felicidade (8/9/1808); Joaquim (31/10/1809); Paulino (18/10/1811); os gémeos António, Manuel e Maria (12/3/1814); Teresa (16/4/1816); Vitória (1/12/1817); Manuel (1/12/1819); Ana (25/10/1821); e Balbina (9/11/1823).

Joaquim Rebelo pediu o passaporte em 1 de Fevereiro de 1883 e foi abonado por Manuel António Mendes Pereira, de Vila Real. Quando Joaquim foi para o Brasil, a sua esposa encontrava-se grávida.

### **Família de Custódio Baptista**

Custódio Baptista, natural e residente em Pepe, sapateiro, nasceu a 11 de Março de 1866, filho de João Baptista e de Maria Gonçalves. Casou com

Teresa Pires, natural de Pepe, jornaleira, filha de Vitório Brás e de Ana Lopes. Tiveram um filho, António (22/9/1885).

João Baptista, natural e residente em Pepe, nasceu a 7 de Novembro de 1836 e faleceu a 17 de Setembro de 1880, filho natural de Ana Maria Costa, sapateiro. Casou com Antónia Coutinho de Mondim de Bastos. Tiveram 2 filhos: Álvaro (15/1/1863) e Custódio.

Custódio pede o passaporte para o Rio de Janeiro em 12 de Outubro de 1888, conforme o Livro de Termos dessa data, e é abonado por Luís Gonçalves do Paço, de Vila Real, viúvo, comerciante. Neste pedido apresenta-se como jornaleiro.

### **Família de António Martins Carvalho**

António Martins Carvalho, filho de Manuel Joaquim Carvalho e de Maria Ferreira, nasceu a 20 de Janeiro de 1843, natural de Pereiro. Casou com Ana Maria Correia Bispo, filha de Joaquim José Pereira e de Joaquina Correia<sup>2</sup>. Nasceu a 5 de Fevereiro de 1852, jornaleira. Tiveram 5 filhos: Joaquina (13/6/1866); Manuel Joaquim (13/1/1869); António (16/10/1874); Ana (3/8/1877); e Maria (21/6/1880).

Manuel Joaquim Carvalho, de Mondrões, filho de Manuel Carvalho e de Teresa Martins, alfaiate, casou a 11 de Setembro de 1839, com Maria Teresa Ferreira (7/9/1813), de Pereiro, tecedeira, e tiveram 8 filhos: José (8/11/1840); António; Joaquim (29/8/1844); Paulino (5/8/1847); Benedito (6/2/1850); Cândida (23/2/1852); Maria (24/11/1854); e Carlota (8/12/1857).

António pediu o passaporte para o Brasil em 1 de Dezembro de 1876, e novamente a 10 de Setembro de 1880. Através dos registos de nascimento, sabe-se que António regressou à Campeã, pelo menos no ano de 1876 (época das festas natalícias), já que sua filha Ana nasceu no ano seguinte (1877). Regressa ao Brasil e voltamos a ter notícias a partir do nascimento da outra filha Maria (1880).

António é casado com a filha de Joaquim Pereira Bispo, que emigrou para o Brasil com o seu filho António, de 17 anos, indo ao encontro do filho Manuel, que se encontrava no Brasil desde 1853. Reemigrou em 1876, levando consigo a sua irmã Bibiana e a prima. Também no Brasil, tinha seu tio Manuel, de Vila Real, e o cunhado Joaquim.

Mais uma vez deparamo-nos com a saída de homens, que vão procurar melhores condições de vida, já que em Portugal isso é-lhes negado. Estes procuram sempre voltar quando a família se encontra em Portugal.

---

2 Ver anexo Família Pereira Bispo.

**Família de José Martins Clemente**

José Martins Clemente, natural e residente em Viaris da Poça, filho de Vitorino Clemente e de Ana Correia, nasceu a 18 de Março de 1845. Casou a 26 de Outubro de 1870, com Ana Dias (11/4/1849), filha de Joaquim Dias e de Ludovina Martins. Tiveram uma filha, Maria (16/9/1873).

Vitorino Joaquim Martins Clemente, natural e residente em Viaris da Poça, lavrador, nasceu em 21 de Agosto de 1812 e faleceu a 3 de Junho de 1877. Filho de José Martins Clemente e de Joaquina Martins, casou com Ana Correia Rola, natural de Lombomião. Esta nasceu a 18 de Agosto de 1810, filha de José Correia e de Vitória Alves. Tiveram 9 filhos: Vitória (8/1/1839); Maria (15/9/1840); Teresa (23/1/1842); Manuel (19/10/1843); José; Joaquim (25/7/1847); Carlota (13/12/1848); Clemente (13/2/1851); e Maria (13/8/1854).

Joaquim Dias Gravinhas, natural e residente em Viaris da Poça, nasceu a 31 de Janeiro de 1815 e faleceu a 3 de Novembro de 1881. Era filho de Manuel Rodrigues e de Teresa Dias, lavradores. A 19 de Fevereiro de 1846, casou com Ludovina Martins Ondas, filha de Joaquim Martins Coelho e de Maria Ondas. Nasceu a 19 de Fevereiro de 1830 e faleceu a 1 de Julho de 1879. Tiveram 8 filhos: Ana; Manuel (3/8/1851); Maria (27/6/1855); Conceição (18/6/1859); Manuel (17/7/1862); Afonso (15/2/1865); Maria (14/1/1868); e Teresa (22/7/1870).

Quando José fez o pedido de passaporte para emigrar para o Rio de Janeiro, em 18 de Junho de 1890, com a idade de 45 anos, apresentou-se como jornalista e não sabia ler nem escrever. Este vai ao encontro dos seus irmãos, que se encontram há alguns anos no Brasil. Manuel Martins, solteiro, com 18 anos de idade, pediu o passaporte em 18 de Março de 1862, e Clemente, solteiro, com 31 anos de idade, lavrador, pediu o passaporte a 9 de Abril de 1881. Não se obteve mais informações destes emigrantes.

**Família de António Joaquim Jorge**

António Joaquim Jorge, filho de Manuel José Longo e de Maria Joaquina, casou com Joaquina Ferreira Pinto, filha de Joaquim Martins Ferreira e de Maria Carlota Pinto. Tiveram um filho, Joaquim.

António Joaquim Jorge pediu o passaporte em 23 de Julho de 1888, consoante o livro de termos, e vai abonado por Luís Gonçalves do Paço, viúvo e comerciante de Vila Real. Apresentou-se como jornalista.

Não se vai ter mais notícias desta família, excepto, de acordo com os registos paroquiais, que seu filho Joaquim se casou na igreja matriz Maria da Luz, no Rio de Janeiro, em 23 de Outubro de 1885, com a portuguesa Guilhermina Ferreira Peixoto.

**Família de Jorge Rabiço**

António Jorge Rabiço, jornalista, natural e residente em Aveçãozinho, nasceu a 31 de Março de 1822, filho de Manuel Jorge Rabiço e de Maria Dinis. Casou a 18 de Junho de 1849, com Maria Cerqueira, natural de Pereiro, que nasceu a 24 de Agosto de 1833, filha de Joaquim Cerqueira e de Engrácia Ribeiro. Tiveram 3 filhos: José (7/3/1858); Pedro (12/3/1862); e Domingos (26/5/1866).

Manuel Rodrigues Rabiço nasceu a 30 de Junho de 1795 e faleceu a 19 de Julho de 1861. Filho de Francisco Jorge e de Maria Martins Rabiço, casou com Maria Alves Dinis, e tiveram 6 filhos: António; Francisco (18/3/1824); Ana (26/9/1825); Benedita (29/7/1827); Benedita (8/2/1830); e José (8/10/1833).

Joaquim Cerqueira, natural e residente de Pereiro, nasceu a 5 de Julho de 1789, filho de João Cerqueira e de Engrácia Alves, casou com Maria Engrácia de Rebordelo, e que faleceu a 21 de Outubro de 1869, filha de Manuel Ribeiro e de Luísa Ribeiro. Tiveram 12 filhos: Manuel (3/2/1822); Ana (30/6/1823); Felizarda (1/12/1824); Maria (2/8/1826); Bárbara (14/4/1828); José (25/1/1830); Margarida (22/11/1831); Maria; Benedita (1/11/1835); Carlota (6/2/1838); Feliciano (17/12/1839); e António (31/12/1841).

António pede o passaporte para o Brasil pela primeira vez em 13 de Abril de 1879, com a idade de 57 anos. Dois anos mais tarde volta a pedir a 20 de Setembro de 1881, e novamente a 11 de Abril de 1882, já com a idade de 60 anos.

Entretanto, a vida continua a desenrolar-se nos mesmos modos de sempre na Campeã, e o segundo filho, Pedro, casou-se com Maria Fonseca de Aveçãozinho, nascida a 3 de Julho de 1861, filha de José Fonseca Gato e de Escolástica Jorge. Tiveram 2 filhos: Augusta (6/10/1882) e Manuel (1/8/1884).

Pedro Rabiço, jornalista, pede o passaporte a 16 de Janeiro de 1888, com a idade de 25 anos. Não temos registo de sua esposa e filhos terem ido para o Brasil.

No entanto, através do registo de óbito de sua filha Augusta, obtém-se a informação de que esta se casou no Brasil com Artur Martins Carujo (português) e regressou a Portugal, onde veio a falecer, no lugar de Aveçãozinho, a 5 de Dezembro de 1966.

Pedro Rabiço, quando emigrou para o Brasil, já tinha os seus primos, por parte de sua esposa, no Rio de Janeiro.

O primo José Almeida Neto, jornalista, natural e residente em Aveção do Cabo, nasceu a 24 de Abril de 1844, filho de Manuel Almeida Neto e Vitória

ria Lourenço. Casou a 6 de Maio de 1867, com Maria Fonseca Gato, natural de Balsa. Nasceu a 30 de Agosto de 1847, filha de Joaquim Fonseca Gato e de Teresa Rodrigues Folha. Tiveram 8 filhos: Joaquim (19/3/1868); Joaquim (25/11/1869); Claudina (18/1/1872); Teresa (14/2/1874); Angelina (26/9/1875); António (29/7/1877); Manuel (14/2/1879); e Agostinho (15/7/1880).

Manuel Almeida Neto, natural de Vendas, residente em Aveção do Cabo, nasceu a 20 de Setembro de 1810, filho de Joaquim Almeida e de Ana Conceição. Casou pela primeira vez com Rosa Carolina, com quem teve uma filha, Maria Romana (26/5/1835).

Manuel Neto, vai casar mais tarde com Vitória Cerqueira Lourenço, jornalista, natural de Aveção do Meio, filha de António Lourenço e de Maria Cerqueira. Tiveram 5 filhos: José; Joaquim (4/10/1846); Benedito (20/3/1849); Ana (8/2/1851); e Maria (9/10/1852).

Joaquim Fonseca Gato, filho de António Fonseca e Ana Troca, natural de Vendas e residente em Balsa, casou a 27 de Fevereiro de 1843, com Teresa Rodrigues, que nasceu a 17 de Março de 1822, filha de José Ferreira e de Joaquina Rodrigues. Tiveram 4 filhos: Joaquina (23/3/1845); Maria; Lourenço (5/5/1851); e Paulino (13/10/1854).

José Almeida Neto vai emigrar para o Brasil pela primeira vez em 9 de Março de 1880. Não sabe ler nem escrever. Regressa e reemigra em 8 de Março de 1884, com a idade de 40 anos, sendo abonado por Manuel António Mendes Pereira, de Vila Real.

Não temos mais notícias de José, excepto quando a sua esposa pede o passaporte familiar, a 13 de Dezembro de 1888, para si e seus filhos Angelina de 13 anos, António de 11 anos e Agostinho de 8 anos. A esposa apresenta-se como trabalhadora agrícola, com a idade de 41 anos, não sabe ler nem escrever e vai para o Rio de Janeiro para se reunir com o marido.

#### **Família de Fernandes Cambito**

Manuel Fernandes Cambito, natural e residente em Pereiro, nasceu a 8 Dezembro de 1798, filho de Manuel Fernandes e de Maria Morais. Casou com Ana Jorge, filha de José Narciso e Maria Jorge, e que nasceu a 24 de Setembro de 1794. Tiveram 5 filhos: José (22/4/1825); Luís (18/4/1827); Maria (1/11/1829); Joaquim (14/12/1831); e Zeferino (22/4/1835).

Todos os filhos do casal casaram na paróquia, excepto José, porque emigrou para o Brasil.

O filho, Joaquim, emigra a 7 de Novembro de 1883, e vai abonado por Frutuoso Benedito Fraga que, por sua vez é abonado por Manuel António Mendes Pereira, de Vila Real. Joaquim emigra depois de ter contraído matri-



mónio, a 13 de Janeiro de 1868, com Ana Jorge Escaleira, natural de Viaris Santa. Esta nasceu a 4 de Novembro de 1839, e era jornaleira, filha de José Fernandes e de Ana Baixo Escaleira. Tiveram 4 filhos: Manuel (26/2/1872); Luísa (4/12/1874); e Maria (1/1/1878).

José Fernandes Escaleira, natural e residente em Viaris Santa, lavrador, nasceu a 9 de Dezembro de 1780 e faleceu a 11 de Junho de 1864. Era filho de Manuel Escaleira e de Valéria Guedes, e casou a 3 de Abril de 1837 com Ana Alves, natural de Parada, filha de Luís Alves e de Vitória Coutinho. Tiveram 7 filhos: José (22/5/1838); Ana; José (28/11/1841); Luísa (7/6/1844); Joaquim (24/2/1847); Maria (5/2/1850); e Teresa (28/1/1854).

Quando Joaquim Fernandes emigrou, no ano de 1883, já o seu cunhado Joaquim se encontrava no Brasil.

Joaquim Escaleira, quinto filho do casal, pede o passaporte para o Brasil a 20 de Setembro de 1871, com a idade de 24 anos e solteiro. Ele embarcou para o Brasil pela barra do Porto.

Perante esta reemigração, podemos equacionar os custos das viagens, e a facilidade na obtenção do passaporte, principalmente nos anos 1880-1890. É notória a procura de mão-de-obra para o Brasil, no entanto, nem todos vão engajados e a maioria procura ficar nas grandes cidades. A melhoria nos meios de transporte e a qualidade destes são evidentes. A diminuição dos preços é uma realidade, já que estes emigrantes regressam periodicamente a casa ou com o tempo enviam mais dinheiro, para o pagamento das passagens para os seus familiares, mais ou menos próximos.

## Conclusão Conclusion

O estudo da freguesia constitui uma amostra da sociedade onde nós vivemos. Nela encontramos e imaginamos os sentimentos dos emigrantes, a relação do poder económico, social e político e os interesses individuais e da comunidade. Muito ficou por explorar e analisar, inúmeras áreas estão ainda por descobrir – do económico ao social, das relações familiares às relações interpessoais.

É um mundo que nós perdemos, no dizer de Peter Laslett, mas que permanece vivo através de uma vasta documentação que nós herdámos. Esta, no entanto, necessita de ser explorada, tendo em conta um conhecimento mais profundo das realidades que as freguesias encerram em si.

Os emigrantes, cujo destino era o Império do Brasil, saíam do enquadramento familiar, da sua região e iam à procura de um sonho, de melhores condições de vida. Sonho esse que os emigrantes procuravam com tanto afincamento e empenho, mas que na realidade nunca ou raramente o encontravam. Poucos foram os afortunados.

Estes jovens e adultos procuravam no Brasil o que não tinham em Portugal. Procuravam melhores salários e empregos e iam tentar a sua sorte no comércio, ofícios ou iam para as grandes plantações de algodão ou do café. Os emigrantes estavam dependentes do sabor da política interna e externa brasileira, devido à necessidade da procura de mão-de-obra, que era importante para a mineração e, mais tarde, para as plantações. O Brasil precisava urgentemente de mão-de-obra que substituísse o escravo, recém liberto, e continuasse com o desenvolvimento económico, que o Brasil tinha iniciado.

O jovem emigrante que parte para a «aventura, à procura de melhores condições de vida, de emprego e sem grandes compromissos familiares, vai dar lugar, nos finais do século XIX, a um emigrante adulto, mais velho, onde as relações familiares se vão ressentir com a ausência prolongada do marido e do pai. O jovem emigrante envia dinheiro consoante as suas possibilidades, enquanto o emigrante casado, com responsabilidades, tem o dever de enviar

o dinheiro e notícias para a família. Estas notícias são muito importantes para quem as envia como para quem as recebe. Muitas vezes, são a única maneira de saber o paradeiro do emigrante. Se é vivo ou morto!»

Se o envio de remessas de dinheiro para Portugal era importante a nível pessoal e familiar, para sustentar a família, para pagar as dívidas contraídas com a saída do emigrante, a nível governamental, também o era.

O emigrante escolhia o império do Brasil pelas características comuns como a língua, pelo mito da «terra das oportunidades» e onde o esperavam, por vezes, os amigos e uma rede de clientes, que o ajudava numa primeira fase de adaptação. Estes emigrantes, após terem adquirido uma certa estabilidade social e monetária (na maior parte das vezes, esta melhoria de vida era pouco significativa) tentam reunir a família, enviando dinheiro e as passagens para emigrarem para o Brasil. Esta reunificação tanto podia incluir os familiares mais chegados, como esposa e filhos, cunhados ou irmãos, como primos ou vizinhos.

A partir de 1880, aparece com mais intensidade uma emigração familiar, uma emigração feminina. Surge-nos com mais frequência registos de pedidos de passaportes familiares, cujo pedido era efectuado em nome da esposa, que parte para o Brasil com os seus filhos, para se reunir com o marido e lá continuar a sua vida familiar.

Não era de bom agrado, para a sociedade, a saída das mulheres, principalmente para longe, já que a tradição remetia a mulher para um papel submisso e caseiro e, na ausência do marido, esta tinha de tomar conta da casa, dos filhos e dos pais idosos. Tinha de governar a casa com o dinheiro que realizava nas suas actividades agrícolas e o dinheiro que recebia do Brasil, quando o recebia...

As mulheres também sonham em emigrar. Partir para construir uma nova vida, numa terra onde o mercado nupcial lhe é favorável. Este fenómeno vai provocar um envelhecimento da freguesia, onde os novos e as famílias emigram, deixando os velhos agarrados à terra.

Se o Brasil foi proveitoso para alguns emigrantes, para outros foi muito prejudicial. Os emigrantes viviam em péssimas condições, sem emprego, com salários abaixo da média, convivendo com a miséria e com a fome. Estes, por vezes, tinham dificuldade em enviar dinheiro para Portugal, colocando as famílias em situações também precárias, por falta de dinheiro ou mesmo notícias, não podendo pagar as dívidas contraídas. Apesar de tudo, continuava na mente das pessoas a imagem do brasileiro rico, que regressa para comprar a leira ou casa.

Com a remessa do dinheiro dos emigrantes para os seus familiares, o prestígio da família aumenta. Daí que a emigração destes jovens pode ser vista

como uma aposta para a melhoria da vida dos restantes familiares, já que num futuro próximo, com o envio de dinheiro, existe propensão ao aumento de consumo de bens essenciais e aumento da propriedade, do património familiar. Nos casos da emigração dos pequenos proprietários agrícolas, verifica-se que este envio de remessas, por vezes, serve para equilibrar as dívidas das propriedades e/ou o aumento destas.

Se o dinheiro das remessas favorecia a curto e médio prazo as famílias e indirectamente o Governo, já não se pode dizer o mesmo da questão demográfica. São conhecidas as consequências, desde o casamento tardio à diminuição de natalidade que vai provocar uma estabilização e mesmo uma diminuição da população.

As famílias que, num dado momento das suas vidas, decidiram individualmente ou em colectivo procurar uma vida melhor, num país distante mas bem-aventurado, e que decidem regressar, não ostentam riqueza através das suas casas abrasileiradas. O emigrante que deixa suas terras, as suas gentes, como vimos, é um emigrante que regressa para comprar a leira, o socalco e dar um bem estar à sua família.

Tentou-se dar uma perspectiva destes emigrantes, reconstituir o percurso de algumas famílias, procurando entender os sentimentos, as necessidades destes emigrantes. Muitos foram os que saíram e nunca regressaram, perdendo-se o rasto destes emigrantes, outros regressaram mais pobres do que nunca e a maioria continuou a lutar na procura do tal bem-estar, na procura do sonho que comanda a vida...



*The study of a parish is a sample of the society where we live in. In it, we can either find or imagine the emigrant's feelings, the relation between economic, social and political power with individual and community interests. Many aspects are still to be observed and studied, many areas are still to be taken into account: from an economic to a social point of view, family relations and even interpersonal relations.*

*It is the world we have lost, in the words of Peter Laslett, which is nevertheless alive through numerous documents inherited by all of us. This wealth needs to be explored having in mind a deeper knowledge of all the realities the parishes comprise.*

*Emigrants, whose destiny was the Brazilian Empire, left their family environment, their region in search of a dream, a better life. This dream was indeed what drove them forward, but, in fact, only a few managed to find it.*

*These young adults hoped to find in Brazil everything they could not have in Portugal. Some of them were looking for better jobs and better salaries; others went to take their chance in business or in crafts; and many others went to work in cotton or coffee plantations. They depended*

on Brazilian internal and external policy regarding the need of workmanship, which was very important for mining and agriculture.

Brazil urgently needed a working force to replace slaves, recently freed, in order to accomplish the economic development they initiated.

The young emigrant who ventured in search of a better life, of a better job and with minor family compromises, by the end of the XIX century would be replaced by an older emigrant whose family relationships would suffer due to the long absence of someone who is both a husband and a father.

The young emigrant sends back money according to his possibilities, while the married one, with responsibilities, must send money and news to his family. These news were very important for those who sent it and those who received it, since it was often the only way of knowing his whereabouts.

If at a personal and a familiar level sending money to Portugal was important to support the family and to pay the debts inherent to the departure of the emigrant, the same applies at a governmental level.

The emigrant elected the Brazilian Empire for different reasons: the similarity of the language, the fact that Brazil was known as “the land of opportunities”, and a country where friends and a network of clients were ready to help them, during a first period of adaptation.

After having gained a certain social and monetary stability (in most cases, this life improvement was almost insignificant), these emigrants tried to bring the family together by sending money and passages so that they could sail to Brazil. This gathering of the family could include the closest relatives: wife and children, brothers or stepbrothers, cousins or neighbours.

From 1880 onwards, a whole family emigration becomes more frequent; we may even refer to a feminine migration. Records of requests for family passports in the name of the wife who sails to Brazil with the children to meet her husband are more frequently seen, and together they will go on living their family life.

The departure of women, particularly to faraway lands, was not well regarded by society, since tradition attributed women a compliant and homely role and, in the absence of the husband, she was expected to look after the house, children and elderly parents. She had to look after the house with the money she earned from her farming activities plus the money she received from Brazil, when that happened...

Women also dream about emigrating, to leave in order to live a new life in a country where getting married was an almost certain possibility. This phenomenon contributed for the aging of the parish, where young people and families emigrate, leaving behind old people laying hold of the land.

If Brazil was lucrative for some emigrants, for others it was very harmful. They lived in terrible conditions, without jobs or with low salaries, facing misery and hunger. Needless to say that, in such cases, it was extremely difficult to send money or even news about their life to Portugal, thus placing their families in a precarious situation due to the lack of money and rendering impossible for them to pay for their debts, as well as bringing an additional concern related

to what might have happened. Despite all this, the image of the wealthy emigrant who comes back home from Brazil to buy a piece of land or a house (the so-called *Brasileiro*), remained in the people's minds.

The money sent by the emigrants to their families increases their status. Being so, the emigration of those young people can be seen as a bet on a better life by the remaining family.

In the near future, with the money received, the consumption of essential goods tends to grow, and there is also an increase at the level of property within the family's patrimony. In the case of the emigration of small landowners, it is clearly seen that sending this extra money helps to solve the problem of debts and/or to enlarge the patrimony.

If this new income favoured in the short or medium term the families and indirectly the Government, the same does not apply to demography. The reasons are obvious, from later marriages to a decrease of the birth rate, leading to the stabilization or even the decrease of population.

The families that at a certain point of their lives, individually or collectively, decided to search for a better life in a distant but blessed country, and who at last returned to Portugal, don't display their wealth through the construction of houses with a noticeable Brazilian style. The emigrant who leaves his land, his people, as we already explained, is an emigrant who comes back to by a piece of land, a terrace and to bring his family a certain well being.

We have tried to provide a general view of these emigrants, to reconstruct the trail followed by some families by understanding the feelings and needs of these emigrants. Many were those who left and never returned, their track being thus lost; others came back poorer than ever and the great majority went on fighting in search of a dream that commands life...

## **Anexos**

1. Registos de pedidos de passaporte – 1848
2. Tabela de família construída a partir dos registos paroquiais da Campeã
3. Formulário dos livros de registos de passaportes de Vila Real – 1897
4. Censo de 1900
5. Alvará de licença para ser agente e comissário volante de emigração – 1896
6. Testamento de Francisco Rodrigues, solteiro, da Campeã – 1840
7. Quadro da família Pereira Bispo, da Campeã
8. Quadro da família Mourão, da Campeã
9. Termos de identidade de pessoa e de consentimento a menores, com que pretendem impetrar passaportes para o império do Brasil os indivíduos que sem eles se tenham apresentado no Governo Civil de Vila Real – 1888

## Anexo 1

## Registos de pedidos de passaporte - 1848

1848, mês de Março  
 Nesta Real, se concede Passaporte por tempo de noventa dias  
 composto para sair deste Reino a Cleodina Teixeira, a Forte,  
 solteira, filha de Antonio J. Teixeira desta Real para  
 a Cidade do Rio de Janeiro, Imperio do Brasil  
 Abonado por seu pai que abaixo assigna  
  
 Antonio J. Teixeira  
  
 99  
 Nesta Real, se concede Passaporte por tempo  
 de noventa dias para sair deste Reino a  
 Benedita J. Rodrigues, filha de Manoel  
 Rodrigues, do log. de Macão-sinho da Cam-  
 peã, lav. de Ermelle deste Distr., para  
 a Cid. do Rio de Janeiro, Imperio do Brasil  
 Abonado p. João Vitor Per. da Silva  
 abaixo assignado.



**Anexo 2****Tabela de família construída a partir dos registos paroquiais da Campeã****Família n.º 825**

Residência: Lombomião

Data de casamento: 21-9-1837

**Luís Santos Dias Teixeira**

Naturalidade: Lombomião

Data Nasc.:

Profissão: Jornaleiro

Data Óbito: 13-7-1884

N.º Casamentos:

**Maria Coutinho**

Naturalidade: Louredo

Data Nasc.:

Profissão: Jornaleira

Data Óbito: 05-10-1885

	<b>Filhos</b>	<b>Sexo</b>	<b>Nascimento</b>	<b>Casamento</b>	<b>Óbito</b>
1	Luísa	F	31-7-1838	5-5-1865	
2	Ana	F	24-9-1840		26-9-1883
3	Vitorina	F	21-5-1843	9-11-1874	
4	Joaquim	M	12-3-1846	29-5-1872	
5	António	M	12-5-1849		
6	Joaquina	F	1-3-1852	1-5-1873	

Anexo 3

Formulário dos livros de registos de passaportes de Vila Real – 1897

N.º 459	Em 3 de 11 de 1894
Idade 20 annos.	se concedeu passaporte por dias para o Brazil, sahindo pe-
Altura 1, 65	la barra de Lisboa ou porto de Leixões, a
Rosto	<i>Belha, s. p. h.</i>
Cabellos	
Sobr'olhos	logar d <i>na freguesia</i>
Olhos	freguesia d <i>na Campeã</i>
Nariz	concelho d
Bocca	districto
Cór	levando
SIGNAES PARTICULARES <i>Apog. vis. na testa, fado 1897.</i>	ARQUIVO DISTRICTAL DE VILA REAL
SABE ESCREVER.	
N.º 460	Em 3 de 11 de 1894
Idade 53 annos.	se concedeu passaporte por dias para o Brazil, sahindo pe-
Altura 1.	la barra de Lisboa ou porto de Leixões, a
Rosto	<i>s. alpinate</i>
Cabellos	
Sobr'olhos	logar d <i>na freguesia de Ligeira do Alentejo</i>
Olhos	freguesia d <i>de Montelheiro do Valle</i>
Nariz	concelho d <i>de V. P. P.</i>
Bocca	districto
Cór	levando
SIGNAES PARTICULARES	

Anexo 4  
Censo de 1900

— 291 —

QUADRO III (continuação). — População de facto em cada Concelho, agrupada segundo as idades, distinguindo o sexo, o estado civil e a instrução elemental

VILLA REAL — (conclusão) — Districto.

Censo de 1900

Idades	População de facto		Estado civil								Instrução				
			Solteiros		Casados		Viúvos		Separados judicialm.		Analfabatos		Sabem ler		
			Varões	Fêmeas	Varões	Fêmeas	Varões	Fêmeas	Varões	Fêmeas	Varões	Fêmeas	Varões	Fêmeas	
<b>No Concelho....</b>	<b>36.052</b>	<b>17.110</b>	<b>18.542</b>	<b>11.660</b>	<b>11.779</b>	<b>5.355</b>	<b>5.562</b>	<b>692</b>	<b>1.597</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>10.828</b>	<b>14.819</b>	<b>6.272</b>	<b>4.072</b>
<b>De 0 a 4 annos ..</b>	<b>4.416</b>	<b>2.344</b>	<b>2.072</b>	<b>2.344</b>	<b>2.072</b>	..	..	..	..	..	..	<b>2.344</b>	<b>2.072</b>	..	..
De menos de 1 anno .....	337	537	400	537	400	..	..	..	..	..	..	537	400	..	..
De 1 anno .....	822	472	309	472	309	..	..	..	..	..	..	472	309	..	..
De 2 annos .....	881	465	426	465	426	..	..	..	..	..	..	465	426	..	..
De 3 annos .....	835	453	442	453	442	..	..	..	..	..	..	453	442	..	..
De 4 annos .....	871	427	444	427	444	..	..	..	..	..	..	427	444	..	..
<b>De 5 a 9 annos ..</b>	<b>4.611</b>	<b>1.974</b>	<b>2.037</b>	<b>1.974</b>	<b>2.037</b>	..	..	..	..	..	..	<b>1.974</b>	<b>1.871</b>	<b>248</b>	<b>166</b>
De 5 annos .....	876	381	495	381	495	..	..	..	..	..	..	381	490	4	5
De 6 annos .....	781	398	399	398	399	..	..	..	..	..	..	398	390	21	9
De 7 annos .....	753	393	360	393	360	..	..	..	..	..	..	393	397	43	23
De 8 annos .....	861	450	411	450	411	..	..	..	..	..	..	450	507	84	44
De 9 annos .....	748	368	372	368	372	..	..	..	..	..	..	368	397	96	73
<b>De 10 a 14 annos</b>	<b>4.114</b>	<b>2.160</b>	<b>1.954</b>	<b>2.160</b>	<b>1.954</b>	..	..	..	..	..	..	<b>1.954</b>	<b>1.461</b>	<b>810</b>	<b>493</b>
De 10 annos .....	1.832	571	461	571	461	..	..	..	..	..	..	461	375	139	56
De 11 annos .....	676	315	301	315	301	..	..	..	..	..	..	301	229	145	72
De 12 annos .....	873	410	463	410	463	..	..	..	..	..	..	410	353	175	110
De 13 annos .....	748	395	354	395	353	..	..	..	..	..	..	395	237	177	116
De 14 annos .....	785	409	376	409	376	..	..	..	..	..	..	409	267	174	109
De 15 a 19 annos .....	3.616	1.733	1.883	1.733	1.814	19	67	..	2	..	..	1.733	1.293	792	390
De 20 a 24 annos .....	3.392	1.787	1.665	1.787	1.650	224	407	2	3	..	..	1.665	1.069	792	406
De 25 a 29 annos .....	2.197	1.073	1.121	1.073	1.046	516	624	696	3	82	..	1.073	838	580	432
De 30 a 34 annos .....	2.187	901	1.286	901	884	444	580	596	8	45	..	901	1.011	460	375
De 35 a 39 annos .....	1.688	729	958	729	706	366	567	629	11	53	2	729	808	408	390
De 40 a 44 annos .....	2.067	855	1.212	855	828	315	685	755	15	112	1	855	967	471	245
De 45 a 49 annos .....	1.582	708	874	708	699	230	571	549	23	101	..	708	610	358	234
De 50 a 54 annos .....	1.268	503	765	503	496	270	640	606	65	228	..	503	600	384	245
De 55 a 59 annos .....	1.196	546	650	546	531	158	411	329	68	162	1	546	523	295	122
De 60 a 64 annos .....	1.675	829	846	829	806	184	565	550	168	303	..	829	789	390	117
De 65 a 69 annos .....	701	343	358	343	337	87	243	22	63	179	..	343	278	174	80
De 70 a 74 annos .....	583	240	343	240	232	68	114	80	94	195	..	240	222	132	51
De 75 a 79 annos .....	163	127	142	127	125	25	55	34	57	83	..	127	120	66	16
De 80 a 84 annos .....	183	86	102	122	112	32	17	41	67	..	..	86	88	33	13
De 85 a 89 annos .....	62	32	30	1	3	14	4	17	23	..	..	32	25	10	5
De 90 a 94 annos .....	29	11	18	1	7	4	3	6	8	..	..	11	16	6	2
De 95 a 99 annos .....	9	2	6	..	..	1	2	..	3	..	..	2	6	2	..
De 100 ou mais annos .....	2	2	1	..	..	..	..	..	2	1	..	2	1	..	..
<b>In estado desconhecida</b>	<b>78</b>	<b>33</b>	<b>45</b>	<b>21</b>	<b>24</b>	<b>36</b>	<b>7</b>	<b>13</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>..</b>	<b>33</b>	<b>36</b>	<b>11</b>	<b>9</b>

11/2

Anexo 5

Alvará de licença para ser agente e comissário volante de emigração – 1896

*C. Pereira*

Em vinte e tres dias do mez de outubro de mil oitocentos  
 noventa e seis, nesta secretaria do governo civil e ter-  
 ritorial de Villa Rica, ante as actuaes presentes e becollen-  
 tissimas Comendadores Joaquim Luiz de Aguiar Figuei-  
 ra Galvão, presente nelle empreezador Antonio Joaquim  
 Diniz, casado, Natural Constantino Borges, tambem en-  
 preza, ambos d'esta Villa, e bem assim Theobaldo Joaquim Fe-  
 rreira, cultor, em juizo, de Villa Rica e Aguiar, d'esta ter-  
 ritorio e qual presentando no dito negocio licença para ser  
 agente e comissario volante de emigração, como se  
 formalizante na freguesia de Villa Rica - Paróquia de Santa  
 d'esta Villa, envolvendo tres annos e puzes proximios anti-  
 gidos na qualidade de observadores de agremiação, foy lido  
 que obtemos para regulars e caderneta para bem de  
 puzes e legar se agremiação volante de emigração, que  
 temos de vigencia emto. de vinte e seis de Agosto de Lei  
 de vinte e seis de Junho de mil oitocentos noventa e tres,  
 sendo applicavel a actuaes em beneficio de emigrantes, e  
 para comitar se lavoura e presente terreno para a becollen-  
 tissimo Comendador Luiz de Aguiar, com se ob-  
 servadas e em se testamentos presentes de este auto  
 Antonio Victorino Alves Ferreira e João Arturino Gomes,  
 casados, empreezadores publicos, d'esta mesma Villa, e foy  
 lido para mais se lido em esse financia official  
 se tomou licença e esta se em se inscripção de base  
 desta Lei



Luiz de Aguiar Figueira Galvão  
 Antonio Joaquim Diniz  
 Theobaldo Joaquim Ferreira  
 Antonio Victorino Alves Ferreira  
 João Arturino Gomes



## Anexo 6

## Testamento de Francisco Rodrigues, solteiro, da Campeã - 1840

Testamento de Francisco Roiz solteiro da Campeã. 32  
 Em Nome de N. S. J. J. de Francisco Roiz de lugar de Vaccarinio e Condição de Solteiro, a quem  
 e freg. de Santo André da Campeã, a quem a morte, que se indispôs a esta  
 do. me bastante molesto, e temendo a morte, que se indispôs a esta  
 dos os vivos, e as coisas, que tenho a morte, que se indispôs a esta  
 nha alma no caminho da salvação ordeno e meu testam. na forma seguinte.  
 Primeiro encaminho a minha alma a Deus, que a creou e criou com o seu  
 precioso sangue, a alma virgem, ao corpo da minha guarda, ao santo de meu  
 nome, e aos santos da Corte do Céu, sejam meus Advogados diante de Deus,  
 e declare, que creio em todos os Artigos e Misterios da Fé Catholica e Ap-  
 tolica Romana, nesta mesma fé protesto viver e morrer e salvar-me co-  
 mo Verdadeira Christiano. E dispondo dos bens espirituais da minha alma de-  
 claro a minha vontade, que sendo de servir a Deus levar minha alma desta vida  
 presente p. a eterna, minha testamentaria abaixo nomeada me manda cele-  
 brar por sua vez juntamente com oivas pela minha alma, a saber, cinco-  
 entas, por minha alma, e cinquenta de ten. an, e as arbitrio da m. deixo to-  
 das as mais honras do meu funeral, no dia do meu enterro. E dispondo  
 dos bens temporais, declaro que sou solteiro, e que não tenho herdeiros por-  
 cados, mas que instituo por minhas herdeiras e testamentaria a minha en-  
 sapada Joaquina Roiz mulher de meu irmão Manoel Roiz com as clon-  
 zulas cobrigaçam seguintes, a saber, que deixo a meus sobrinhos filhos de  
 minha herdeira e de meu irmão Manoel a saber Hipolito, e frei, e trinta-  
 nio, e Silvestre, e Anna, e Maria, a saber deixo ao Hipolito o Capote de pa-  
 no, e o Coraco, e o Chapéo fino, e os botões, sua caixa, e sua forte na Sou-  
 ca do rego, e duas caixas de tojo atoad, de Cotto, e de deixo mais doze mil  
 reis, cujos recabovs da minha herdeira logo que elle recaba o dinheiro,  
 que me deixem, que p. a cobrança de deixo todas as obrigacões.  
 E deixo a minha sobrinha Anna setenta caixas, e deixo de mil equatros-  
 centos a cada hum dos ditos, excepto ao Hipolito não lhe daré mais  
 do que fica em cima nomeado; e declaro que deixo mais, ao Silvestre  
 hum cento de bal grande, cujas quantias supora todo deixo por esmola e lega-  
 do pio, e deixo mais, que os ditos meus sobrinhos não poderão obrigar pe-  
 los ditos penolos a suas mães, senão pela morte della; p. deixo de deito mi-  
 nha herdeira logo que tiver cobrado, cujas quantias, que me vier de de-  
 ra, neste caso lhe daré os ditos esmolas, e lhas distribuirá naquillo, que  
 melhor lhe parecer, e p. a minha herdeira e testamentaria cumpra este  
 meu testamento na forma que fica dito por no esta avizinha ultima  
 parte.

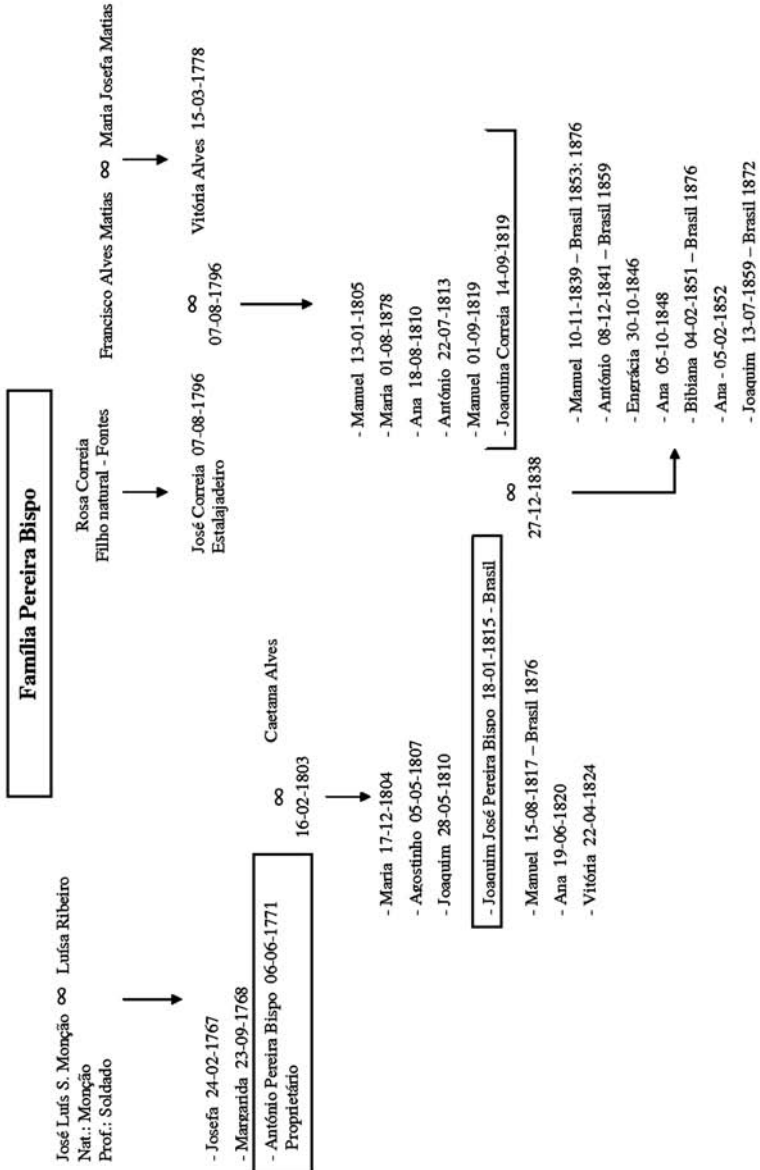


Verdade, e rogo a todas as justicas, a quem este for apresentado tanto Se-  
 nhoras, como seculares, assim o façam cumprir e guardar, e delas, quem  
 mais sobrinhos logo sua tomarem conta das assomas, me mandarem dizer  
 cada sua alma pela minha alma; si vier o fallecimento me mandarem  
 dizer quinze villas, e todas estas perças conthendas, digo, incluidas a que  
 fica encarregada a minha herdeira; por ser esta a minha ultima ven-  
 tuda, quasi que este valha em juizo e obra delle como testam., codicillo,  
 cedula, ou outras disposicoes em causa mortis do modo, que mais firme e  
 vaticoso seja, o qual depois de me ser lido em voz bem intelligivel o achis  
 conforme ao que tinha ditado, e por isso o dou por firme e valido, e por  
 sua não saber ler nem escrever pedi a Feliciano Peres deste meu lugar  
 que este me fizesse apor mim assignar, o que eu de seu rogo fei e assignei,  
 por testador, por este se achar a ma vontade na presença das teste-  
 munhas que presentes estavam ao fazer deste, Manoel Rabico, e Ma-  
 rcel Martim granado, e Custodio granado, e João Denis, e Jacinto Martim  
 todos deste lugar de V. do Rio. E rogo do testador Feliciano Peres.  
 Hoje 1 de Novembro de 1840. Manoel Rabico, Manoel Martim gra-  
 nado, Custodio Martim granado, João Denis, Jacinto Martim. Não se  
 continúa mais no proprio testam. e aqui copião feitura, e entrega da her-  
 deira de Santo André da Campeã 14 de Nov. de 1840.

Feliciano de Costa

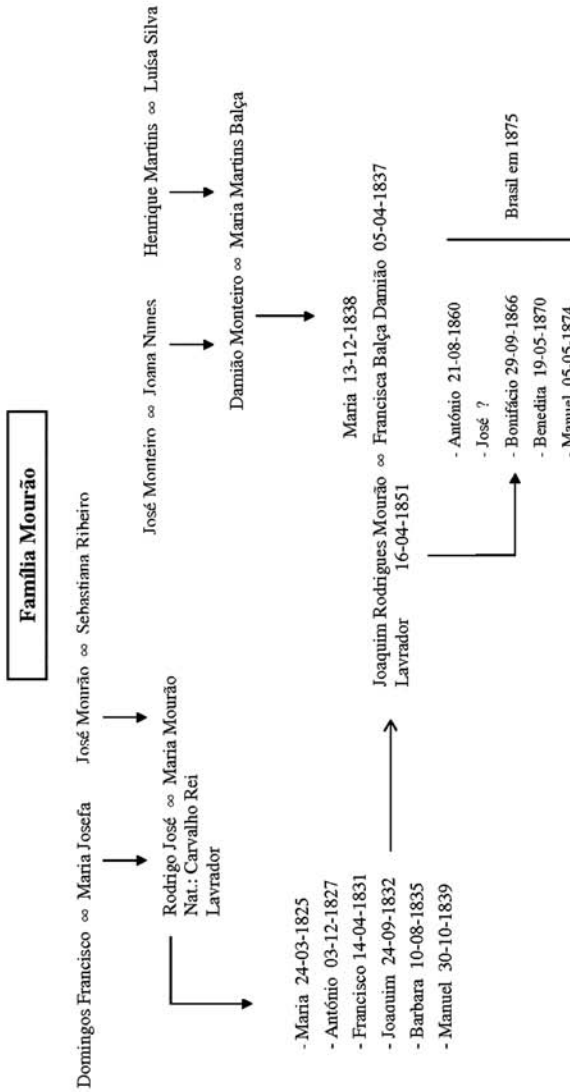
Anexo 7

Quadro da família Pereira Bispo, da Campeã



Anexo 8

Quadro da família Mourão, da Campeã





**Anexo 9****Termos de identidade de pessoa e de consentimento a menores, com que pretendem impetrar passaportes para o império do Brasil os indivíduos que sem eles se tenham apresentado no Governo Civil de Vila Real – 1888**

- 16/3/1888 – nesta secretaria do Governo Civil de Vila Real, onde se achava presente o excelentíssimo Governador Civil Alexandre Cabral Pais do Amaral perante elle compareceu pessoalmente, Manuel Alves Fraga, casado, ferrador de Viaris da Poça, freguesia de Santo André da Campeã e disse que reconhecia a identidade da pessoa José Ribeiro, solteiro, jornalista do Catorinho, freguesia da dita Campeã, que se acha presente. As testemunhas são António Gerado Monteiro, casado e Albano António Martins, solteiro.
- 16/3/1888 – nesta secretaria do Governo Civil de Vila Real, onde se achava presente o excelentíssimo Governador Civil Alexandre Cabral Pais do Amaral perante elle compareceu pessoalmente, Manuel Alves Fraga, casado, ferrador de Viaris da Poça, freguesia de Santo André da Campeã e disse que reconhecia a identidade da pessoa Manuel Ribeiro, casado, jornalista do Catorinho, freguesia da dita Campeã, que se acha presente. As testemunhas são António Gerado Monteiro, casado e Albano António Martins, solteiro.
- 19/3/1888 – nesta secretaria do Governo Civil de Vila Real, onde se achava presente o excelentíssimo Governador Civil Alexandre Cabral Pais do Amaral perante elle compareceu pessoalmente, Luís Gonçalves do Paço, viúvo, comerciante de Vila Real e disse que reconhecia a identidade da pessoa António Narciso, solteiro, jornalista de Vila Nova, freguesia de Santo André da Campeã, que se acha presente. As testemunhas são António Gerado Monteiro, casado e Albano António Martins, solteiro.
- 19/3/1888 – nesta secretaria do Governo Civil de Vila Real, onde se achava presente o excelentíssimo Governador Civil Alexandre Cabral Pais do Amaral perante elle compareceu pessoalmente, Luís Gonçalves do Paço, viúvo, comerciante de Vila Real e disse que reconhecia a identidade da pessoa José Cardoso, jornalista de Catorinho, freguesia de Santo André da Campeã, que se acha presente. As testemunhas são António Gerado Monteiro, casado e Albano António Martins, solteiro.
- 20/3/1888 – nesta secretaria do Governo Civil de Vila Real, onde se achava presente o excelentíssimo Governador Civil Alexandre Cabral Pais do Amaral perante elle compareceu pessoalmente, Luís Gonçalves do Paço, viúvo, comerciante de Vila Real e disse que reconhecia a identidade da pessoa António Ferreira, casado, lavrador de Catorinho, freguesia de Santo André da Campeã, que se acha presente. As testemunhas são António Gerado Monteiro, casado e Albano António Martins, solteiro.

- 20/3/1888 – nesta secretaria do Governo Civil de Vila Real, onde se achava presente o excelentíssimo Governador Civil Alexandre Cabral Pais do Amaral perante elle compareceu pessoalmente, Luís Gonçalves do Paço, viúvo, comerciante de Vila Real e disse que reconhecia a identidade da pessoa José André Avelino, casado, jornalista de Vila Nova, freguesia de Santo André da Campeã, que se acha presente. As testemunhas são António Gerado Monteiro, casado e Albano António Martins, solteiro.
- 23/3/1888 – nesta secretaria do Governo Civil de Vila Real, onde se achava presente o excelentíssimo Governador Civil Alexandre Cabral Pais do Amaral perante elle compareceu pessoalmente, José de Nascimento, solteiro, caixeiro de Vila Real e disse que reconhecia a identidade da pessoa António Valério da Silva, trabalhador agrícola de Viaris da Santa, freguesia de Santo André da Campeã, que se acha presente. As testemunhas são António Gerado Monteiro, casado e Albano António Martins, solteiro.
- 24/3/1888 – nesta secretaria do Governo Civil de Vila Real, onde se achava presente o excelentíssimo Governador Civil Alexandre Cabral Pais do Amaral perante elle compareceu pessoalmente, Luís Gonçalves do Paço, viúvo, comerciante de Vila Real e disse que reconhecia a identidade da pessoa Margarida Dinis, casada, costureira, freguesia de Santo André da Campeã, que se acha presente. As testemunhas são António Gerado Monteiro, casado e Albano António Martins, solteiro.
- 9/4/1888 – nesta secretaria do Governo Civil de Vila Real, onde se achava presente o excelentíssimo Governador Civil Alexandre Cabral Pais do Amaral perante elle compareceu pessoalmente, Luís Gonçalves do Paço, viúvo, comerciante de Vila Real e disse que reconhecia a identidade da pessoa Estanislau Dias, solteiro, jornalista, freguesia de Santo André da Campeã, que se acha presente. As testemunhas são António Gerado Monteiro, casado e Albano António Martins, solteiro.
- 9/4/1888 – nesta secretaria do Governo Civil de Vila Real, onde se achava presente o excelentíssimo Governador Civil Alexandre Cabral Pais do Amaral perante elle compareceu pessoalmente, Luís Gonçalves do Paço, viúvo, comerciante de Vila Real e disse que reconhecia a identidade da pessoa Lourenço Lopes, casado, jornalista Pepe, freguesia de Santo André da Campeã, que se acha presente. As testemunhas são António Gerado Monteiro, casado e Albano António Martins, solteiro.
- 9/4/1888 – nesta secretaria do Governo Civil de Vila Real, onde se achava presente o excelentíssimo Governador Civil Alexandre Cabral Pais do Amaral perante elle compareceu pessoalmente, Luís Gonçalves do Paço, viúvo, comerciante de Vila Real e disse que reconhecia a identidade da pessoa Ana Pires, viúva, jornalista de Pepe, freguesia de Santo André da Campeã, que se acha presente. As testemunhas são António Gerado Monteiro, casado e Albano António Martins, solteiro.
- 9/4/1888 – nesta secretaria do Governo Civil de Vila Real, onde se achava presente o excelentíssimo Governador Civil Alexandre Cabral Pais do Amaral perante

- elle compareceu pessoalmente, Luís Gonçalves do Paço, viúvo, comerciante de Vila Real e disse que reconhecia a identidade da pessoa José Dinis Gaspar, solteiro, jornalista, freguesia de Santo André da Campeã, que se acha presente. As testemunhas são António Gerado Monteiro, casado e Albano António Martins, solteiro.
- 9/4/1888 – nesta secretaria do Governo Civil de Vila Real, onde se achava presente o excelentíssimo Governador Civil Alexandre Cabral Pais do Amaral perante elle compareceu pessoalmente, José Pereira da Mota, casado, lavrador de Catorinho e disse que reconhecia a identidade da pessoa António Alves Ferrinha<sup>1</sup>, casado, lavrador dos Montes, freguesia de Santo André da Campeã, que se acha presente. As testemunhas são António Gerado Monteiro, casado e Albano António Martins, solteiro.
  - 9/4/1888 – nesta secretaria do Governo Civil de Vila Real, onde se achava presente o excelentíssimo Governador Civil Alexandre Cabral Pais do Amaral perante elle compareceu pessoalmente, Luís Gonçalves do Paço, viúvo, comerciante de Vila Real e disse que reconhecia a identidade da pessoa Gil Pinto de Carvalho Osório, solteiro, lavrador de Vendas, freguesia de Santo André da Campeã, que se acha presente. As testemunhas são António Gerado Monteiro, casado e Albano António Martins, solteiro.
  - 13/4/1888 – nesta secretaria do Governo Civil de Vila Real, onde se achava presente o excelentíssimo Governador Civil Alexandre Cabral Pais do Amaral perante elle compareceu pessoalmente, José de Nascimento, solteiro, caixeiro de Vila Real e disse que reconhecia a identidade da pessoa Serafim Moreira, solteiro, lavrador de Telhada, freguesia de Santo André da Campeã, que se acha presente. As testemunhas são António Gerado Monteiro, casado e Albano António Martins, solteiro.
  - 28/6/1888 – nesta secretaria do Governo Civil de Vila Real, onde se achava presente o excelentíssimo Governador Civil Alexandre Cabral Pais do Amaral perante elle compareceu pessoalmente, Luís Gonçalves do Paço, viúvo, comerciante de Vila Real e disse que reconhecia a identidade da pessoa Lourenço Jorge Rabiço, casado, pedreiro da freguesia de Santo André da Campeã, que se acha presente. As testemunhas são António Gerado Monteiro, casado e Albano António Martins, solteiro.
  - 28/6/1888 – nesta secretaria do Governo Civil de Vila Real, onde se achava presente o excelentíssimo Governador Civil Alexandre Cabral Pais do Amaral perante elle compareceu pessoalmente, Luís Gonçalves do Paço, viúvo, comerciante de Vila Real e disse que reconhecia a identidade da pessoa António Ferreira, solteiro, jornalista da freguesia de Santo André da Campeã, que se acha presente. As testemunhas são António Gerado Monteiro, casado e Albano António Martins, solteiro.
  - 30/6/1888 – nesta secretaria do Governo Civil de Vila Real, onde se achava presente o excelentíssimo Governador Civil Alexandre Cabral Pais do Amaral perante

---

1 Assinou José de Nascimento, solteiro, caixeiro desta vila a rogo do lavrador.

elle compareceu pessoalmente, Luís Gonçalves do Paço, viúvo, comerciante de Vila Real e disse que reconhecia a identidade da pessoa Silvestre Pereira, solteiro, jornalista de Pousada, freguesia de Santo André da Campeã, que se acha presente. As testemunhas são António Gerado Monteiro, casado e Albano António Martins, solteiro.

- 23/7/1888 – nesta secretaria do Governo Civil de Vila Real, onde se achava presente o excellentíssimo Governador Civil Alexandre Cabral Pais do Amaral perante elle compareceu pessoalmente, Luís Gonçalves do Paço, viúvo, comerciante de Vila Real e disse que reconhecia a identidade da pessoa António Joaquim Jorge, casado, ferreiro de Viaris da Santa, freguesia de Santo André da Campeã, que se acha presente. As testemunhas são António Gerado Monteiro, casado e Albano António Martins, solteiro.
- 23/7/1888 – nesta secretaria do Governo Civil de Vila Real, onde se achava presente o excellentíssimo Governador Civil Alexandre Cabral Pais do Amaral perante elle compareceu pessoalmente, José Moreira da Silva, oficial de Diligências de Vila Real e disse que reconhecia a identidade da pessoa José Bonifácio Pereira, solteiro, lavrador de Pousada, freguesia de Santo André da Campeã, que se acha presente. As testemunhas são António Gerado Monteiro, casado e Albano António Martins, solteiro.
- 10/8/1888 – nesta secretaria do Governo Civil de Vila Real, onde se achava presente o excellentíssimo Governador Civil Alexandre Cabral Pais do Amaral perante elle compareceu pessoalmente, Luís Gonçalves do Paço, viúvo, comerciante de Vila Real e disse que reconhecia a identidade da pessoa Manuel Joaquim, solteiro, lavrador de Viaris da Santa, freguesia de Santo André da Campeã, que se acha presente. As testemunhas são António Gerado Monteiro, casado e Albano António Martins, solteiro.
- 23/8/1888 – nesta secretaria do Governo Civil de Vila Real, onde se achava presente o excellentíssimo Governador Civil Alexandre Cabral Pais do Amaral perante elle compareceu pessoalmente, Luís Gonçalves do Paço, viúvo, comerciante de Vila Real e disse que reconhecia a identidade da pessoa Afonso Ramalho, solteiro, lavrador de Aveçãozinho, freguesia de Santo André da Campeã, que se acha presente. As testemunhas são António Gerado Monteiro, casado e Albano António Martins, solteiro.
- 23/8/1888 – nesta secretaria do Governo Civil de Vila Real, onde se achava presente o excellentíssimo Governador Civil Alexandre Cabral Pais do Amaral perante elle compareceu pessoalmente, Luís Gonçalves do Paço, viúvo, comerciante de Vila Real e disse que reconhecia a identidade da pessoa Sebastião Ramalho, casado, soqueiro de Aveçãozinho, freguesia de Santo André da Campeã, que se acha presente. As testemunhas são António Gerado Monteiro, casado e Albano António Martins, solteiro.

- 23/8/1888 – nesta secretaria do Governo Civil de Vila Real, onde se achava presente o excelentíssimo Governador Civil Alexandre Cabral Pais do Amaral perante elle compareceu pessoalmente, Luís Gonçalves do Paço, viúvo, comerciante de Vila Real e disse que reconhecia a identidade da pessoa Afonso dos Santos, casado, jornalista de Aveçãozinho, freguesia de Santo André da Campeã, que se acha presente. As testemunhas são António Gerado Monteiro, casado e Albano António Martins, solteiro.
- 19/9/1888 – nesta secretaria do Governo Civil de Vila Real, onde se achava presente o excelentíssimo Governador Civil Alexandre Cabral Pais do Amaral perante elle compareceu pessoalmente, Luís Gonçalves do Paço, viúvo, comerciante de Vila Real e disse que reconhecia a identidade da pessoa José Carvalho, casado, lavrador de Aveçãozinho, freguesia de Santo André da Campeã, que se acha presente. As testemunhas são António Gerado Monteiro, casado e Albano António Martins, solteiro.
- 21/9/1888 – nesta secretaria do Governo Civil de Vila Real, onde se achava presente o excelentíssimo Governador Civil Alexandre Cabral Pais do Amaral perante elle compareceu pessoalmente, Luís Gonçalves do Paço, viúvo, comerciante de Vila Real e disse que reconhecia a identidade da pessoa António Martins Granado, casado, jornalista de Aveçãozinho, freguesia de Santo André da Campeã, que se acha presente. As testemunhas são António Gerado Monteiro, casado e Albano António Martins, solteiro.
- 21/9/1888 – nesta secretaria do Governo Civil de Vila Real, onde se achava presente o excelentíssimo Governador Civil Alexandre Cabral Pais do Amaral perante elle compareceu pessoalmente, Luís Gonçalves do Paço, viúvo, comerciante de Vila Real e disse que reconhecia a identidade da pessoa António Gaspar Melro, casado, lavrador de Aveçãozinho, freguesia de Santo André da Campeã, que se acha presente. As testemunhas são António Gerado Monteiro, casado e Albano António Martins, solteiro.
- 21/9/1888 – nesta secretaria do Governo Civil de Vila Real, onde se achava presente o excelentíssimo Governador Civil Alexandre Cabral Pais do Amaral perante elle compareceu pessoalmente, Manuel Alves Fraga, casado, ferrador de Viaris da Poça, freguesia de Santo André da Campeã e disse que reconhecia a identidade da pessoa Alfredo Martins Pereira, solteiro, jornalista de Parada, freguesia da dita Campeã, que se acha presente. As testemunhas são António Gerado Monteiro, casado e Albano António Martins, solteiro.
- 21/9/1888 – nesta secretaria do Governo Civil de Vila Real, onde se achava presente o excelentíssimo Governador Civil Alexandre Cabral Pais do Amaral perante elle compareceu pessoalmente, Luís Gonçalves do Paço, viúvo, comerciante de Vila Real e disse que reconhecia a identidade da pessoa Augusto Rodrigues Mourão, lavrador de Pereiro, freguesia de Santo André da Campeã, que se acha presente. As testemunhas são António Gerado Monteiro, casado e Albano António Martins, solteiro.

- 22/9/1888 – nesta secretaria do Governo Civil de Vila Real, onde se achava presente o excelentíssimo Governador Civil Alexandre Cabral Pais do Amaral perante elle compareceu pessoalmente, Luís Gonçalves do Paço, viúvo, comerciante de Vila Real e disse que reconhecia a identidade da pessoa Domingos Jorge Rabiço, solteiro, jornalista de Aveçãozinho, freguesia de Santo André da Campeã, que se acha presente. As testemunhas são António Gerado Monteiro, casado e Albano António Martins, solteiro.
- 21/9/1888 – nesta secretaria do Governo Civil de Vila Real, onde se achava presente o excelentíssimo Governador Civil Alexandre Cabral Pais do Amaral perante elle compareceu pessoalmente, António Martins, casado, jornalista de Aveção de Cabo, freguesia de Santo André da Campeã e disse que reconhecia a identidade da pessoa de seu filho António Martins, solteiro, jornalista de Aveção de Cabo, freguesia de Santo André da Campeã, que se acha presente. As testemunhas são António Gerado Monteiro, casado e Albano António Martins, solteiro.
- 2/10/1888 – nesta secretaria do Governo Civil de Vila Real, onde se achava presente o excelentíssimo Governador Civil Alexandre Cabral Pais do Amaral perante elle compareceu pessoalmente, António Martins, casado, jornalista de Aveção de Cabo, freguesia de Santo André da Campeã e disse que reconhecia a identidade da pessoa Manuel Martins de Almeida, casado, lavrador, freguesia de Santo André da dita Campeã, que se acha presente. As testemunhas são António Gerado Monteiro, casado e Albano António Martins, solteiro.
- 2/10/1888 – nesta secretaria do Governo Civil de Vila Real, onde se achava presente o excelentíssimo Governador Civil Alexandre Cabral Pais do Amaral perante elle compareceu pessoalmente, Luís Gonçalves do Paço, viúvo, comerciante de Vila Real e disse que reconhecia a identidade da pessoa Manuel da Costa, casado, lavrador de Aveção do Cabo, freguesia de Santo André da Campeã, que se acha presente. As testemunhas são António Gerado Monteiro, casado e Albano António Martins, solteiro.
- 4/10/1888 – nesta secretaria do Governo Civil de Vila Real, onde se achava presente o excelentíssimo Governador Civil Alexandre Cabral Pais do Amaral perante elle compareceu pessoalmente, Luís Gonçalves do Paço, viúvo, comerciante de Vila Real e disse que reconhecia a identidade da pessoa António Teixeira, lavrador de Aveção do Meio, freguesia de Santo André da Campeã, que se acha presente. As testemunhas são António Gerado Monteiro, casado e Albano António Martins, solteiro.
- 8/10/1888 – nesta secretaria do Governo Civil de Vila Real, onde se achava presente o excelentíssimo Governador Civil Alexandre Cabral Pais do Amaral perante elle compareceu pessoalmente, Jacinto Nunes Teixeira, solteiro, lavrador de Villa Cova e disse que reconhecia a identidade da pessoa José Lucas, casado, jornalista de Viarias da Poça, freguesia de Santo André da Campeã, que se acha presente. As testemunhas são António Gerado Monteiro, casado e Albano António Martins, solteiro.

- 8/10/1888 – nesta secretaria do Governo Civil de Vila Real, onde se achava presente o excelentíssimo Governador Civil Alexandre Cabral Pais do Amaral perante elle compareceu pessoalmente, Jacinto Nunes Teixeira, solteiro, lavrador de Villa Cova e disse que reconhecia a identidade da pessoa José da Silva, casado, jornalista de Viaris da Poça, freguesia de Santo André da Campeã, que se acha presente. As testemunhas são António Gerado Monteiro, casado e Albano António Martins, solteiro.
- 12/10/1888 – nesta secretaria do Governo Civil de Vila Real, onde se achava presente o excelentíssimo Governador Civil Alexandre Cabral Pais do Amaral perante elle compareceu pessoalmente, Luís Gonçalves do Paço, viúvo, comerciante de Vila Real e disse que reconhecia a identidade da pessoa Custódio Baptista, casado, jornalista de Pepe, freguesia de Santo André da Campeã, que se acha presente. As testemunhas são António Gerado Monteiro, casado e Albano António Martins, solteiro.
- 24/10/1888 – nesta secretaria do Governo Civil de Vila Real, onde se achava presente o excelentíssimo Governador Civil Alexandre Cabral Pais do Amaral perante elle compareceu pessoalmente, Luís Gonçalves do Paço, viúvo, comerciante de Vila Real e disse que reconhecia a identidade da pessoa José Vicente, casado, jornalista de Parada, freguesia de Santo André da Campeã, que se acha presente. As testemunhas são António Gerado Monteiro, casado e Albano António Martins, solteiro.
- 24/10/1888 – nesta secretaria do Governo Civil de Vila Real, onde se achava presente o excelentíssimo Governador Civil Alexandre Cabral Pais do Amaral perante elle compareceu pessoalmente, Luís Gonçalves do Paço, viúvo, comerciante de Vila Real e disse que reconhecia a identidade da pessoa José Martins, solteiro, serviço de Telhada, freguesia de Santo André da Campeã, que se acha presente. As testemunhas são António Gerado Monteiro, casado e Albano António Martins, solteiro.

(Arquivo Distrital de Vila Real, Fundo do Governo Civil de Vila Real, único documento existente para 1888)

## Fontes e bibliografia

### Fontes

Arquivo Distrital de Vila Real – fontes consultadas para a paróquia de Santo André da Campeã.

Registos de nascimento da Campeã (1760-1885).

Registos de casamentos da Campeã (1760-1881).

Registos de óbitos da Campeã (1760-1884).

Registos de testamentos da Campeã (1728-1747; 1750-1781; 1789-1861).

Livro de registo de passaportes (1834-1900).

Livro de registo de alvarás concedidos (1896).

Livro de termos de identidade de pessoa e de consentimento a menores (1888).

### Censos

Estatística de Portugal, População, Censo n.º 1 de 1864, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868.

Estatística de Portugal, População, Censo n.º 1 de Dezembro de 1890, Lisboa, Imprensa Nacional, 1890.

Estatística de Portugal, População, Censo n.º 1 de Dezembro de 1900, Lisboa, Imprensa Nacional, 1900 (Quadro do Recenseamento geral da População), Vol. II.

Estatística de Portugal, População, Censo n.º 1 de Dezembro de 1900, Lisboa, Imprensa Nacional, 1900 (Quadro do Recenseamento geral da População), Vol. III, parte I.

### Bibliografia

ABREU, Laurinda Faria Santos (1993), «O trabalho, o casamento e a caridade: algumas formas de subsistência material da mulher, em Setúbal, no século XVIII», in: *O Quotidiano na História Portuguesa*, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

ALEXANDRE, Valentim (1993), *Os Sentidos do Império – Questão Nacional e Questão Colonial do Antigo Regime Português*, Porto, Edições Afrontamento.



- ALVES, Jorge Fernandes (1993), «Analfabetismo e emigração – o caso do distrito do Porto no séc. XIX», in: *Revista da Faculdade de Letras, U.P., II série, vol X, Porto*.
- ALVES, Jorge Fernandes (1993), «Lógicas migratórias no Porto oitocentista», in: *Emigração e Imigração em Portugal, Actas do Colóquio Internacional Sobre Emigração e Imigração em Portugal, Séculos XIX e XX, Editorial Fragmentos, pp. 78-97*.
- ALVES, Jorge Fernandes (1994), *Os brasileiros – Emigração e Retorno no Porto Oitocentista, Porto*.
- AMORIM, Maria Norberta (1981), «Demografia histórica – fontes e métodos manuais de reconstituição de famílias», in: *Revista CED Instituto Nacional de Estatística*.
- AMORIM, Maria Norberta (1993), «Emigração em três paróquias do sul do Pico (finais do séc. XVIII a 1930). Abordagem microanalítica», in: *Emigração e Imigração em Portugal, Actas do Colóquio Internacional Sobre a Emigração e Imigração em Portugal, Séculos XIX e XX, Editorial Fragmentos, pp. 249-277*.
- AMORIM, Maria Norberta (1983), *Identificação de Pessoas em Duas Paróquias do Norte de Portugal (1580-1820), Guimarães*.
- AMORIM, Maria Norberta (1982), *Método de Exploração dos Registos Paroquiais e Reconstituição de Famílias, Guimarães, Ed. do autor*.
- AMORIM, Maria Norberta (1980), *Métodos de Exploração dos Livros de Registos Paroquiais e Cardanha e a sua População de 1573 a 1890, Lisboa CED, Instituto Nacional de Estatística*.
- AMORIM, Maria Norberta (1982), *Os Homens e a Morte na Freguesia da Oliveira em Guimarães Através dos seus Registos de Óbitos (séculos XVII e XVIII), Guimarães*.
- AMORIM, Maria Norberta, *Rebordãos e a sua População no Séc. XVII e XVIII, Guimarães*.
- AMORIM, Maria Norberta; CORREIA, Alberto, Francisca Catarina (1846-1940). *Vida e Raízes em S. João do Pico (biografia, genealogia e estudo da comunidade), Universidade do Minho, Instituto das Ciências Sociais, Guimarães*.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento (1998), «Prisma da memória, emigração e desenraizamento», in: *População e Sociedade, n.º 4, Centro de Estudos da População e Família, Porto, pp. 17-27*.
- BACALHAU, Mário (1977), «Portugal quanto somos?», *Colecção Problemas Quotidianos, Terra Livre*.
- BANDEIRA, Mário Leston (1996), «Demografia e modernidade. Família e transição demográfica em Portugal», *Colecção Análise Social, Imprensa Nacional Casa da Moeda*.
- BOSCHI, Caio César (1994), *Acheqas à História de Minas Gerais (século XVIII), Universidade Portucalense, Porto*.
- BRANDÃO, Maria de Fátima da Silva (1993), «O bom emigrante à casa torna?», in: *Emigração e Imigração em Portugal, Actas do Colóquio Internacional Sobre a Emigração e Imigração em Portugal, Séculos XIX e XX, Editorial Fragmentos, pp. 163-183*.
- BRANDÃO, Maria de Fátima da Silva (1991), «O mercado na comunidade rural: Própriedade, herança e família no norte, 1800-1900», in: *Análise Social, vol. XXVI, 112-113, (3-º e 4-º), pp. 613-628*.
- BRANDÃO, Maria de Fátima da Silva (1997), «Sucessão, herança e propriedade rural minhota: algumas questões e um caso sobre o impacto do Código Civil de 1867», in: *Separata dos Trabalhos de Antropologia e Etnologia, vol. XXXVII, Porto, pp. 197-246*.

- BRANDÃO, Maria de Fátima da Silva, *Terra, Herança e Família no Noroeste de Portugal – o Caso de Mosteiro no Séc. XIX*, Biblioteca das Ciências do Homem, Edições Afrontamento.
- BRANDÃO, Maria de Fátima da Silva; ROWLAND, Robert (1980), «História da propriedade e comunidade rural: questões de método», in: *Separata de Análise Social*, vol. XVI, número 81-82, pp. 173-207.
- BRANDÃO, Maria de Fátima da Silva; FEIJÓ, Rui Graça (1991), «Entre textos e contextos: os estados de comunidade e as suas fontes históricas», in: *Análise Social*, vol. XXVI (112-133), (3.º-4.º), pp. 613-628.
- BRETTELL, Caroline B. (1991), *Homens que Partem, Mulheres que Esperam*, Publ. Dom Quixote, Lisboa.
- CASTRO, Ferreira – *A Selva*, Guimarães & CA, 31.ª Ed.
- CEPEDA, Francisco (1988), *Emigração, Regresso e Desenvolvimento no Nordeste Interior de Portugal*, Vila Real, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- COSTA, Francisco Barbosa (1994), *S. João Baptista de Canelas, uma Comunidade Rural de Santa Maria. Estudo Demográfico – 1588-1808*, Afon'seiro, Edições, V.N. de Gaia.
- DINIS, Júlio (1983), *A Morgadinhas dos Canaviais*, Livraria Civilização, Porto.
- DURÃES, Margarida (1995), «Necessidades económicas e práticas jurídicas: problemas da transmissão das explorações agrícolas. Século XVIII-XIX», in: *Ler História*, 29, pp. 67-88.
- FERREIRA, Francisco Messias Trindade (1999), *A Antiga Freguesia de Eixo e Oliveirinha (1666-1900): Estudos Demográfico*, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais.
- FLANDRIN, Jean-Louis (1995), *Famílias, Parentesco, Casa e Sexualidade na Sociedade Antiga*, Editorial Estampa, 2.ª edição.
- GASPAR, Jorge (1981), dir: «Portugal em mapas e em números», *Colecção Espaço e Sociedade*, Ed. Livros Horizonte.
- GONÇALVES, Albertino (1996), «Imagens e clivagens – os residentes face aos emigrantes», *Biblioteca das Ciências do Homem*, Edições Afrontamento.
- Guia de Portugal, Fundação Calouste Gulbenkian, vol. V, 3.ª ed.
- J. S., «Emigração», in: *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol. II, Livraria Figueirinhas, Porto.
- LACERDA, Fernando Alberto (2000), *S. Pedro de Aradas (1690-1900): Estudo Demográfico*, Universidade do Minho, (policopiado).
- LASLETT, Peter (1975), *O Mundo que Nós Perdemos*, Cosmos, Lisboa.
- LEITE, Joaquim da Costa (1993), «Informação ou propaganda? Parentes, amigos e engajadores na emigração oitocentista», in: *Emigração e Imigração em Portugal, Actas do Colóquio Internacional Sobre Emigração e Imigração em Portugal, Séculos XIX e XX*, Editorial Fragmentos, pp. 98-107.
- LIMA, Reis (1980), «Emigração clandestina dos Açores para o Brasil no séc. XVI», in: *Congresso das Comunidades Açorianas, Angra do Heroísmo*.
- LOPES, Maria Teresa Braga Soares (1995), «Correntes de opinião pública e emigração no distrito de Aveiro (1882-1894)», in: *População e Sociedade*, n.º 1, p. 212.
- M.L.A.M., «Demografia», in: *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol. II, Livraria Figueirinhas, Porto.

- MAGALHÃES GODINHO, Vitorino – «Sociedade portuguesa», in: *Dicionário da História de Portugal*.
- MANIQUE, António Pedro, Mouzinho da Silveira – *Liberalismo e Administração Pública*, Livros Horizonte.
- MARCÍLIO, Maria Luíza (1984), «Sistemas demográficos no Brasil do século XIX», in: *População e Sociedade – Evolução das Sociedades Pré-Industriais*, ed. Vozes, pp. 193-227.
- MARTINS, Maria da Graça Lopes Fernandes (1997), *A Emigração do Distrito de Bragança (1901-1920) – Uma Análise Regional*, Porto, (policopiado).
- MATOS, Maria Izilda Santos de (1993), «Estratégias de sobrevivência. A imigração portuguesa e o mundo de trabalho. São Paulo 1890-1930», in: *Emigração e Imigração em Portugal, Actas do Colóquio Internacional Sobre a Emigração e Imigração em Portugal, Séculos XIX e XX*, Editorial Fragmentos, pp. 218-237.
- MENDRAS, Henri (1976), *Sociedades Camponesas*, Zahar Editores, Rio de Janeiro.
- MIRANDA, Sacuntala (1999), *A Emigração Portuguesa e o Atlântico – 1870-1930*, edições Salamandra.
- MIRANDA, Sacuntala (1993), «Emigração e fluxos de capital, 1870-1914», in: *Emigração e Imigração em Portugal, Actas do Colóquio Internacional Sobre Emigração e Imigração em Portugal, Séculos XIX e XX*, Editorial Fragmentos, pp. 47-61.
- MONTEIRO, Miguel Teixeira Alves (1996), *Migrantes, Emigrantes e «Brasileiros» de Fafe, 1834-1926, Territórios, Itinerários e Trajectórias*, Universidade do Minho.
- MOTA, Carlos Guilherme, «Atitudes de inovação no Brasil, 1789-1801», in: *Os Nossos Problemas para a História de Portugal e Brasil*, Dir. Vitorino Magalhães Godinho, Livros Horizonte.
- NAZARETH, J. Manuel (1996), *Introdução à Demografia, Teoria e Prática*, Editorial Presença.
- NAZARETH, J. Manuel, «O envelhecimento da população portuguesa», *Colecção Análise Social*, Ed. Presença Lda.
- NAZARETH, J. Manuel; SOUSA, Fernando, *A Demografia Portuguesa em Finais do Antigo Regime*.
- NOGUEIRA, Carlos Alberto S. (1994), *Elementos de História Económica Portuguesa*, Ed. Lusolivre.
- O' NEIL, Brian Juan (1984), *Proletários, Lavradores e Jornalheiros. Desigualdade Social numa Aldeia Transmontana*, Dom Quixote, Lisboa.
- OLIVEIRA MARQUES, A. H. (1995), *Breve História de Portugal*, Editorial Presença.
- OLIVEIRA MARTINS (1957), «A abolição do trabalho servil no Brasil», in: *O Repórter*, Guimarães, vol. II, Lisboa, pp. 7-8.
- OLIVEIRA MARTINS (1957), «A emigração clandestina», in: *O Repórter*, Guimarães, C.<sup>a</sup> Editora, vol. II, Lisboa, pp. 43-44.
- OLIVEIRA MARTINS (1959), «A emigração», in: *A Província*, Guimarães C.<sup>a</sup> Editora, vol. V, Lisboa, pp. 251-253.
- OLIVEIRA MARTINS (1994), *Fomento Rural e Emigração*, Lisboa, Guimarães Editora, 3.<sup>a</sup> edição.
- OLIVEIRA, César, «A sociedade portuguesa no séc. XIX: a lenta, tardia e complexa implantação da capitalismo», in: *História dos Municípios e do Poder Local (dos Finais da Idade Média à União Europeia)*, temas debates.

- OLIVEIRA, Ernesto Veiga; GALHANO, Fernando, *Arquitectura Tradicional Portuguesa, Portugal de Perto*, publicações Dom Quixote.
- PÁRIS, Manuel da Rocha (1944), *A Emigração Portuguesa (aspectos)*, Porto, Livraria Portugália.
- PEDROSA, Fátima Tedim (1998), «Dinâmica demográfica em áreas de Montanha – a serra do Marão», in: *População e Sociedade*, n.º 4, Centro de Estudos da População e Família, Porto, pp. 395-400.
- PEIXOTO, Rocha, «Etnografia Portuguesa. Obra Etnográfica complexo», in: *Portugal de Perto*, Publicações D. Quixote.
- PEREIRA, Miriam Halpern (1981), *A Política Portuguesa de Emigração (1850-1930)*, A regra do jogo.
- PEREIRA, Miriam Halpern (1993), «Liberdade e contenção na emigração portuguesa (1850-1930)», in: *Emigração e Imigração em Portugal, Actas do Colóquio Internacional Sobre Emigração e Imigração em Portugal, Séculos XIX e XX*, Editorial Fragmentos, pp. 9-16.
- PILOTO, Maria Adelina Azevedo; SANTOS, António Monteiro (1998), «Fluxo migratório galego para Vila de Conde (1769-1910)», *População e Sociedade*, n.º 4, CEPESE, Porto, pp. 285-319.
- QUEIRÓS, Eça (1993), «O Primo Basílio», *Romances Completos de Eça de Queirós*, Círculo dos Leitores.
- QUEIRÓS, Eça, «Uma campanha alegre». *Romances Completos de Eça de Queirós*, Círculo dos Leitores.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (1990), «Emigração», in: *Dicionário Enciclopédico da História de Portugal*, ed. Selecções do Reader's Digest, pp. 205-207.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (1995), *Sociologia das Emigrações*, Universidade Aberta.
- RODRIGUES, Henrique (1995), *Emigração e Alfabetização. O Alto-Minho e a Miragem do Brasil*, Governo Civil de Viana do Castelo, Viana do Castelo.
- RODRIGUES, Henrique (1993), «Emigração, conjunturas políticas e económicas», in: *Emigração e Imigração em Portugal, Actas do Colóquio Internacional Sobre Emigração e Imigração em Portugal, Séculos XIX e XX*, Editorial Fragmentos, pp. 63-77.
- ROWLAND, Robert, «O problema da emigração: dinâmicas e modelos», in: BET-HENCOURT, Francisco, CHAUDHURI, Kirti (coords.), *História da Expansão Portuguesa. IV – do Brasil para África (1803-1930)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 304-323.
- SARACENO, Chiara (1997), «Sociologia da família», *Temas de Sociologia*, Editorial Estampa.
- SARAIVA, José Hermano (1978), *História Concisa de Portugal*, Mem Martins.
- SERRÃO, Joel (1982), *A Emigração Portuguesa*, Livros Horizonte, 4º ed..
- SERRÃO, Joel (1980), *Temas Oitocentistas*, vol. V, Lisboa.
- SERRÃO, José Vicente (1993), «O ciclo do ouro brasileiro», in: *Portugal no Mundo, Séculos XVIII-XX*, Dir. Luís de Albuquerque, vol. III, Publicações Alfa, pp. 272-285.
- SHORTER, Edward, «A formação da família moderna», *Colecção Pequena História*, Editora Terramar.
- SILVA, Emygdio da (1917), *Emigração Portuguesa*, Coimbra, França & Arménio, Livreiros editores.
- SILVA, Francisco Ribeiro (1986), *A Alfabetização no Antigo Regime. O Caso do Porto e da sua Região (1580-1650)*, Porto.

- SILVA, M.<sup>a</sup> Beatriz Nizza (1993), «Família e integração do imigrante português na sociedade brasileira», in: *Emigração e Imigração em Portugal, Actas do Colóquio Internacional Sobre Emigração e Imigração em Portugal, Séculos XIX e XX*, Editorial Fragmentos, pp. 206-217.
- SILVA, M.<sup>a</sup> Beatriz Nizza (1986), «O império Luso-Brasileiro – 1752-1822», in: *Nova História da Expansão Portuguesa*, Dir. Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques, vol. VIII, Ed. Estampa.
- SILVA, M.<sup>a</sup> Beatriz Nizza; WESTPHALEN, Cecília; GRAF, Márcia (1991), *História do Brasil, Colônia-Império-República*, Universidade Portucalense, Porto.
- SOUSA, Fernando (1980), *A População Portuguesa nos Inícios do Século XIX*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- SOUSA, Fernando (1998), «Uma descrição de Trás-os-Montes em finais do século XVIII», In: *População e Sociedade*, n.º 4, Centro de Estudos da População e Família, Porto, pp. 413-423.
- SOUSA, Fernando; GONÇALVES, Silva (1987), *Memórias de Vila Real*. Vila Real: Arquivo Distrital de Vila Real, Câmara Municipal de Vila Real. 2 vl.
- SOUSA, Fernando; MARTINS, Ismênia (coords.) (2006), *Portugueses no Brasil: migrantes em dois atos*, Rio de Janeiro: Muiraquitã.
- SOUSA, Fernando; MARTINS, Ismênia; PEREIRA, Conceição (coords.) (2007), *A Emigração Portuguesa para o Brasil*, Porto, CEPESE/Edições Afrontamento.
- SOUSA, Fernando; MATOS, Maria Izilda; HECKER, Alexandre (coords.) (2008), *Deslocamentos & Histórias: os portugueses*, São Paulo, Edusc.
- SOUSA, Fernando; MATOS, Maria Izilda (coords.) (2009), *Nas Duas Margens. Os Portugueses no Brasil*, Porto, CEPESE/Edições Afrontamento.
- TAVARES, Vírgilio (1998), «As crises de mortalidade numa comunidade transmontana, Vila Flor (1700-1900)», In: *População e Sociedade*, n.º 4, Centro de Estudos e família, Porto, pp. 145-162.
- TORRES, Adelino (1996), *Demografia e Desenvolvimento: Elementos Básicos*, Ed. Gradiva.
- VAQUINHAS, Irene (1993), «A condição social, família e emigração. Uma análise diferencial das trajectórias dos emigrantes de origem rural», in: *Emigração e Imigração em Portugal, Actas do Colóquio Internacional Sobre a Emigração e Imigração em Portugal, Séculos XIX e XX*, Editorial Fragmentos, pp. 184-192.
- VAQUINHAS, Irene; CASCÃO, Rui (1994), «Evolução da sociedade em Portugal: a lenta e complexa afirmação de uma civilização burguesa», in: *História de Portugal*, dir. José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores.
- VEIGA, Teresa Rodrigues, «A população portuguesa no séc. XIX», *Economia e Sociedade*, CEPESE, Edições Afrontamento.
- WALL, Karin (1998), *Famílias no Campo, Passado e Presente em Duas Freguesias do Baixo Minho*, publicações Dom Quixote, Lisboa.
- WESTPHALEN, Cecília Maria; BALHANA, Altiva Pilatti (1993), «Política e legislação imigratórias brasileiras e a imigração portuguesa», in: *Emigração e Imigração em Portugal, Actas do Colóquio Internacional Sobre Emigração e Imigração em Portugal, Séculos XIX e XX*, Editorial Fragmentos, pp. 17-27.





# A EMIGRAÇÃO NA FREGUESIA DE SANTO ANDRÉ DA CAMPEÃ

Há muito que os historiadores sentem necessidade de investigar e compreender o fenómeno das migrações dos povos. Quais as razões que levaram os homens a deixar a sua terra, a sua família, as suas raízes para se lançarem num mundo desconhecido, por terras de além-mar? O que é que terá levado estas gentes a tal demanda? Terá sido o espírito aventureiro de um povo o que o lançou nesta aventura, desde o século XV? Será consequência directa de conjunturas políticas, sociais e económicas? Terão sido problemas familiares os que obrigaram estas gentes a procurar essas terras desconhecidas? Quem emigrava? E por que razão? Se estas questões, por si só, nos merecem uma reflexão crítica no sentido da compreensão dos condicionalismos que poderão ter originado tal fluxo, é também importante inserir a emigração no âmbito mais restrito da paróquia e da família. É neste contexto que se pretende situar o presente estudo através dos movimentos migratórios da paróquia de Santo André da Campeã e as consequências da emigração para o Império do Brasil, num período compreendido entre 1848 e 1900, procurando analisar-se, em torno das várias questões apresentadas, a emigração regional e local, a partir das direcções que a emigração portuguesa tomou a partir do século XIX.

Apoios:

**FCT**

Fundação para a Ciência e a Tecnologia

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Ciência **Inovação**  
2010

**Programa FACC**

FUNDO DE APOIO À COMUNIDADE CIENTÍFICA

ISBN 978-972-36-1053-6



9 789723 610536